



**UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA
Área de Concentração Infraestrutura e Meio Ambiente**

Janaina Pasinato

**CONSTRUÇÃO DE INDICADORES PARA
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE
DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

**Passo Fundo
2013**

Janaina Pasinato

**CONSTRUÇÃO DE INDICADORES PARA
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE
DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

Orientador: Prof. Dr. Vandr e Barbosa Bri o

Disserta o de Mestrado apresentada ao Programa de P s-Gradua o em Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo, como requisito para a obten o do t tulo de Mestre em Engenharia, sob a orienta o do professor Dr. Vandr e Barbosa Bri o.

**Passo Fundo
2013**

Janaina Pasinato

**CONSTRUÇÃO DE INDICADORES PARA
RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE
DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil e Ambiental da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Engenharia, sob a orientação do professor Dr. Vandr e Barbosa Bri o.

Data de aprova o: Passo Fundo/RS, 27 de Setembro de 2013.

Os membros componentes da Banca Examinadora abaixo aprovam a Disserta o.

Vandr e Barbosa Bri o, Doutor.
Orientador

Adalberto Pandolfo, Doutor.
Universidade de Passo Fundo

Evanisa Fatima Reginato Quevedo Melo, Doutora.
Universidade de Passo Fundo

Lademir Luiz Beal, Doutor.
Universidade de Caxias do Sul

**Passo Fundo
2013**

*Aos meus pais, Dorvalino e Divete Pasinato, e a
minha irmã Roberta Pasinato pela base sólida de apoio,
constituída de muito amor, carinho, cuidado, motivação e
força, para trilhar os caminhos mais difíceis da minha
vida. Tudo que eu conquisto é por vocês. Amo vocês!*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por tudo de que ele me provê, em especial pela minha saúde a qual descobri ainda mais o seu valor para a plena vida, pela força que me garante lutar e pela esperança em acreditar que o mundo e as pessoas podem ser melhores.

Aos meus pais e minha irmã por serem meu porto seguro, onde sereno minhas aflições, medos e decepções; e renovo minhas esperanças, me abasteço de amor e recarrego minhas forças para seguir o caminho.

Aos meus amigos que sempre me deram força e motivação, em especial as minhas colegas do mestrado que foram minhas apoiadoras, companheiras e verdadeiramente amigas.

Aos gestores da UPF que se disponibilizaram a fazer as entrevistas e possibilitaram o desenvolvimento desta pesquisa.

A todos que de alguma forma contribuíram para a realização do mestrado.

Sou eternamente grata!

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação das várias componentes do desenvolvimento sustentável.....	22
Figura 2 - Proporção entre tipos de Relatórios de Sustentabilidade no mundo	25
Figura 3 - Proporção de Relatórios de Sustentabilidade da GRI no mundo	27
Figura 4 - As cinco fases metodológicas do RS da GRI.....	31
Figura 5 - Visão geral das diretrizes da GRI	32
Figura 6 - A estrutura do RS da GRI.....	32
Figura 7 - Princípios de Relatório da GRI.....	33
Figura 8 - Visão Geral das Diretrizes da GRI.....	33
Figura 9 - Inclusão da sustentabilidade nas IES	37
Figura 10 - Fluxograma das atividades realizadas durante a pesquisa	44
Figura 11 - Visão geral do conteúdo do relatório da GRI.....	46
Figura 12 - Exemplo das seções e colunas de inserção de dados para triangulação	56
Figura 13 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho econômico	71
Figura 14 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho ambiental.....	92
Figura 15 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho social (PT&TD).....	104
Figura 16 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho social (DH).....	117
Figura 17 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho social (SO)	133
Figura 18 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho social (RP).....	144
Figura 19 - Proporção do resultado entre indicadores da GRI.....	151
Figura 20 - Proporção de indicadores da estrutura do Relatório de Sustentabilidade da UPF	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Panorama dos indicadores da G3.1 da GRI.....	34
Quadro 2 - Classificação das IES	39
Quadro 3 - Característica da IES comunitária pesquisada.....	48
Quadro 4 - Composição dos Roteiros de Entrevista aos gestores.....	50
Quadro 5 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao primeiro gestor econômico.....	59
Quadro 6 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao segundo gestor econômico	59
Quadro 7 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão econômica.....	60
Quadro 8 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão econômica	60
Quadro 9 - Indicadores de desempenho econômico e resultados da coleta dados.....	63
Quadro 10 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao gestor ambiental	72
Quadro 11 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão ambiental.....	73
Quadro 12 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão ambiental	73
Quadro 13 - Indicadores de desempenho ambiental e resultados da coleta dados.....	75
Quadro 14 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao gestor social (PT&TD).....	93
Quadro 15 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão social (PT&TD)	94
Quadro 16 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão social (PT&TD).....	94
Quadro 17 - Indicadores de desempenho social (PT&TD) e resultados da coleta dados	96
Quadro 18 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao gestor social (DH).....	105
Quadro 19 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão social (DH).....	105
Quadro 20 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão social (DH)	106
Quadro 21 - Indicadores de desempenho social (DH) e resultados da coleta dados.....	108
Quadro 22 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao primeiro gestor social (SO)	118
Quadro 23 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao segundo gestor social (SO).....	119
Quadro 24 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão social (SO)	119
Quadro 25 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão social (SO).....	120
Quadro 26 - Indicadores de desempenho social (SO) e resultados da coleta dados	121
Quadro 27 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao primeiro gestor social (RP)	134
Quadro 28 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao segundo gestor social (RP).....	135
Quadro 29 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão social (RP)	135
Quadro 30 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão social (RP).....	136
Quadro 31 - Indicadores de desempenho social (RP) e resultados da coleta dados.....	137
Quadro 32 - Estrutura de indicadores de desempenho econômico para Relatório de Sustentabilidade da UPF..	145
Quadro 33 - Estrutura de indicadores de desempenho ambiental para Relatório de Sustentabilidade da UPF ...	146
Quadro 34 - Estrutura de indicadores de desempenho social para Relatório de Sustentabilidade da UPF.....	147

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Onde as organizações publicam suas informações, Brasil - 2010/2011.	27
-------------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AASHE	<i>Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education</i> (Associação para o Avanço da Sustentabilidade no Ensino Superior)
ABRUC	Associação Brasileira de Universidades Comunitárias
ADI	Indicador de classe ADICIONAL para o Relatório de Sustentabilidade
AUA	<i>Alternative University Appraisal</i> (Avaliação Universitária Alternativa)
BS	Balanco Social
CERES	<i>Coalition for Environmentally Responsible Economies</i> (Coalizão por economias ambientalmente responsáveis)
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COMUNG	Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas
CPI	Conjunto de Protocolos de Indicadores das Diretrizes de elaboração do relatório de sustentabilidade
DH	Subcategoria de indicadores da dimensão social das diretrizes da GRI de Direitos Humanos
DJSI	<i>Dow Jones Sustainability Index</i> (Índice Dow Jones de Sustentabilidade)
EAUC	<i>The Environmental Association for Universities and Colleges</i> (Associação ambiental para Universidades)
EMSU	<i>Environmental Management for Sustainable Universities</i> (Conferência Internacional sobre a Gestão Ambiental para as Universidades Sustentáveis)
ENCAMS	<i>Environmental Campaigns</i> (Campanhas Ambientais)
ESS	Indicador de classe ESSENCIAL para o Relatório de Sustentabilidade
ETHOS	Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial
GHESP	<i>Global Higher Education for Sustainability Partnership</i> (Parceria Global do Ensino Superior para o Desenvolvimento Sustentável)
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i> (Iniciativa de Relato Global)
IAU	<i>International Association of Universities</i> (Associação Internacional de Universidades)
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICC	<i>International Chamber of Commerce</i> (Câmara Internacional de Comércio)
IES	Instituição de Ensino Superior
IFC	<i>International Finance Corporation</i> (Iniciativa da carta da terra)
IGC	Índice Geral de Cursos da Instituição
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISO	<i>International Organization for Standardization</i> (Organização Internacional para Padronização)
IUCN	<i>International Union for Conservation of Nature</i> (União Internacional para a conservação da natureza)
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996
MEC	Ministério da Educação e Cultura do Brasil
OECD	<i>Organization for Economic Co-operation and Development</i> (Organização para a Cooperação e

	Desenvolvimento Econômico)
OIUDSMA	Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PDCA	<i>Plan, Do, Check, Act</i> (Planejar, Executar, Verificar, Agir)
PDI-UPF	Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade de Passo Fundo
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGEng	Programa de Pós Graduação em Engenharia da Faculdade de Engenharia e Arquitetura da Universidade de Passo Fundo
PRME	<i>Principles for Responsible Management Education</i> (Princípios de educação da gestão responsável)
PT &TD	Subcategoria de indicadores da dimensão social das diretrizes da GRI de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente
RP	Subcategoria de indicadores da dimensão social das diretrizes da GRI de Responsabilidade pelo Produto
RS	Relatório de Sustentabilidade
RUPEA	Redes Universitárias de Programas de Educação Ambiental
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SO	Subcategoria de indicadores da dimensão social das diretrizes da GRI de Sociedade
SS	Suplementos Setoriais (desenvolvidos pela GRI para reportar de forma mais específica o desempenho de diferentes setores da economia)
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UICN	<i>International Union for Conservation of Nature</i> (União Internacional pela Conservação da Natureza)
ULSF	<i>Association of University Leaders for a Sustainable Future</i> (Associação de Líderes Universitários para um Futuro Sustentável)
UNCTAD	<i>The United Nations Conference on Trade and Development</i>
UNEP	<i>United Nations Environment Program</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNGC	<i>United Nations Global Compact</i>
UNICEF	<i>The United Nations Children's Fund</i> (Fundo das Nações Unidas para a Infância)
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos
WBCSD	<i>World Business Council for Sustainable Development</i> (Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável)
WCED	<i>World Commission on Environment and Development</i> (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento)

RESUMO

Uma crescente preocupação global com o desempenho sustentável das organizações é fortemente observada. Ações e resultados devem se manter transparentes, utilizando indicadores que possibilitem, além do relato de desempenho, um comparativo com outras organizações. Com este objetivo, a *Global Reporting Initiative* apresenta diretrizes para a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade que abrange a comunicação do desempenho econômico, ambiental e social. Também dispõe de suplementos setoriais, onde são apresentados indicadores complementares, específicos às atividades desenvolvidas por cada setor da economia. Os suplementos setoriais objetivam um melhor e mais amplo relato de desempenho frente à sustentabilidade, porém alguns setores da economia, como o da educação, ainda não possuem. Na busca de uma estrutura de indicadores voltados para uma instituição de ensino superior comunitária, realizou-se um estudo na Universidade de Passo Fundo, onde o objeto de estudo foram os Conjuntos de Protocolos de Indicadores da *Global Reporting Initiative*. Para isto foi criado um protocolo de estudo de caso, a fim de avaliar, adequar e buscar novos aspectos e indicadores suplementares para a instituição. Foram criados instrumentos para a pesquisa, os quais possibilitaram a realização de entrevistas aos principais gestores da instituição, além de observações diretas ao *campus* e a análise de documentos relevantes. Concluída a coleta de dados, cada indicador foi analisado individualmente tendo as informações obtidas consolidadas, resultando em uma estrutura de indicadores onde 70% dos indicadores da *Global Reporting Initiative* foram mantidos, 27% sofreram alterações na descrição do indicador e 3% excluídos. Complementando estes, foram incluídos 27 indicadores totalmente novos, específicos e característicos ao funcionamento da universidade, representando 24% da estrutura construída pela pesquisa. Conclui-se que o modelo da *Global Reporting Initiative* é apropriado para o Relatório de Sustentabilidade da instituição, todavia as alterações e inclusões de novos indicadores possibilitam um relato mais específico do seu desempenho econômico, ambiental e social.

Palavras-chave: Indicadores de Sustentabilidade, Instituições de Ensino Superior, *Global Reporting Initiative*, Relatório de Sustentabilidade.

ABSTRACT

A growing global concern on the sustainable performance of organizations is currently observed. Actions and results must remain transparent, using indicators that allow, in addition to the performance report, a comparison with other organizations. With this goal, the Global Reporting Initiative provides guidelines for drafting a sustainability report covering the economic, environmental and social performance. Sector supplements are also available, where are presented additional indicators specific to activities developed for each sector of the economy. The sector supplements aim better and wider reporting of performance against sustainability, but some economic sectors, such as education, do not yet have. In search of a framework of indicators aimed at an institution of higher education community, a study at the University of Passo Fundo, where the object of study was the Protocols sets of indicators of the Global Reporting Initiative. For this was created a case study protocol, in order to evaluate, adapt and find new aspects and supplementary indicators for the institution. Research instruments were created, which enabled the realization of interviews to the leading managers of the institution, in addition to campus direct observations and the analysis of relevant documents. Completed data collection, each indicator was analyzed individually having consolidated the information obtained, resulting in a framework of indicators where 70% of the Global Reporting Initiative indicators were kept, 27% have undergone changes in the description of the indicator and 3% excluded. Complementing these, 27 totally new indicators were included and characteristic specific to the operation of the University, representing 24% of the framework built by the search. It is concluded that the model of the Global Reporting Initiative is suitable for the institution's Sustainability Report; however the changes and additions of new indicators provide a more specific reporting of their economic, environmental and social performance.

Keywords: *Sustainability Indicators, Higher Education Institutions, Global Reporting Initiative, Sustainability Reporting.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Problema da pesquisa	15
1.2 Justificativa.....	16
1.3 Objetivos.....	18
1.3.1 Objetivo geral	18
1.3.2 Objetivos específicos.....	18
1.4 Escopo e delimitação da pesquisa	18
2 REVISÃO DA LITERATURA	19
2.1 Desenvolvimento sustentável	19
2.1.1 Dimensões da sustentabilidade.....	21
2.1.2 Inserção e divulgação da sustentabilidade nas organizações.....	23
2.2 Global Reporting Initiative (GRI)	28
2.2.1 Cenário Brasileiro de Relatórios de Sustentabilidade	30
2.2.2 O Relatório de Sustentabilidade da GRI.....	30
2.2.2.1 A estrutura do relatório.....	32
2.3 Instituições de Ensino Superior e a Sustentabilidade	35
2.3.1 Instituições de Ensino Superior Comunitárias.....	39
3 MATERIAIS E MÉTODOS	42
3.1 Classificação da pesquisa	42
3.2 Delineamento da pesquisa	44
3.2.1 Fase 1	45
3.2.1.1 Seleção do objeto de estudo	45
3.2.1.2 Seleção da unidade de análise	46
3.2.2 Fase 2	48
3.2.2.1 Elaboração do Protocolo de Estudo de caso.....	48
3.2.2.2 Elaboração dos instrumentos da pesquisa	49
3.2.3 Fase 3	51
3.2.3.1 Coleta de dados.....	51
3.2.3.2 Análise e tratamento dos dados	54
3.2.3.3 Interpretação dos dados	55

3.2.3.4 Construção da estrutura de indicadores para o Relatório de Sustentabilidade da IES estudada	57
4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	58
4.1 Indicadores de Desempenho Econômico.....	58
4.2 Indicadores de Desempenho Ambiental	72
4.3 Indicadores de Desempenho Social.....	92
4.3.1 Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente.....	93
4.3.2 Direitos Humanos	104
4.3.3 Sociedade.....	117
4.3.4 Responsabilidade pelo produto.....	133
4.4 Estrutura de indicadores para o Relatório de Sustentabilidade da IES estudada.....	145
5 CONCLUSÃO.....	157
5.1 Sugestões para trabalhos futuros	158
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICE A - PROTOCOLO DO ESTUDO DE CASO	168
APÊNDICE B - ROTEIROS DE ENTREVISTA.....	170
DIMENSÃO ECONÔMICA.....	172
DIMENSÃO AMBIENTAL.....	175
DIMENSÃO SOCIAL - Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente.....	183
DIMENSÃO SOCIAL - Direitos Humanos	187
DIMENSÃO SOCIAL - Sociedade.....	193
DIMENSÃO SOCIAL - Responsabilidade pelo produto.....	197
APÊNDICE C - ROTEIRO DA OBSERVAÇÃO DIRETA.....	201
ANEXO A - INDICADORES GRI VERSÃO G 3.1.....	203

1 INTRODUÇÃO

Uma maior consciência da sociedade frente à degradação ambiental que decorria do processo de desenvolvimento foi presenciada ao final do século XX. Conferências internacionais, como a Rio 92, foram organizadas para discutir perspectivas e foi então que as organizações começaram a aprimorar suas visões, antes puramente econômicas, para que seus processos de avaliação tivessem ajustes estratégicos que se relacionassem com as imposições ambientais e as transformações sociais cada vez mais constantes (ROBINSON, 2000).

Desde então, grande parte das organizações vem despertando para as contínuas inovações e cedendo à mudança (REIS, 2003) na maneira em que os negócios devem ser conduzidos (AZAPAGIC, 2003). Buscam atividades e operações mais sustentáveis, que integrem princípios e práticas das dimensões da sustentabilidade (econômica, ambiental e social) (ELKINGTON, 2011). O objetivo é atingir maturidade frente à sustentabilidade do desenvolvimento (SIQUEIRA, 2005) e adequadamente divulgar os resultados alcançados.

Neste intento, muitas abordagens têm sido propostas, porém, um Relatório de Sustentabilidade é capaz de comunicar de forma integrada as três dimensões, dando maior transparência e expandindo o diálogo das empresas com a sociedade (ETHOS, 2007). Além disto, se mostra uma vantajosa ferramenta operacional, como plataforma orientadora para as mudanças, possibilitando estabelecer objetivos e metas, transformações operacionais, controle de externalidades, comunicação de impactos positivos e negativos, assim como reunir informações que podem influenciar na política, na estratégia e nas operações da organização continuamente (BINKOWSKI, 2008; LEGITIMUS, 2012; GRI, 2012).

A elaboração de um Relatório de Sustentabilidade é uma prática já consolidada entre as organizações (FDC, 2012) e, para que seja padronizada, a *Global Reporting Initiative* (GRI) apresenta princípios e indicadores de desempenho que possibilitam a comparabilidade e

visam estimular a demanda por estas informações (GRI, 2012), uma vez que se vê ampliada a responsabilidade do negócio para além de suas próprias atividades (SAVITZ, 2007). Destaca Salgado (2006), a importância da Instituição de Ensino Superior (IES) como veículos de disseminação da conscientização frente ao desenvolvimento sustentável, dado seu papel multiplicador das ações vivenciadas (KRAEMER, 2004). Com isto, Clark (2003) mostra o novo conceito de universidade, caracterizado como o modelo da sustentabilidade.

Além disto, no estado do Rio Grande do Sul, as IES Comunitárias¹ representam dois terços da educação superior (COMUNG, 2012), conferindo representatividade quanto aos seus processos junto à sociedade (JAMALI, 2006), destacando a importância na investigação de suas atividades quanto à sustentabilidade. Nesta perspectiva, a Universidade de Passo Fundo possuindo missão de “educar, por meio do ensino, pesquisa e extensão, para promover a qualidade e a sustentabilidade do ambiente de vida”, mostra legitimidade social, em função do papel e posição que ocupa, além de ser reconhecida pelas comunidades regionais como um importante fator de desenvolvimento (SCHIMIDT, 2009, p.382).

1.1 Problema da pesquisa

As diretrizes dadas pela *Global Reporting Initiative* (GRI), para elaboração de um Relatório de Sustentabilidade, podem ser utilizadas por toda e qualquer organização independentemente de porte ou setor na economia (GRI, 2012), sendo também as mais utilizadas em âmbito mundial (ETHOS, 2012). Porém, em função das particularidades dadas às atividades de alguns setores, a própria GRI apresenta Suplementos Setoriais que objetivam um relato que siga o contexto, a realidade e a especificidade de cada setor (GRI, 2012).

Apesar das particularidades que o contexto educacional possui, como por exemplo, na questão da infraestrutura abordada por Tauchen (2007), ou ainda na questão do foco das IES em seu papel de agente de desenvolvimento social, como descrito por Cassol (2006) e Kraemer (2004), o setor de educação atualmente não possui Suplemento Setorial com indicadores específicos, apresentando a necessidade do desenvolvimento de um instrumento

¹ Instituições Comunitárias são criadas pela sociedade civil e pelo poder público local, sem fins lucrativos, com gestão democrática e participativa. Mostram-se autênticas instituições públicas não estatais (SCHIMIDT, 2009).

alinhado a este contexto, ou seja, uma estrutura de indicadores que propicie uma elaboração simplificada e abrangente de um Relatório de Sustentabilidade para as IES.

Esta necessidade fica evidente num levantamento feito por Silva (2009) acerca dos principais indicadores qualitativos e quantitativos utilizados nas IES, onde não foram encontrados indicadores relacionados ao conceito do desenvolvimento sustentável. Também porque, conforme Termignoni (2012), as pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável nas IES enfocam principalmente a dimensão ambiental, mostrando separação na gestão das dimensões, o que dificulta e se mostra na contramão da perspectiva de uma ampla análise e divulgação da sustentabilidade das IES, requerendo estudos mais abrangentes.

A Universidade de Passo Fundo (UPF) também demonstra esta separação na gestão das três dimensões da sustentabilidade, o que pode ser evidenciada pela divulgação isolada de seus relatórios. A instituição divulga anualmente o Balanço Social e Demonstrativo de Informações de Natureza Social e Ambiental, mantém diversas atividades relacionadas à sustentabilidade (grupos, projetos, programas e campanhas), todavia, mesmo comprometida com a questão, ainda não possui um Relatório de Sustentabilidade.

Mediante tais arguições, a pesquisa propõe-se a responder a seguinte questão:

Como uma IES comunitária pode demonstrar, de forma mais específica, seu desempenho econômico, ambiental, social através de indicadores que suplementem o Relatório de Sustentabilidade baseado nas diretrizes da GRI?

1.2 Justificativa

No intento de um relatório de Sustentabilidade mais abrangente e específico alguns setores da economia optam por acrescentar indicadores, dos chamados Suplementos Setoriais, para obter um relato mais característico e detalhado do desempenho das suas atividades (GRI, 2012). Porém o setor de educação ainda não possui este instrumento e as contribuições dadas por esta pesquisa justificam-se por poder servir como subsídio futuro para o desenvolvimento de um Suplemento Setorial para o Relatório de Sustentabilidade da GRI destinado às IES.

As IES atuam como influenciadoras no desenvolvimento da sociedade, seja pelo ensino, pesquisa, ou pelas suas próprias ações. Dotam de qualificação e consciência os futuros formadores de opinião que causarão efeito multiplicador (KRAEMER, 2004) e transformador destas (UPF, 2012). Por isso da importância na adoção e do exercício de práticas voltadas à

sustentabilidade. Segundo Careto e Vendeirinho (2003), é importante que as universidades apresentem um alinhamento entre suas práticas e o que ensinam aos seus alunos, e que segundo Conto (2010), se justifica pela sua própria missão. E este processo inclui desde a elaboração de um relatório que contenha indicadores específicos às suas atividades até a adoção de uma postura mais transparente frente a esta missão.

Pesquisas anteriores foram realizadas acerca do assunto na IES em estudo, ora elaborando um modelo de Gestão Ambiental (TAUCHEN, 2007), realizando avaliação da sustentabilidade ambiental da UPF (FRAGA, 2011), verificando dados existentes no Balanço Social da instituição no RS da GRI (TRENTIN, 2011) e avaliando a sustentabilidade em determinadas IES (HECKTHEUER, 2012). Mostrando que a UPF têm sido foco de vários estudos relacionados ao tema e o estudo proposto justifica-se por dar continuidade à linha de pesquisa do PPGEng e servir de subsídio para estudos dentro do âmbito da sustentabilidade.

Apesar da IES em estudo possuir dados e relatórios associados à sustentabilidade, estes são divulgados separada e parcialmente, relativos a uma ou outra dimensão, mostrando que o estudo do caso se justifica por reunir numa estrutura de relato todas as dimensões da sustentabilidade e que possua ainda abordagens adicionais (em relação às dadas pela GRI) características às suas atividades para a obtenção de um relato transparente da sua atuação.

Além disto, o desenvolvimento de uma estrutura para o relato da sustentabilidade da universidade justifica-se por resultar em um documento cujas informações mostrarão quais indicadores podem melhor e mais amplamente retratar as atividades e o desempenho desta. Poderá mostrar em que nível de sustentabilidade ela se encontra e possibilitar o estudo dos fatores que determinam esta condição e a melhor solução para os problemas.

Atenta a dimensão global, a integração no MERCOSUL e as políticas nacionais e internacionais, a UPF tem como compromisso o desenvolvimento socioeconômico, cultural e científico da região (UPF, 2012) em consonância com o propósito da pesquisa.

Além disto, a iniciativa da pesquisa pode servir como motivadora na formação de um núcleo/grupo para levantar, tratar, estudar e disseminar os achados destas questões. Posteriormente os dados, qualitativos e quantitativos levantados, usando-se desta estrutura, podem servir como base para a tomada de decisões administrativas e operacionais, onde ações podem estar embasadas, estratégias podem ser criadas e um processo de melhoria contínua na busca pela sustentabilidade possa ser desenvolvido, mantido e propagado à comunidade interna e externa da universidade.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Objetiva-se construir uma estrutura de indicadores para Relatório de Sustentabilidade (RS), baseada nos moldes da *Global Reporting Initiative* (GRI), que seja alinhado ao contexto particular das atividades de uma IES comunitária do Rio Grande do Sul.

1.3.2 Objetivos específicos

Como objetivos específicos o estudo visa:

- a) Identificar aspectos e indicadores da GRI adequados para o RS da IES comunitária;
- b) Investigar novos aspectos e indicadores específicos às atividades da IES comunitária;
- c) Consolidar os dados propostos pelos gestores com os evidenciados;
- d) Obter uma estrutura de indicadores específicos para o RS da IES comunitária.

1.4 Escopo e delimitação da pesquisa

Esta pesquisa visou apontar indicadores da GRI condizentes às atividades da IES e propor novos que suplementem um Relatório de Sustentabilidade. Não foi objetivo avaliar se a IES realiza ou não, e/ou de que forma, as ações descritas pelo relatório da GRI, tão pouco coletar dados quantitativos dos indicadores, mas sim, busca verificar se os entrevistados julgam o instrumento adequado as suas realidades (no âmbito de suas atuações profissionais) e quais indicadores não estão listados e fazem-se necessários constarem junto aos pré-estabelecidos para que haja um melhor relato da incorporação da sustentabilidade na IES.

Embora as diversas linhas de pesquisa destaquem diferentes esferas componentes da sustentabilidade, neste trabalho de pesquisa são consideradas as mesmas dimensões que fazem parte da estrutura do relatório de sustentabilidade da GRI: a dimensão econômica, a ambiental e a social (GRI, 2011). As demais dimensões da sustentabilidade apontadas por outros autores não foram incluídas neste estudo.

O Relatório de Sustentabilidade da GRI apresenta diretrizes para divulgação do perfil da empresa, do desempenho de governança corporativa, da forma de gestão e dos Conjuntos de Protocolos de Indicadores de Desempenho econômico, ambiental e social. Esta pesquisa trabalhou apenas sobre os Conjuntos de Protocolos de Indicadores de Desempenho.

2 REVISÃO DA LITERATURA

No capítulo 2, é apresentada a revisão da literatura que dá sustentação teórica a esta pesquisa. Trata-se do histórico do debate acerca do desenvolvimento sustentável, suas dimensões de acordo com alguns autores e a inserção do conceito de sustentabilidade nas organizações. É descrita a investida em sua comunicação e divulgação através de um Relatório de Sustentabilidade e também o principal dispositivo para este propósito e sua abordagem.

Uma revisão da intrínseca relação da sustentabilidade com as IES foi realizada, em especial pelas características das IES comunitárias.

2.1 Desenvolvimento sustentável

A partir da década de 60 a sociedade amplia sua visão sobre o desenvolvimento global uma vez que inicia uma reflexão sistemática sobre sua influência neste processo, e percebe a necessidade de um desenvolvimento sustentável (VAN BALLEEN, 2004). Que, de acordo com Dyllick e Hockerts (2002), se deu justamente por levar ao século XXI a promessa de evolução social em um mundo mais justo e mais rico.

De acordo com o Relatório de Brundland, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) em 1987, isso só é possível quando “A humanidade é capaz de tornar o desenvolvimento sustentável, de garantir que ela atenda as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem também às suas” (CMMAD, 1991, p. 9). Desde então o conceito passou a ser discutido em seu significado e as medidas necessárias para alcançá-lo.

Baseado neste, Cordani (1995) discorre que o desenvolvimento sustentável “[...] pretende alcançar uma situação ideal de justiça social, para a humanidade, na qual o desenvolvimento socioeconômico, em bases equitativas, estaria em harmonia com os sistemas de suporte da vida na Terra. [...]” (CORDANI, 1995, p.14).

Além de conceituar o desenvolvimento sustentável, o Relatório de Brundtland mostrou ampla repercussão mundial, e estimulou a Organização das Nações Unidas (ONU) a organizar a maior reunião de chefes de Estado da história, em 1992, no Rio de Janeiro, a Rio-92, que segundo Cordani (1995) “o maior valor do evento foi o de ter despertado, de maneira irreversível, a consciência mundial para os problemas globais”.

Tal valor foi tão proeminente que nos dias de hoje tornaram-se um assunto notório, discutido incessantemente em todo o mundo e não pôde mais ser ignorado, sejam pelos governos, setores econômicos ou mesmo pela nação. Apesar de tal destaque, o conceito de desenvolvimento sustentável ainda se mostra desacreditado em termos práticos.

Manzini (2008) no aclamado texto “Comunidades Criativas” teoriza que diante dos problemas relativos ao uso não sustentável dos recursos terrestres, as pessoas agem alegando que se vive num “sistema bloqueado” e que as empresas e políticos alegam que não podem fazer nada porque “o povo” não está disposto a mudar. E por sua vez, as pessoas e as comunidades, mesmo expressando sua vontade de mudança, alegam que não podem fazer nada porque “as empresas e os políticos” não oferecem nenhuma alternativa e assim vão mantendo um jogo de paralização, bloqueados em uma dinâmica que não os permite imaginar nada mais que novos dispositivos inúteis ou, na melhor das hipóteses, uma melhoria gradual intrinsecamente insustentável (BROWER, 2004, p.52 apud MANZINI, 2008).

Porém, apesar de tais entraves, o anseio tem se mostrado verdadeiro, não só pela redução nos impactos ambientais, mas como uma possível mudança estrutural envolvendo os hábitos das pessoas, todo modelo de produção, consumo, tecnologia e educação para as futuras gerações.

Isto é observado ainda mais fortemente nos dias de hoje, tendo visto os eventos e discussões cada vez mais recorrentes e aquecidos, como o que aconteceu no ano de 2012 entre os dias 13 a 22 de junho no Rio de Janeiro, onde ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20. Neste evento foram discutidos os rumos da economia verde, no âmbito do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza para os próximos anos.

Antevendo a conferência, o secretário-geral da ONU Ban Ki-moon salientava que agora é a hora em que “temos que decidir se queremos a prosperidade comum ou caminhos de consequências muito negativas, trágicas, para a humanidade” (AMBIENTE BRASIL, 2012).

Mostrando que “uma nova forma de civilização baseada no uso sustentável de recursos não é apenas possível, mas essencial” (MCNEELY et al. 1990. p.10).

2.1.1 Dimensões da sustentabilidade

De acordo como Van Bellen (2002) não há uma concordância entre os estudiosos na definição do conceito de desenvolvimento sustentável, conseqüentemente, não há também como medir a sustentabilidade e a interação entre as diferentes dimensões. Na ampla discussão e uso do conceito, diversos autores colocam o desenvolvimento sustentável sobre pilares distintos, de acordo com suas teorias.

Dentre estes, Bossel (1999) que trata de nove dimensões - ambiente, material, ecológica, social, econômica, jurídica, cultural, político e psicológica - na tentativa de evidenciar que o desenvolvimento sustentável pode ser mais ajuizado quando se evita uma destruturação. Neste intento Bossel (1999, p.3) descreve que “Uma sociedade justa e equitativa, por exemplo, é provável que seja mais segura do que uma materialmente sustentável através de uma ditadura brutal”.

Para Sachs (2002) são oito as dimensões da sustentabilidade - econômica, ambiental, social, ecológica, cultural, territorial, política nacional e política internacional. Antes de ampliar para oito dimensões, Sachs (1993) apontava cinco dimensões do desenvolvimento sustentável - econômica, ecológica, social, espacial, cultural.

Jara (1998) descreve cinco dimensões – econômica, ambiental, social, cultural e política – justificando que para um país em desenvolvimento a sustentabilidade não é necessariamente um critério para um país desenvolvido.

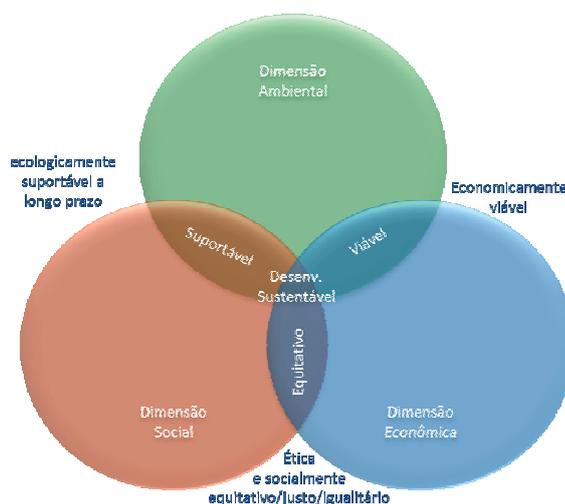
Mesmo diante de tantas teorias, apontando diferentes dimensões, de acordo com Harris (2000) tem sido geralmente reconhecidas três dimensões (*triple bottom line*²) envolvendo o desenvolvimento sustentável (Figura 1):

a) Econômica: Um sistema economicamente sustentável deve ser capaz de produzir bens e serviços de forma contínua, manter os níveis de governo e dívida externa gerenciável, e evitar extremos desequilíbrios setoriais que tragam danos agrícolas à produção industrial.

b) Ambiental: Um sistema ambientalmente sustentável deve manter uma estável base de recursos, evitando sobre-exploração dos sistemas de recursos renováveis ou funções ambientais, e esgotando os recursos não renováveis apenas na medida em que haja investimento em substitutos adequados. Isto inclui a manutenção da biodiversidade, estabilidade atmosférica, e outras funções do ecossistema, normalmente, não classificados como recursos econômicos.

c) Social: Um sistema socialmente sustentável deve alcançar equidade distributiva, adequada prestação de serviços sociais, incluindo saúde e educação, igualdade de gênero e políticas de responsabilidade participativa.

Figura 1 - Representação das várias componentes do desenvolvimento sustentável



Fonte: Adaptado de USNW (2012)

² *Triple bottom line* é um termo em inglês que significa tripé básico ou três pilares: “*People*”, pessoas; “*Planet*”, planeta e “*Profit*”, lucro; referindo-se a dimensão social, ambiental e econômica, componentes básicos equitativos para o desenvolvimento sustentável. (BCSD, 2007, p.3). O termo é advindo do conceito criado nos anos 90 por John Elkington.

A atividade econômica, o meio ambiente e o bem-estar global da sociedade formam o tripé básico no qual se apoia a ideia de desenvolvimento sustentável e ele só pode ser alcançado se estes três componentes evoluírem de forma harmoniosa (BCSD, 2007, p. 3), onde a resultante estaria justamente nas questões ecologicamente corretas, economicamente viáveis e socialmente justas, que é amplamente usada pelas organizações inclusive como modelo de sustentabilidade para seus negócios (ELKINGTON, 2011).

2.1.2 Inserção e divulgação da sustentabilidade nas organizações

Nos anos 80 grande parte das organizações pôde evidenciar a consciência que a sociedade vinha desenvolvendo diante da degradação ambiental que decorria do processo de desenvolvimento (WACKERNAGEL; REES, 1996). Desde então vem despertando às contínuas inovações e cedendo espaço a uma visão de mudança (REIS, 2003) na maneira que os negócios devem ser administrados e conduzidos (AZAPAGIC, 2003).

As organizações, inclinadas às práticas de avaliação financeira, adiam práticas que agrupassem os impactos sociais, ambientais e econômicos gerados em decorrência das atividades operacionais das organizações (HARDJONO; MARREWIJK, 2001).

Porém uma maior maturidade frente à sustentabilidade do desenvolvimento (SIQUEIRA, 2005) passou a ser imperativa, uma vez que viu ampliada a responsabilidade do negócio para além de suas próprias atividades, se estendendo também às atividades dos seus fornecedores e das comunidades em que atuam, bem como pelos clientes que utilizam seus produtos (SAVITZ, 2007).

Os processos organizacionais passaram por revisão e mudanças, buscando atividades e operações mais sustentáveis, que integrassem princípios e práticas de ambas as dimensões da sustentabilidade (econômica, ambiental e social) (ELKINGTON, 2011) e pudessem refletir o espectro expandido de valores e critérios adotados para o sucesso organizacional (UNSW, 2012). Pois, segundo Pinto (2002), as empresas se viram compelidas a apresentar bons indicadores de sustentabilidade, a fim de obter recursos financeiros e parceiros para seus processos econômicos e, com isso, poder galgar novos patamares de rentabilidade.

Neste intento, desde então, muitas abordagens têm sido lançadas, desde a adoção de sistemas de gestão (ABNT NBR ISO 9001; 14.001; 14.004; 26.000; NBR 16.001; BS OHSAS 18.001, entre outros) até ferramentas de sustentabilidade amplamente conhecidas, como a Pegada Ecológica criada por Wackernagel e Rees em 1996 e o *Dashboard for Sustainability* criada por Hardi e Zdan em 2000, que foram desenvolvidas, num primeiro momento, para servirem como indicadores de países e regiões (WACKERNAGEL; REES, 1996; HARDI; ZDAN, 2000). Porém, para medir e relatar os resultados alcançados com estes, os instrumentos mais utilizados na atualidade são os relatórios e balanços.

De acordo com Elkington (2011, p.121), datam da década de 90 os primeiros relatórios, a maioria ambientais, e vários “preparados de forma voluntária, resultando em uma grande diversidade de indicadores utilizados e apresentação de dados de desempenho, fazendo com que a comparação fosse dificultada” e, parte das vezes, a dificuldade de comparação entre os relatórios era intencional, não transparecendo a sustentabilidade de suas ações, mas sim apenas para passar uma boa imagem ao executar o relatório.

Dentre os vários instrumentos utilizados para relatar aspectos da sustentabilidade podem ser descritos:

- a) os Indicadores de Responsabilidade Social do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (ETHOS, 2007);
- b) o Modelo de Balanço Social do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE, 2008);
- c) os Índices de Sustentabilidade do *Dow Jones* (DJSI, 2009).

Alguns, como os dois primeiros, abordando apenas uma das dimensões da sustentabilidade, outros mais de uma, mas com enfoque diferente do relato de sustentabilidade.

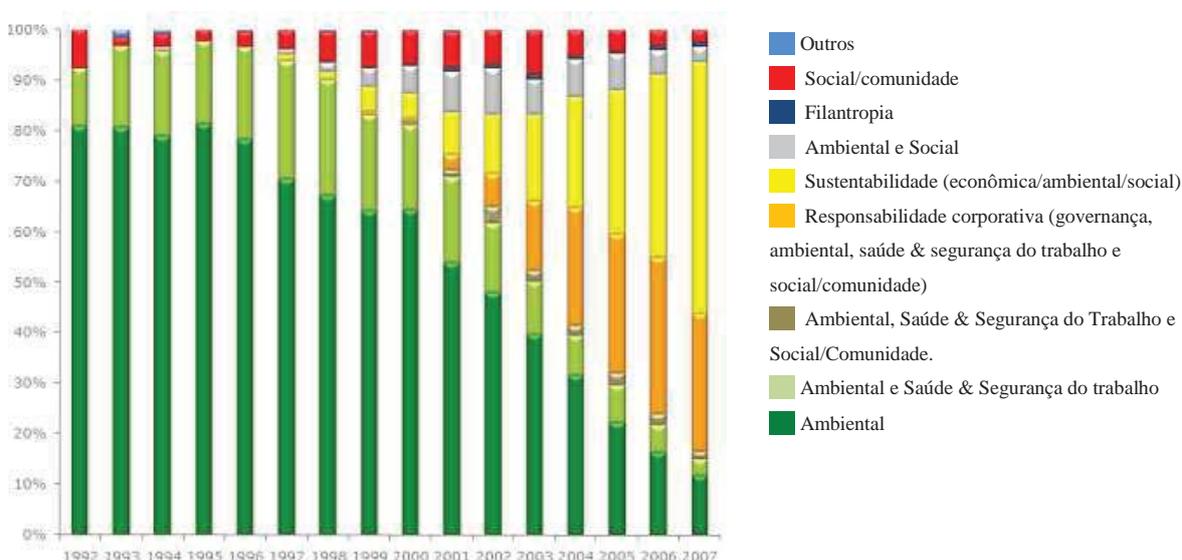
Um Relatório de Sustentabilidade é o único capaz de comunicar de forma integrada as três dimensões, dando maior transparência e expandindo o diálogo das empresas com a sociedade e demais *stakeholders*³ (ETHOS, 2007).

³ *Stakeholder*: O termo em inglês vem de “*Stake*” - interesse, participação, risco; “*Holder*” - aquele que possui. É qualquer pessoa, colaborador, funcionário, cliente, consumidor, comunidade, planejador, investidores e acionistas, fornecedor, concorrentes, governo e demais instituições que direta ou indiretamente tenham interesses, sejam afetados por um projeto, interfiram nas atividades gerenciais e nos resultados de uma organização.

O relato de sustentabilidade se dá pela prática de medir, divulgar e prestar contas para os interessados internos e externos do desempenho organizacional, de governança e dos impactos econômicos, ambientais e sociais visando o desenvolvimento sustentável. Esse documento deve oferecer uma descrição equilibrada e sensata das informações relatadas, divulgando resultados obtidos dentro de um período de tempo, no contexto dos compromissos, da estratégia e da forma de gestão da organização; incluindo informações tanto positivas como negativas (GRI, 2012).

A Figura 2 mostra a proporção entre os tipos de relatórios divulgados, entre os anos de 1992 e 2007, em questões sociais, econômicas, ambientais e de saúde separadamente. Segundo Brown, Dillard e Marshall (2006) na carência de normas obrigatórias as empresas escolhem livre e aleatoriamente algumas características e medidas a serem relatadas, e produzem um relatório específico a este contexto.

Figura 2 - Proporção entre tipos de Relatórios de Sustentabilidade no mundo



Fonte: Adaptado de Corporate Register (2012)

Notam-se as mudanças nos tipos de relatórios que inicialmente eram realizados apenas tratando o aspecto ambiental e a partir de 2001 percebe-se o aumento de Relatórios de Sustentabilidade, os quais englobam todas as questões, permitindo assim uma análise macro de desempenho.

De acordo com a GRI (2012), dentre as razões que as organizações têm para a divulgação de um RS podem-se destacar:

- a) Aumento a compreensão sobre os riscos e oportunidades que enfrentam;
- b) Melhora da reputação e a fidelidade à marca;
- c) Dar compreensão aos interessados do desempenho e impactos de sustentabilidade;
- d) Enfatizar a relação entre desempenho organizacional financeiro e não financeiro;
- e) Influenciar na estratégia e política de gestão em longo prazo e planos de negócios;
- f) Servir como padrão de referência (*Benchmarking*) e avaliação de desempenho com respeito às leis, normas, códigos, padrões de desempenho e iniciativas voluntárias;
- g) Demonstrar como a organização influencia e é influenciada pelas expectativas relativas ao desenvolvimento sustentável;
- h) Comparar o desempenho organizacional interno e entre outras organizações;
- i) Conformidade com normas nacionais ou requisitos da bolsa de valores.

Segundo o Instituto Ethos (2012), ele pode ser definido como um documento anual produzido voluntariamente pela empresa após um esforço de “auditoria interna” para mapear seu grau de sustentabilidade. Essa “auditoria” busca entender a gestão da ação e avaliá-la, conforme critérios ambientais, sociais, econômicos e inclusive de governança.

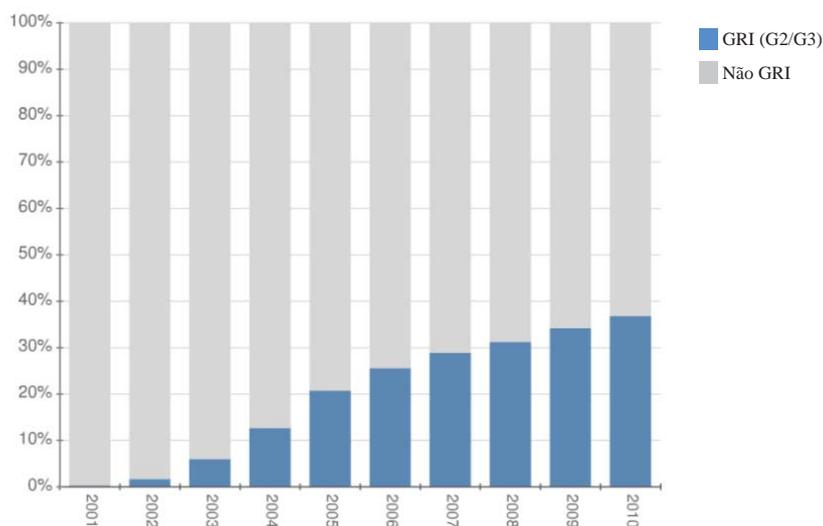
Além disso, mostra-se uma vantajosa ferramenta operacional, como plataforma orientadora para as mudanças, possibilitando estabelecer objetivos e metas, transformações operacionais, controle de externalidades, comunicar impactos positivos e negativos, assim como reunir informações que podem influenciar na política, na estratégia e nas operações da organização continuamente (BINKOWSKI, 2008; LEGITIMUS, 2012; GRI, 2012).

Neste intento, a *Global Reporting Initiative* (GRI) lança “Diretrizes para Elaboração de um Relatório de Sustentabilidade”, a fim de obter um relato equilibrado e padronizado dos aspectos de sustentabilidade tratados pelas organizações (GRI, 2012).

A tendência para relatórios padronizados com abrangência dos três pilares da sustentabilidade (BARBIERI, 2004), e a elaboração e divulgação destes relatórios, constitui um instrumento da responsabilidade das organizações relacionado à transparência de suas atividades, assim como uma lista de verificação aos aspectos relacionados à contribuição da organização frente ao desenvolvimento sustentável (GRI, 2012).

Na Figura 3 é mostrada, até o ano de 2010, a constante ascensão na divulgação de relatórios a partir das diretrizes da GRI em comparação aos outros tipos de relatórios.

Figura 3 - Proporção de Relatórios de Sustentabilidade da GRI no mundo



Fonte: Adaptado de Corporate Register (2012)

Numa pesquisa divulgada pela Revista Análise sobre Gestão Ambiental (2011), são mostradas as proporções de relato de desempenho dos aspectos relativos à sustentabilidade de empresas brasileiras. Em números, relativo a 2010 e 2011 é apontado uma ascensão ainda maior na divulgação do modelo da GRI, como mostra a Tabela 1.

Tabela 1 - Onde as organizações publicam suas informações, Brasil - 2010/2011.

Em porcentagem (%) do total	2010	2011
Relatório Anual	50,7	52,1
Informativo anual à comissão de valores Mobiliários (CVM)	11,9	11,4
Balanço Social	35,6	31,8
Modelo GRI	21	26,4
Modelo IBASE	12,1	12,1
Modelo Ethos	10,9	11,4
Balanço Socioambiental	27,5	25,7
Site da empresa	70	69,9
Outros	25	25
Total de Empresas	404	428

Fonte: Adaptado da Revista Análise Gestão Ambiental (2011)

Para Savitz (2007), não há dúvida que as diretrizes apresentadas pela GRI são o principal padrão global para mensuração, monitoramento e divulgação das questões relacionadas à sustentabilidade.

2.2 Global Reporting Initiative (GRI)

A *Global Reporting Initiative* (GRI) é uma Organização Não-Governamental (ONG) internacional composta por uma rede *multi stakeholders* (rede diversificada em público de interesse), cuja missão é desenvolver e disseminar globalmente diretrizes para a elaboração de relatórios de sustentabilidade no mundo todo. Foi fundada em 1997 como a iniciativa da *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES), uma ONG americana composta por organizações ambientais de trabalhadores, religiosos, profissionais de investimentos socialmente responsáveis e por investidores institucionais, em parceria com o *United Nations Environment Program* (UNEP) chamada no Brasil como Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) (GRI, 2012).

Em 2002 a GRI mudou-se para Amsterdã, na Holanda, onde se encontra atualmente sediada. Ela conta também com os representantes regionais, os chamados Pontos Focais (*Focal Points*) nos países da Austrália, Brasil, China, Índia e Estados Unidos, além de uma rede mundial de 30.000 pessoas (GRI, 2012).

Desde o início, a GRI, por meio de aprendizagem contínua, pesquisa e comentários públicos em ciclos regulares - reunindo centenas de parceiros, num processo voluntário, *multi stakeholders* e consensual - tem focado no desenvolvimento de um padrão de relatório que englobe a abordagem dos aspectos relacionados à sustentabilidade econômica, social e ambiental das organizações. Seu objetivo é elevar as práticas de elaboração e divulgação de relatórios de sustentabilidade e atribuir a estes a mesma utilidade, seriedade e qualidade dos relatórios e balanços financeiros, conferindo-lhes assim status de documento (GRI, 2012).

Segundo o Instituto Ethos (2012), o conjunto de diretrizes e indicadores da GRI proporcionam comparabilidade, credibilidade, periodicidade e legitimidade das informações na comunicação de um Relatório de sustentabilidade.

A GRI mantém-se em melhoria constante das diretrizes e na sua adoção por diferentes empresas e países. Embora as “Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade da GRI” pretendam, em longo prazo, serem aplicáveis a todos os tipos de organizações, o trabalho inicial se deu a partir das organizações empresariais (GRI, 2012).

Em março de 1999, foi lançada a primeira versão das “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade da GRI”, submetida a testes até o início de 2000. Em 2002, foi publicada a versão oficial, até hoje utilizada. A versão em português, para o Brasil, foi lançada em 2004,

num esforço comum de diferentes agentes envolvidos com o uso das diretrizes, com o apoio do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial. Atualmente o GRI mantém disponível na rede mundial de computadores as diretrizes G3.1, a terceira geração da GRI, cuja mais de mil empresas produzem seus relatórios, sendo 60 delas brasileiras (GRI, 2012).

Segundo a GRI (2012), sua visão é obter uma economia global sustentável onde organizações podem medir seus desempenhos e impactos econômicos, ambientais, sociais bem como os relacionados à governança, de uma maneira responsável e transparente. Como missão pretende fazer com que a prática de relatórios de sustentabilidade se torne padrão, fornecendo orientação e suporte para as organizações.

A GRI forma parceria estratégica global com a *Organization for Economic Co-operation and Development* (OECD), *United Nations Environmental Program* (UNEP) e com a *United Nations Global Compact* (UNGC) e suas Diretrizes possuem sinergia com a *The Earth Charter Initiative*, *International Finance Corporation* (IFC), *International Organization for Standardization* (ISO) e com a *The United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) (GRI, 2012).

O Brasil foi o primeiro país onde a GRI estabeleceu um *Focal Point* ou, em português Ponto Focal⁴ e está alocado em São Paulo, sediado no Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), tendo sido hospedado anteriormente pelo Instituto Ethos. O Ponto Focal trabalha diretamente com instituições parceiras em todo o país. Cultiva e agrega uma rede em expansão de organizações relatoras, usuários de relatórios e patrocinadores da GRI.

De acordo com a GRI (2012), os principais objetivos do Ponto Focal são:

- a) Promover a difusão dos RS ao engajar novos setores e indústrias;
- b) Comunicar os últimos progressos em RS aos grupos de interesse;
- c) Direcionar informações das partes interessadas locais à GRI para aprofundar internamente o conhecimento dos RS e da Estrutura de Relatórios da GRI.

⁴ O Ponto Focal fornece orientações e apoio para organizações locais para a elaboração e divulgação de um Relatório de sustentabilidade, seguindo a missão da GRI de tornar o relato de sustentabilidade uma prática comum (GRI, 2012).

2.2.1 Cenário Brasileiro de Relatórios de Sustentabilidade

Para a GRI (2012) o cenário atual revela que cresceu o compromisso das empresas brasileiras com relatos de sustentabilidade. Atualmente, o Brasil encontra-se em terceiro lugar no mundo em número de empresas que publicam RS. Em 2010, mais de 160 relatórios brasileiros baseados na estrutura da GRI foram registrados na Lista de Relatórios da GRI.

A mesma relata que há quase 40 empresas brasileiras no Programa de *Stakeholders* Organizacionais da GRI e estão bem representados nos órgãos de governança da GRI. O público brasileiro de RS assumiu um papel de liderança por meio de seu envolvimento no *Readers Choice Awards* (Premiação escolha dos leitores) e Conferências da GRI (GRI, 2012). A população indígena e a rica biodiversidade do Brasil estão entre os principais fatores de influência no campo do desenvolvimento sustentável. O Anexo Nacional da GRI está sendo desenvolvido para assegurar que questões e necessidades brasileiras estejam contempladas nas Diretrizes da GRI.

A GRI foi anfitriã da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio-92, e a GRI (2012) afirma que isso mostrou ser um indicativo precoce do compromisso dos brasileiros com o desenvolvimento sustentável e levou à criação de importantes organizações no campo da sustentabilidade.

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 é a expectativa do desdobramento mais recente na história brasileira de promoção de transparência e prestação de contas pelas organizações (GRI, 2012).

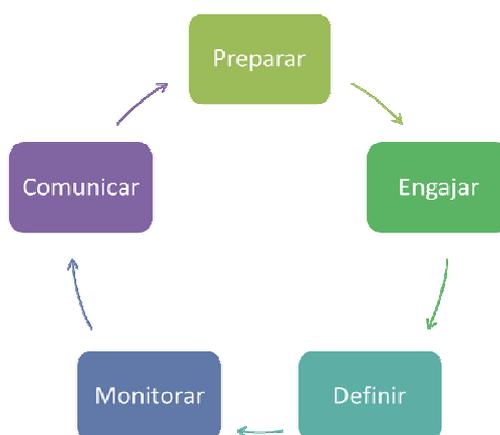
2.2.2 O Relatório de Sustentabilidade da GRI

Segundo o Instituto Ethos (2012) o Relatório de Sustentabilidade da *Global Reporting Initiative* (GRI) é atualmente o mais completo e mundialmente difundido. Seu processo de elaboração contribui para o engajamento das partes interessadas da organização, a reflexão dos principais impactos, a definição dos indicadores e a comunicação com o público de interesse.

A GRI (2012) afirma possuir a mais compreensiva estrutura para Relatório de Sustentabilidade do mundo, conforme representado na Figura 4, proporcionando maior

transparência organizacional. Esta Estrutura, incluindo as Diretrizes para a Elaboração de Relatórios, estabelece os princípios e indicadores que as organizações podem usar para medir e comunicar seu desempenho econômico, ambiental e social. A GRI se diz comprometida a melhorar e aumentar continuamente o uso de suas diretrizes, que estão disponíveis gratuitamente para o público através de sua página na rede mundial de computadores.

Figura 4 - As cinco fases metodológicas do RS da GRI



Fonte: Adaptado de UniEthos (2012)

As principais bolsas de valores do mundo, governos de vanguarda e investidores de elevado potencial reconhecem nos métodos da GRI os elementos necessários para avaliarem com exatidão o nível de sustentabilidade dos seus negócios e atividades (LEGITIMUS, 2012).

O modelo de RS da GRI auxilia a empresa a avaliar as práticas que ainda não são eficientes, ou que ainda não existem, e acompanhá-las ao longo do período entre um relatório e outro (BINKOWSKI, 2008).

As diretrizes da GRI podem ser aplicadas a qualquer organização, de qualquer tamanho, tipo, setor ou de qualquer região. Sua versão G 3.1 está na sua terceira e a mesma vem sendo usada por milhares de organizações no mundo inteiro como referência na elaboração de seus Relatórios de Sustentabilidade (GRI, 2011).

A quarta geração, dita como versão G 4.0, foi liberada no início de 2013, destacando a harmonização com outros instrumentos de divulgação e com o aumento da transparência e comparabilidade. O modelo é resultado de uma grande consulta internacional (PAIVA, 2012).

2.2.2.1 A estrutura do relatório

A estrutura do RS da GRI consiste em diretrizes para a sua elaboração, dentre as quais estão orientações e princípios para o relato, e o conteúdo do relatório, conforme Figura 5.

Figura 5 - Visão geral das diretrizes da GRI



Fonte: UniEthos (2012)

Tal estrutura possui dois objetivos, um acerca de como relatar e a outra sobre o que se relatar, conforme mostra a Figura 6.

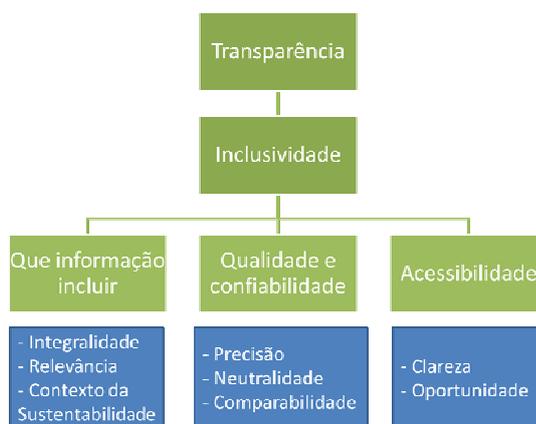
Figura 6 - A estrutura do RS da GRI



Fonte: GRI (2011)

A elaboração do relatório GRI é baseada em princípios essenciais que visam o equilíbrio entre os itens econômicos, sociais e ambientais, além de proporcionar a comparabilidade temporal, garantir credibilidade e permear o colóquio entre as partes interessadas (GRI, 2012), cujo conjunto de princípios está representado na Figura 7.

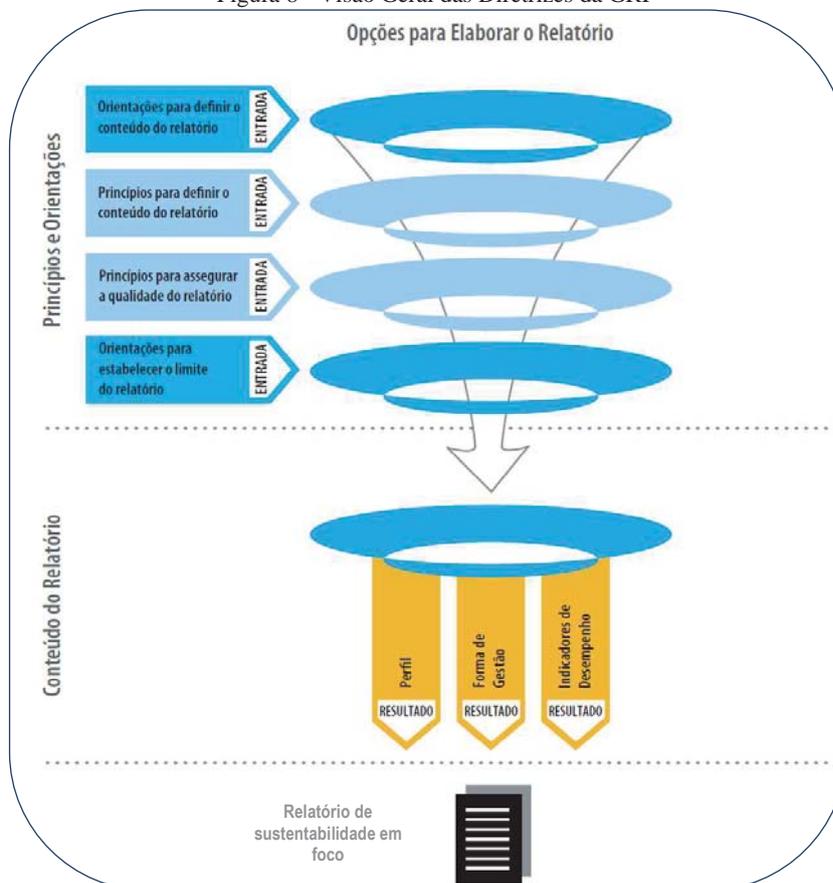
Figura 7 - Princípios de Relatório da GRI



Fonte: Adaptado da GRI (2006)

O RS da GRI passa por duas fases, conforme Figura 8, onde a primeira reúne os princípios da definição e orientações (escopo, qualidade e limite do relatório). Na segunda, estão elementos estruturantes do relatório, o conteúdo propriamente dito, como a apresentação do perfil da empresa, forma de gestão e os indicadores (econômicos, ambientais, sociais).

Figura 8 - Visão Geral das Diretrizes da GRI



Fonte: GRI (2011)

Os indicadores de desempenho da versão G 3.1 estão divididos entre 3 (três) dimensões, totalizando 37 (trinta e sete) aspectos trabalhados, com 55 (cinquenta e cinco) indicadores essenciais e 29 (vinte e nove) adicionais, totalizando 84 (oitenta e quatro) indicadores, como mostra o Quadro 1.

Quadro 1 - Panorama dos indicadores da G3.1 da GRI

Dimensão	Aspectos	Indicadores essenciais	Indicadores adicionais	Essenciais e Adicionais	Total de indicadores	
ECONÔMICO	Desempenho econômico	4	-	7 essenciais 2 adicionais	9	
	Presença no mercado	2	1			
	Impactos econômicos indiretos	1	1			
AMBIENTAL	Materiais	2	-	17 essenciais 13 adicionais	30	
	Energia	2	3			
	Água	1	2			
	Biodiversidade	2	3			
	Emissões, efluentes e resíduos	7	3			
	Produtos e serviços	2	-			
	Conformidade	1	-			
	Transporte	-	1			
	Geral	-	1			
SOCIAL	Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	Emprego	3	1	10 essenciais 5 adicionais	15
		Relação entre trabalhadores e governança	2	-		
		Saúde e segurança	2	2		
		Treinamento e educação	1	2		
		Diversidade e igualdade de oportunidades	1	-		
	Direitos Humanos	Práticas investimento e processos de compra	3	-	9 essenciais 2 adicionais	11
		Não-discriminação	1	-		
		Liberdade de associação e negociação coletiva	1	-		
		Trabalho infantil	1	-		
		Trabalho forçado ou análogo ao escravo	1	-		
		Práticas de segurança	-	1		
		Direitos indígenas	-	1		
	Sociedade	Avaliação	1	-	8 essenciais 2 adicionais	10
		Remediação	1	-		
		Comunidades locais	3	-		
		Corrupção	3	-		
		Políticas públicas	1	1		
	Responsabilidade pelo Produto	Concorrência desleal	-	1	4 essenciais 5 adicionais	9
		Conformidade	1	-		
		Saúde e segurança do cliente	1	1		
Rotulagem de produtos e serviços		1	2			
Comunicações de marketing		1	1			
	Privacidade do cliente	-	1			
	Conformidade	1	-			
37 aspectos		55 essenciais	29 adicionais		84 indicadores	

Fonte: Adaptado da GRI versão G3.1 (2011)

As Diretrizes para elaboração de um RS da GRI podem ser utilizadas por toda e qualquer organização independentemente de seu setor na economia, porém com o objetivo de adaptar a abordagem proposta à realidade das organizações. A própria GRI no intento de um relatório de Sustentabilidade mais abrangente, específico e detalhado para alguns setores da

economia apresenta Suplementos Setoriais que objetivam um relato que possa seguir o contexto, a realidade e a especificidade de cada setor (GRI, 2012).

Estão disponíveis os seguintes Suplementos Setoriais: Eletricidade, Serviços financeiros, Mineração e Metais, ONGs, Processamento de alimentos, Construção & Imobiliário e Operadores de Aeroportos. Além destes citados, outros se encontram em fase de desenvolvimento, tais como: Organizadores do evento, Mídia e Petróleo & Gás (GRI, 2012).

O setor de educação, mais especificamente as Instituições de Ensino Superior, ainda não possui um Suplemento Setorial específico.

2.3 Instituições de Ensino Superior e a Sustentabilidade

Em muitos dos documentos que tratam da construção de um desenvolvimento sustentável é dito que esta é uma tarefa cuja aplicação prática demanda um grau de integração e interdisciplinaridade, e que ações coordenadas são necessárias em vários níveis e por múltiplos parceiros (CEBDS, 2010). Para concretizar o ideal proposto um comprometimento de vários atores da sociedade é necessário para que mudanças sejam geradas.

Segundo o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) isto não é possível se não houver a participação e a interação de todos os integrantes da sociedade, principalmente o da academia, uma vez que se mostram detentores de inovação tecnológica e desenvolvedores de produtos e serviços (CEBDS, 2010).

Nessa direção, as IES atuam como líderes na criação das mudanças sociais, aprimorando o potencial humano para administrar os recursos disponíveis (CMMAD, 1991, p. 12 e 13) através de vários segmentos inerentes as universidades - ensino, pesquisa, extensão, operação, design, construções e vida universitária. Possuem a responsabilidade de aumentar a consciência, o conhecimento e as habilidades, pois são elas que vão preparar a maioria dos profissionais que vão desempenhar funções de liderança, gerenciamento e ensino no futuro. E mais do que contribuir para o ensino, as universidades devem desenvolver em seus *campi* as ações que doutrinam (ULSF, 1999; WEENEN, 2000; WRIGHT, 2005).

As IES preparam a comunidade acadêmica, para posteriormente, atuarem na sociedade como agente influenciador e transformador (UPF, 2012). Segundo Salgado (2006), as IES se mostram importantes veículos de disseminação da conscientização necessária frente ao

desenvolvimento sustentável. São “instituições responsáveis pela produção e socialização do conhecimento e a formação de recursos humanos, têm um papel importante: dar o exemplo (produzir, socializar e formar respeitando o meio ambiente)” (CONTO, 2010. p.9).

Para Kraemer (2004), os exemplos das boas práticas em sustentabilidade vivenciados nos campi auxiliam na conscientização e educação da comunidade acadêmica que usará esta experiência em seu papel multiplicador, influenciando a sociedade nas mais variadas áreas de atuação. Evangelinos *et al.* (2009) também destacam o valor das IES na busca da sustentabilidade, pela liderança intelectual e indicando como atingir esse objetivo. Segundo Zitzke (2002) inspiram o pensamento crítico e possibilitam a inclusão da sociedade nas decisões ambientais de larga escala.

No mesmo sentido, Kraemer (2004) defende o encargo das IES de promover o conhecimento e fomentar a ética alinhada aos objetivos dos encontros promovidos pela ONU e declarações universitárias. Esta relação pode ser evidenciada, pelas diversas declarações ao longo das últimas décadas, manifestando a necessidade iminente da inclusão da sustentabilidade nas IES, entre elas pode-se dar destaque a algumas como:

a) Declaração de Estocolmo (1972): Produzida na Conferência da ONU para o Meio Ambiente, apresenta o entendimento da necessidade de mudanças por todas as instituições, incluindo as universidades, em busca da sustentabilidade. Além disso, o importante papel que a educação e a pesquisa possuem para que se atue em benefício da resolução dos problemas globais, sendo isto também uma responsabilidade das IES.

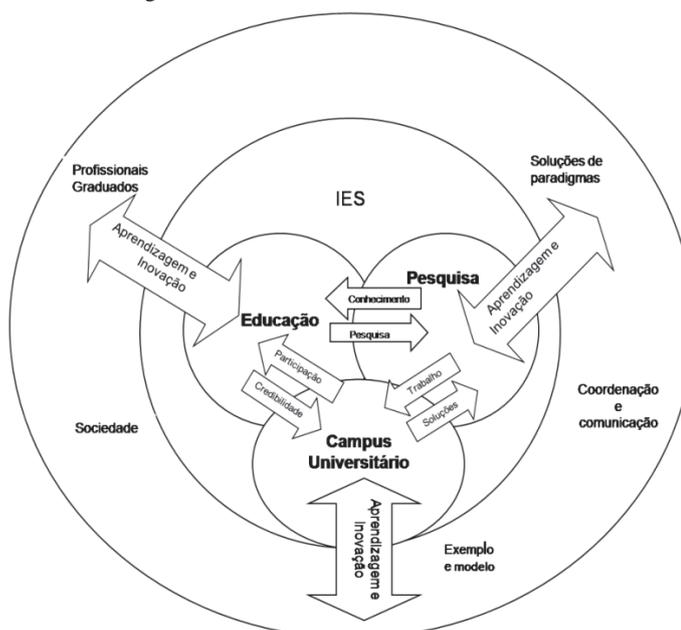
b) Declaração de Talloires (1990): criada pela Associação de Universidades Líderes para a Sustentabilidade Futura, trás ações que as universidades devem desenvolver com o objetivo de criar um futuro sustentável. Ela foi assinada por mais de 265 universidades espalhadas em 40 países, em cinco continentes. Mostra-se um plano de ação de dez pontos para incorporar a sustentabilidade ambiental e alfabetização no ensino, pesquisa, operações e divulgação em faculdades e universidades. Este mostrou mais um indício de que as atividades desenvolvidas nas universidades devem considerar e abordar o desafio da sustentabilidade (CLUGSTON; CALDER, 1999; ULSF, 2012).

c) Agenda 21 (1992): produzida na RIO-92, no capítulo 36 aborda sobre a reorientação da educação para o desenvolvimento sustentável, sendo que as IES possuem um papel fundamental nesse processo, pois além de educarem também formam educadores.

d) Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI (1998): criada pela UNESCO propõe uma série de mudanças às IES em busca de maior igualdade, cooperação entre as instituições e a inclusão da sustentabilidade.

Balas *et al.* (2009) propõem uma interação entre a educação, pesquisa e *campus* universitário para a busca da sustentabilidade nas IES, apresentada na Figura 9.

Figura 9 - Inclusão da sustentabilidade nas IES



Fonte: Adaptado de Balas *et al.* (2009)

Pode-se perceber que os resultados dessa interação são a geração de aprendizagem e inovação para a sociedade como um todo, demonstrando-se aí a forma como a inclusão da sustentabilidade torna-se um agente de mudanças.

Neste contexto, enfatiza-se a criação de um novo conceito de universidade, como modelo da sustentabilidade, onde as universidades “[...] podem transformar-se em direção a um caráter altamente proativo que está em grande parte sobre o seu próprio controle. [...] construindo um permanente estado orientado para a mudança e [...] fundamentam a organização sob duas capacidades: adaptar a si próprias e adaptar-se a uma sociedade em mudança. O desenvolvimento destas capacidades de mudança torna-se o cerne de um desempenho bem sucedido” (CLARK, 2003, p. 115).

A universidade é um microcosmo de uma comunidade maior, portanto, a maneira como desempenha suas atividades é uma forma de demonstrar como atingir a

responsabilidade ambiental e reforçar as atitudes que são esperadas de toda comunidade (CORTESE, 2003).

Nicolades (2006) destaca a ideia de a universidade ser uma “sociedade em miniatura” de forma que deve estar comprometida com a responsabilidade econômica, ambiental e social e comenta que, além da questão ética e de justificar o que é ensinado nas salas de aula, a inclusão da sustentabilidade pode gerar economia de finanças, o que pode contribuir para melhorar a imagem pública da instituição, mostrando mais uma vez a importância da instituição aplicar em sua operação o que ensina sobre sustentabilidade.

Analisando seu porte e instalações os *campi* universitários, segundo Tauchen (2007, p. 13) “podem ser comparados com pequenos núcleos urbanos, pois abrangem inúmeras atividades no interior do *campus*”. Quanto maior for o número de cursos e atividades oferecidas, maior será a demanda por funções diferenciadas, o que culmina num planejamento detalhado dos *campi* universitários que inclui preocupações com a mobilidade, o transporte, gerenciamento de recursos e resíduos, entre outros.

A IES é dotada de infraestrutura, recursos humanos, processos operacionais e administrativos como qualquer outra organização, diferenciando-se apenas em ter um *campus* como infraestrutura, o ensino como matéria prima, o conhecimento como produto e alunos como clientes. Esta organização, assim como as demais, necessita manter a gestão de seus setores, para assegurar um bom desempenho, qualidade e resultados (BLEWITT, 2001).

Porém, para a inclusão da sustentabilidade no ensino superior, algumas barreiras são encontradas. Evangelinos *et al.* (2009) mencionam como principais as seguintes barreiras: a necessidade de conhecimento sobre o assunto, o nível de participação e cooperação dos membros da comunidade acadêmica, a existência de limitações na estrutura organizacional das IES e barreiras financeiras. Velazquez *et al.* (2005) citam também a existência de uma falta de interesse e envolvimento, relacionada à falta de conhecimento, que contribui para dificultar a inclusão da sustentabilidade. Além disso, o autor também destaca a estrutura conservativa das universidades, dificultando a existência de iniciativas sustentáveis.

Para Savitz (2007, p.144), “muitas questões de sustentabilidade são altamente específicas em relação aos diferentes setores”, destas, surge à necessidade de avaliar a efetividade e o desempenho nas práticas desenvolvidas, e a existência de indicadores medirá sustentabilidade nas IES e ditarão a necessidade de complementações específicas e adaptações para o setor (VELAZQUEZ *et al.*, 2006).

2.3.1 Instituições de Ensino Superior Comunitárias

As IES Comunitárias, inseridas na nova revolução em prol da sustentabilidade (ELKINGTON, 2011) possuem papel importante no contexto da sustentabilidade, uma vez que são reconhecidas pelas comunidades regionais como um importante fator de desenvolvimento (COMUNG, 2012). Segundo Tachizawa (2004), as IES comunitárias devem servir como centro de informações sobre a comunidade local, mostrando o valor que suas ações mantêm em relação ao desenvolvimento sustentável em todos os seus aspectos, principalmente frente à comunidade que atende.

O Ministério da Educação e Cultura (MEC), através do decreto 2.306/97, classifica as universidades em sua organização acadêmica, sendo as instituições pluridisciplinares que oferecem atividades de ensino, pesquisa e extensão com regularidade.

A Constituição Federal (1988), em seu artigo 207, prevê que as universidades possuem autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Esta autonomia também pode ser evidenciada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (LDB, 1996, artigo 53) em que apresentam autonomia para “criar, organizar e extinguir cursos e programas de educação superior previstos na Lei”, e “aprovar e executar planos, programas e projetos de investimentos referentes a obras, serviços e aquisições em geral, bem como administrar rendimentos conforme dispositivos institucionais”.

As IES podem ser classificadas em diferentes aspectos, conforme o Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação das IES

LEI/ DECRETO	CLASSIFICAÇÕES IES	
Organização acadêmica		
Decreto 2.306/97 Art. 8	1. Universidades 2. Centros universitários 3. Faculdades integradas 4. Faculdades 5. Institutos 6. Escolas superiores	
Categorias administrativas		
Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96 Art. 19 e 20	1. Públicas	
	2. Privadas	a. Particulares b. Comunitárias c. Confessionais d. Filantrópicas
Natureza jurídica		
Novo código civil Lei nº 10.406/02 Art. 40 e 44	1. Pessoas jurídicas de direito público interno	
	2. Pessoas jurídicas de direito público externo	
	3. Pessoas jurídicas de direito privado	a. Associações (fins não-econômicos) b. Sociedades (fins econômicos) c. Fundações (fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.)

Fonte: LDB (1996), Decreto 2.306 (1997) e Novo código civil (2002) apud Termignoni (2012)

A natureza jurídica das IES privadas está prevista no novo código civil de 2002, onde define sua constituição sob a forma de associações, fundações e sociedades, sendo as associações e fundações sem fins econômicos. De criação voluntária, porém legalmente constituída, não fazendo parte da estrutura do Estado.

No decreto 2.306/97, art. 3, a finalidade não econômica é afirmada pela retórica de que “as entidades mantenedoras de instituições privadas de ensino superior comunitárias, confessionais e filantrópicas ou constituídas como fundações, não poderão ter finalidade lucrativa”. Todavia devem gerenciar-se a si próprias aplicando totalmente seus resultados excedentes na manutenção e financiamento de suas atividades educacionais.

Segundo a Associação Brasileira de Universidades Comunitárias (ABRUC) uma Instituição de Ensino Superior Comunitária é toda aquela Universidade, Centro Universitário e Faculdade Comunitária que é mantida por uma Associação ou Fundação sem fins lucrativos, que investe todo seu recurso humano, material e financeiro no ensino, pesquisa, extensão, e em favor da comunidade de seu território. O estudante de uma IES Comunitária, além de receber conhecimento científico e atuar em pesquisas, dedica-se a partilhar o saber e o realiza com sua comunidade, fortalecendo e dinamizando o desenvolvimento local e regional (ABRUC, 1998 apud BITTAR, 1999).

Há várias décadas as instituições comunitárias prestam relevantes serviços de interesse público, com destaque para a educação. Criadas pela sociedade civil e pelo poder público local, as IES são reconhecidas pelas comunidades regionais como um importante fator de desenvolvimento. Com gestão participativa, o envolvimento direto da comunidade acontece através dos conselhos e na própria gestão, que é democrática. Atuam em prol da inclusão social e do desenvolvimento do País (ACAFE, 2012).

Uma questão levantada foi a da dupla preocupação que as IES comunitárias enfrentam no momento em que “buscam conjugar a necessidade de se portarem como empresas comerciais com o simultâneo compromisso de oferecerem um ensino de qualidade” (RUPPEL, 2005, p. 97).

Assim como descreve Cassol (2006), observando que no caso das IES privadas, é difícil delimitar a fronteira entre a gestão de uma organização com forte apelo à assistência social com a lógica empresarial. Uma vez que estas, mesmo sem fins lucrativos e beneficiando-se de isenções e imunidades fiscais, atuam de forma semelhante a empresas

privadas, cobrando pela prestação de seus serviços, gerando lucro financeiro e aumentando o patrimônio das entidades mantenedoras.

As IES comunitárias, segundo Schimidt (2009), constituem-se como autênticas instituições públicas não estatais, imprimindo certa dualidade ao passo que, possuem caráter público, atuando como agentes de desenvolvimento social, podendo ser classificadas como uma entidade do Terceiro Setor; e também caráter privado, atuando com gestão conforme princípios do Segundo Setor.

As Instituições de Ensino Superior (IES) prestam contas de sua gestão acadêmica ao MEC e são avaliadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), órgão de assistência direta ao MEC, pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que avalia a estrutura, os cursos de graduação e o desempenho acadêmico dos alunos da IES, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino superior (MEC, 2012).

A responsabilidade social e a sustentabilidade financeira da instituição fazem parte do processo avaliativo, que de acordo com Silva (2009, p.42), é “considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural”, no entanto para Polidori (2011, p.514) também “é fundamental que o processo seja sentido por toda instituição, que esta se autocritique, que procure descobrir os seus pontos fortes e as fraquezas, e neste contexto, a auto avaliação é essencial”.

No contexto do Rio Grande do Sul encontram-se mais de 40 *campi* universitários pertencentes à IES comunitárias, com uma abrangência superior a 380 municípios nas suas áreas de influência, cuja população universitária ultrapassa 180 mil alunos em todos os níveis de educação (COMUNG, 2012).

O Consórcio das Universidades Gaúchas Comunitárias (COMUNG) participa da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Rio Grande do Sul, no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Rio Grande do Sul e na Conferência Nacional Sobre Transparência e Controle Social. Atuação que retrata a importância que as IES comunitárias imprimem às ações relacionadas à busca por novas perspectivas em prol de um desenvolvimento sustentável.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

Neste capítulo são abordados os tópicos relativos à classificação da pesquisa, sua estratégia de execução e os procedimentos necessários para o seu desenvolvimento. Também é apresentada a técnica de coleta e análise dos dados.

3.1 Classificação da pesquisa

Do ponto de vista da sua natureza classifica-se como uma **Pesquisa Aplicada**, pois objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos. Envolve verdades e interesses locais (GIL, 2002).

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema classifica-se como **Pesquisa Qualitativa**, pois considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (MINAYO, 2007).

Para Bryman (1989), a pesquisa qualitativa tem as seguintes características:

- O pesquisador observa os fatos sob a ótica de alguém interno à organização;
- A pesquisa busca uma profunda compreensão do contexto da situação;
- Enfatiza o processo dos acontecimentos, isto é, a sequência dos fatos, ao longo do tempo;
- O enfoque da pesquisa é mais desestruturado; não há hipóteses fortes no início da pesquisa. Isso confere à pesquisa mais flexibilidade;
- A pesquisa geralmente emprega mais de uma fonte de dados.

Do ponto de vista de seus objetivos classifica-se como uma **Pesquisa Exploratória**, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais

explícito e possibilitar a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que "estimulem a compreensão" (SELLTIZ *et al.*, 1967, p. 63).

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos a pesquisa mostra-se na perspectiva de um **Estudo de Caso**, pois pode abranger análise de exame de registros, observação de acontecimentos, entrevistas estruturadas e não estruturadas ou qualquer outra técnica de pesquisa. Seu objeto pode ser um indivíduo, um grupo, uma organização, um conjunto de organizações, ou até mesmo uma situação (DENCKER, 2000).

Nos estudos de caso existem três testes que, segundo Yin (2005), visam à qualidade da pesquisa social: validade do *constructo*, validade externa e confiabilidade.

Validade do *constructo* entende-se como as medidas operacionais corretas para os conceitos que estão sendo estudados (YIN, 2001). Na fase de coletas de dados, ações como a utilização de diferentes fontes para evidências e estabelecer o encadeamento das evidências são práticas que auxiliam na validade do *constructo*. Para a pesquisa foram utilizadas três fontes de dados: entrevistas semiestruturadas, documentos e observação direta.

O encadeamento de evidências busca "ligações explícitas entre as questões feitas, os dados coletados e as conclusões a que se chegou" (YIN, 2001, p.109). Na fase de composição do relatório, a revisão do seu rascunho por informantes-chaves é uma ação importante. Pondera-se que não será possível a validação do resumo das entrevistas dos principais entrevistados, para a aprovação do conteúdo dentro das interpretações dos informantes-chaves, pela falta de disponibilidade de tempo dos mesmos, em vista de ocuparem cargos estratégicos na IES comunitária estudada.

A validade externa, segundo Yin (2001, p.56) procura "estabelecer o domínio no qual as descobertas de um estudo podem ser generalizadas". Os estudos de caso utilizam a generalização analítica buscando generalizar um conjunto particular de resultados a uma teoria mais vasta, sendo que nos estudo de caso múltiplo presente, a lógica foi a da replicação.

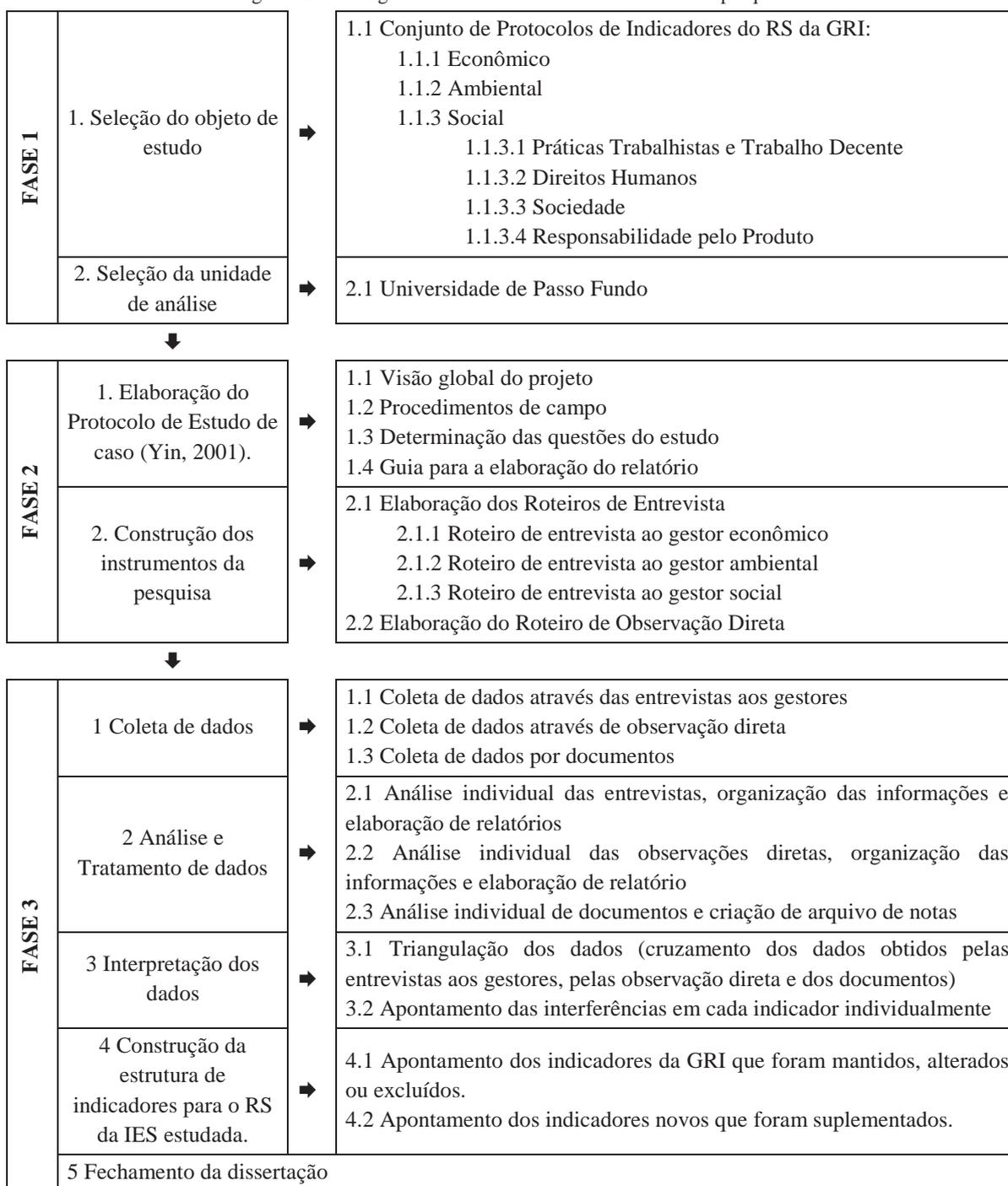
Já a confiabilidade, segundo Yin (2001, p.56) busca "demonstrar que as operações de um estudo – como os procedimentos de coleta de dados – podem ser repetidas, apresentando os mesmos resultados". Ações relacionadas, na fase de coleta dos dados, como o uso do

protocolo de pesquisa (Apêndice A) e o desenvolvimento de um banco de dados foram desenvolvidos, assim como os instrumentos, procedimentos e regras gerais utilizadas.

3.2 Delineamento da pesquisa

A pesquisa é relatada em todas as suas etapas como mostrado na Figura 10.

Figura 10 - Fluxograma das atividades realizadas durante a pesquisa



Fonte: Elaborado pela Autora, 2013.

A descrição de cada fase e suas atividades é dada nas seções que seguem.

3.2.1 Fase 1

3.2.1.1 Seleção do objeto de estudo

Na busca pelo entendimento das questões relativas à comunicação e divulgação da sustentabilidade pelas organizações chegou-se ao conhecimento daquela que atualmente é a ferramenta mais completa e difundida mundialmente para a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade (ETHOS, 2012). Num comparativo com as demais ferramentas, é a única que adota de forma integrada uma ampla gama de aspectos relacionados às três dimensões da sustentabilidade, mostrando que está em consonância aos anseios da pesquisa e tornando as Diretrizes da GRI, em sua versão G3.1 (GRI, 2011), a ferramenta selecionada para ser o objeto de estudo.

O conteúdo do relatório de sustentabilidade da GRI é dividido em 3 (três) partes:

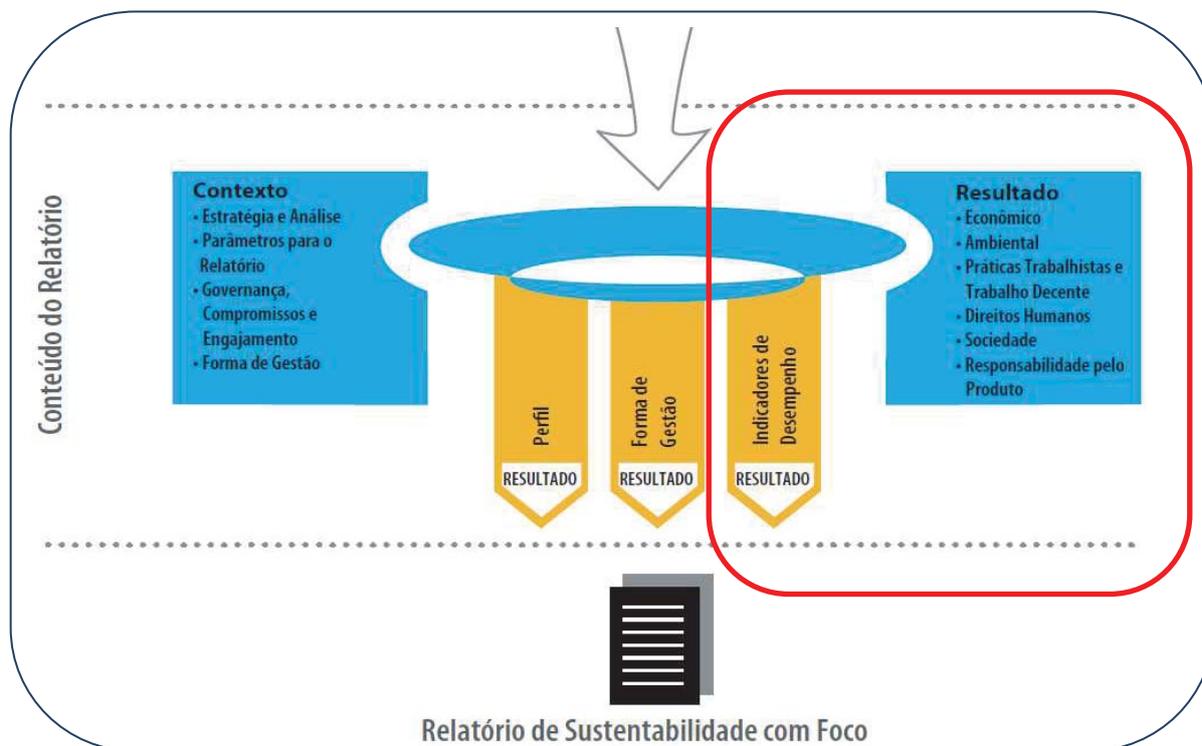
a) Perfil – informações que estabelecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, tais como sua estratégia, perfil e governança;

b) Forma de Gestão – conteúdo que descreve o modo como a organização trata determinado conjunto de temas para contextualizar para a compreensão do desempenho de área específica;

c) Conjuntos de Protocolos de Indicadores – informações requeridas sobre o desempenho econômico, ambiental e social da organização. O desempenho social é ainda subdividido em quatro temas: Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade, Responsabilidade pelo Produto.

A pesquisa se dá sobre estes conjuntos de protocolos de indicadores. Conforme apontado na Figura 11.

Figura 11 - Visão geral do conteúdo do relatório da GRI



Fonte: Adaptado da GRI (2011)

Os indicadores da GRI estão descritos no Anexo A.

3.2.1.2 Seleção da unidade de análise

A pesquisa é feita sobre um único caso, como fonte de amostragem focada, e tem como unidade de análise a Universidade de Passo Fundo (UPF), na cidade de Passo Fundo, ao norte do estado do Rio Grande do Sul, a 300 km da capital do estado, Porto Alegre, no Brasil.

A seleção deste caso se deu em função de suas características, sua abrangência, seu caráter comunitário e pelo acesso facilitado às informações.

A UPF tem como mantenedora a Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF) que foi fundada em 28 de junho de 1967 e é uma entidade administrativa e financeiramente autônoma, de caráter privado, dotada de personalidade jurídica nos termos da lei e com duração indeterminada. Tem sua sede localizada junto ao *campus I* da UPF, também na cidade de Passo Fundo, no Bairro São José (UPF, 2012).

Atualmente a FUPF além da UPF, também é mantenedora do Centro de Ensino Médio Integrado UPF (integrado UPF), do Centro de Línguas da Fundação Universidade de Passo Fundo (UPF Idiomas). Também fazem parte da estrutura da FUPF o Complexo de Radiodifusão (UPF TV, 99UPF e 90UPF) e o Centro de Convivência UPF (CC UPF).

A UPF surgiu em 06 de junho de 1968, com a finalidade de se tornar uma Instituição de Ensino Superior (IES) que contribuísse com o desenvolvimento da comunidade regional e na busca da inovação tecnológica. Todas as suas ações baseiam-se em três pontos fundamentais: ensino, pesquisa e extensão. A UPF conta com uma estrutura democrática e autônoma, não vinculada a confissões religiosas, órgãos públicos ou agremiações e sua arrecadação é reinvestida na própria instituição. Os professores, junto aos alunos e funcionários, escolhem os reitores através de eleição direta a cada quatro anos (UPF, 2012).

O *Campus I* da UPF possui área total de 930.000,00 m² e área construída de 108.183,65 m² (PDI - UPF, 2012). Além do *Campus I*, a UPF possui, desde 1993, uma estrutura *multicampi*, cujas unidades estão instaladas em 6 (seis) cidades do norte do estado: Casca, Carazinho, Lagoa Vermelha, Palmeira das Missões, Sarandi e Soledade (UPF, 2012).

Hoje a UPF abrange população de mais de 100 municípios do norte gaúcho. O processo de intervenção da UPF na comunidade regional ocorre pelo desenvolvimento de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. A via de retorno se faz pela participação da comunidade, direta ou indiretamente, nos destinos da Instituição e na sua sustentação financeira. Dessa forma, propicia a integração com a sociedade através do diagnóstico social e com a proposição de projetos e parcerias, na busca por soluções junto a esse contexto. Sem perder de vista a dimensão global, a integração no MERCOSUL e as políticas nacionais e internacionais, a UPF tem como compromisso o desenvolvimento socioeconômico, cultural e científico da região (UPF, 2012).

Atualmente, a UPF oferece à comunidade 52 (cinquenta e dois) cursos de graduação, 31(trinta e um) cursos de especializações, 9 (nove) mestrados e 1(um) doutorado. O corpo docente em constante atualização é um dos destaques da instituição, que tem cerca de 70% dos docentes mestres e doutores e ultrapassa os limites mínimos exigidos pelo MEC. Os mais de 21 mil alunos têm oportunidades diversas, que vão desde a participação nos projetos de pesquisa e extensão, grupos artísticos, seminários, palestras eventos e intercâmbio acadêmico no exterior, que, além do aprendizado em sala de aula, contribuem com a formação pessoal e profissional (UPF, 2012).

A universidade demonstra boa avaliação da qualidade acadêmica no Índice Geral de Cursos (IGC), realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2010), e pode-se observar no Quadro 3.

Quadro 3 - Característica da IES comunitária pesquisada

ITEM ⁵	CARACTERÍSTICA
Alunos (Graduação, Pós-Graduação, Extensão)	≅ 21.000
Professores	979
Cursos de Graduação	52
Pós-Graduação <i>lato sensu</i> (especialização e MBA)	31
Pós-Graduação <i>strictu sensu</i> (mestrado e doutorado)	9 mestrados e 1 doutorado
IGC 2010 ⁶	3
IGC médio Graduação	2,69
IGC médio Mestrado	3,55
IGC médio Doutorado	2,00
Nº <i>campi</i> universitários	6
Área do <i>campus</i> principal (hectares)	370,08
Área construída <i>campus</i> principal (m ²)	103.293,84
Ano último relatório social publicado	2011
Classificação	Privada comunitária

Fonte: Adaptado do PDI UPF 2012-2016 (2012)

A UPF é classificada como comunitária, conforme os termos do artigo 213 da Constituição Federal, e faz parte do Consórcio das Universidades Gaúchas Comunitárias (COMUNG). Sua missão é produzir e difundir conhecimentos que promovam a melhoria da qualidade de vida e formar cidadãos competentes, com postura crítica, ética e humanista, preparados para atuar como agentes transformadores (UPF, 2012).

3.2.2 Fase 2

3.2.2.1 Elaboração do Protocolo de Estudo de caso

Na segunda fase foi elaborado o Protocolo para o Estudo de Caso, o qual de acordo com Gummesson (2007) confere alta confiabilidade ao estudo por garantir que pode ser

⁵ Unidades em números quando não referenciada outra unidade. Dados referentes a 2011 quando não referenciado outro ano.

⁶ Índice Geral de Cursos (IGC) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

replicado por outros pesquisadores, objetivando garantir que outro pesquisador possa chegar aos mesmos resultados (YIN, 2001).

O protocolo se constitui em um conjunto de informações, métodos e procedimentos suficientes para se replicar o estudo, ou aplicá-lo em outro caso que mantém características semelhantes ao estudo de caso original (MARTINS, 2008).

Na elaboração do protocolo de estudo de caso seguiram-se as recomendações dadas por Yin (2001, p.89 apud GIL, 2002) onde se fez constar as seguintes seções:

- a) visão global do projeto: onde constam informações dos propósitos e cenário em que será desenvolvido o estudo de caso e também a indicação de literatura apropriada para conhecimento do assunto;
- b) procedimentos de campo: que envolvem acesso à organização e informantes, materiais e informações gerais sobre procedimentos a serem desenvolvidos;
- c) determinação das questões: estas questões não são propriamente as que deverão ser formuladas aos informantes, mas constituem essencialmente lembranças acerca das informações que devem ser coletadas e devem estar acompanhadas das prováveis fontes de informação;
- d) guia para a elaboração do relatório: esse item é muito importante, pois, com frequência, o relatório é elaborado paralelamente à coleta de dados.

O Protocolo desenvolvido para o Estudo de Caso está apresentado no Apêndice A.

3.2.2.2 Elaboração dos instrumentos da pesquisa

a) Roteiros de Entrevista

Foram elaborados roteiros de entrevista, enfocando cada uma das dimensões da sustentabilidade (econômica, ambiental e social).

São os roteiros acerca da:

- a) Dimensão econômica - constando o Protocolo de Indicadores Econômicos da GRI;
- b) Dimensão ambiental - constando o Protocolo de Indicadores Ambientais da GRI;

- c) Dimensão social - constando o Protocolo de Indicadores Sociais da GRI, abrangendo quatro subdivisões que se referem a: (I) Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente, (II) Direitos Humanos, (III) Sociedade e (IV) Responsabilidade pelo Produto.

A estrutura dos roteiros de entrevista possuem 3 (três) campos, o primeiro para preenchimento dos dados gerais da entrevista, o segundo para preenchimento dos dados gerais do entrevistado, e o terceiro com questões da pesquisa.

As questões da pesquisa foram subdivididas em três modalidades, sendo a primeira a que traz questões filtro para a verificação do conhecimento do entrevistado quanto ao assunto da pesquisa e sua compatibilidade com o propósito da entrevista, a segunda traz perguntas que tratam diretamente dos indicadores da GRI e a terceira traz perguntas que possibilitam o entrevistado fazer apontamentos adicionais, conforme esquema dado pelo Quadro 4.

Quadro 4 - Composição dos Roteiros de Entrevista aos gestores

Dados gerais da entrevista	Data, hora de início e término da entrevista, Nome do entrevistador, Local da entrevista.	
Dados gerais do entrevistado	Nome do Entrevistado, Cargo, Formação acadêmica, Experiência profissional.	
Dados em questão	Perguntas filtro	Sobre a sustentabilidade
		Sobre a sustentabilidade na gestão da IES
		Sobre a gestão da dimensão em foco
	Perguntas diretivas	Sobre a categoria de indicadores
		Sobre os indicadores individualmente
		Sobre a proposta de alteração de indicador que tenha sido apontado
	Perguntas extensivas	Sobre a indicação de novos indicadores nas categorias descritas
		Sobre a cobertura dos indicadores da GRI no relato de desempenho na dimensão da sustentabilidade
		Sobre o acréscimo de nova categoria e indicadores
		Sobre sugestões para estrutura de indicadores a ser construída

Fonte: Elaborado pela Autora, 2013.

Para a proteção aos direitos dos respondentes, na elaboração dos instrumentos da pesquisa foram seguidas as diretrizes dadas por Cooper e Schindler (2003) em explicar o benefício do estudo, os direitos dos respondentes, e obter o seu consentimento expresso.

Nas perguntas diretivas, de acordo com a experiência do entrevistado, ele tem a opção de manter, excluir, ou alterar as categorias e os indicadores da GRI. Podem também acrescentar indicadores novos às categorias da GRI.

Nas perguntas extensivas, de acordo com a experiência do entrevistado, ele tem a opção de propor novas categorias e indicadores que não constam na estrutura de indicadores da GRI, mas considere essencial constar num relatório de sustentabilidade para a IES.

As entrevistas seguiram o padrão dos roteiros apresentados no Apêndice B.

b) Roteiro de Observação Direta

O Roteiro de observação direta teve o objetivo de capturar acontecimentos cotidianos com relação às abordagens dos indicadores da GRI a fim de resultar na manutenção, exclusão, alteração ou inclusão de um novo indicador na estrutura proposta.

O roteiro de entrevista foi construído primeiramente com campos de preenchimento de dados relativos à data, hora e local observado. Após foi dado o enunciado da observação onde se solicitou verificar presencialmente se algum indicador dado pelo RS da GRI estava presente nas operações e atividades do *campus* e/ou se algum outro relevante deveria ser apontado.

O conjunto de protocolos de indicadores da GRI foi mostrado para facilitar a observação. Ao final do roteiro, constou o campo de anotação da observação realizada, com dados relativos à qual dimensão foi observada, que tipo de indicador se referiu (essencial ou adicional), o código correspondente ao da GRI e a observação que foi dada.

3.2.3 Fase 3

3.2.3.1 Coleta de dados

A coleta de dados se deu através de entrevistas, observações diretas e documentos.

As atividades de coleta de dados foram realizadas no período específico de tempo:

- a) Do dia 24 até 26 de agosto de 2012 para as entrevistas;
- b) Do dia 3 de setembro de 2012 até 5 de outubro de 2012 para as observações diretas;
- c) A coleta de dados através de documentos foi considerada de 27 de setembro de 2012 até 18 de dezembro de 2012.

A seguir, os materiais e o método utilizados em cada modalidade de coleta de dados.

a) Entrevistas

As entrevistas visaram tomar a percepção do gestor quanto à aplicabilidade dos indicadores da GRI na divulgação da sustentabilidade da instituição. Os mesmos puderam apontar a exclusão, a manutenção ou a adaptação/complementação para melhor relatar o desempenho da instituição no indicador. As entrevistas visaram ainda receber as contribuições dos gestores sobre novos indicadores, não presentes entre os da GRI, que se mostrem alinhados ao contexto das atividades da IES especificamente.

Foram realizadas 9 (nove) entrevistas no total, sendo 2 (duas) da dimensão Econômica, 1 (uma) da dimensão Ambiental e 6 (seis) da dimensão Social – 1 (uma) de Direitos Humanos, 1 (uma) de Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente, 2 (duas) de Sociedade e 2 (duas) de Responsabilidade pelo Produto.

Para obter a percepção quanto aos indicadores da dimensão econômica foram entrevistados dois gestores. O primeiro gestor entrevistado assume cargo de Vice-Reitor Administrativo e o segundo gestor entrevistado assume o cargo de Presidente da Fundação Universidade de Passo Fundo.

Quanto aos indicadores da dimensão ambiental um gestor foi entrevistado e o mesmo assume o cargo de Química, Especialista em Engenharia Ambiental.

No que se refere aos indicadores da dimensão social, para cada um dos 4 (quatro) temas, foi entrevistado um gestor diferente diretamente relacionado aos temas que subdividem a dimensão.

O tema que trata de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente teve seus indicadores analisados em entrevista ao Analista de Recursos Humanos que responde pela seleção e desenvolvimento de recursos humanos. O tema que trata dos Direitos Humanos teve seus indicadores analisados em entrevista ao Coordenador de Recursos Humanos.

Para o tema referente à Sociedade foram entrevistados dois gestores. O primeiro gestor entrevistado assume cargo de Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários e o segundo gestor entrevistado assume o cargo de Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários.

O tema referente à Responsabilidade pelo Produto teve seus indicadores analisados em entrevistas a dois gestores. O primeiro gestor entrevistado assume o cargo de Coordenadora de Comunicação e Marketing e o segundo gestor entrevistado assume cargo de Vice-reitora de Graduação.

Na realização das entrevistas seguiu-se o Protocolo de Estudo de Caso, presente no Apêndice A. As entrevistas foram aplicadas aos gestores detentores do conhecimento específico acerca da dimensão da sustentabilidade a qual está inserido. Para a execução das entrevistas utilizaram-se os roteiros de entrevista específicos às dimensões da sustentabilidade como apresentados no Apêndice B. Todas as entrevistas tiveram seu áudio registrado.

Os entrevistados foram selecionados conforme dois dos seguintes critérios: (I) possuem cargos de gestão do setor na instituição; (II) trabalham com temas relacionados às dimensões nos cargos que ocupam muitas vezes desenvolvendo políticas, procedimentos, planos, metas e ações; e (III) possuem no mínimo 7 (sete) anos de experiência na instituição.

Para as questões filtro, item essencial no prosseguimento e validade da entrevista, propôs-se como requisito que o entrevistado respondesse às questões filtro, mesmo que com opinião própria sobre o assunto. A ausência de resposta para as questões ou de opinião adversa sobre o assunto invalidaria a entrevista. Nas entrevistas realizadas todos os entrevistados responderam satisfatoriamente as questões filtro, positivando o prosseguimento e resultando na validade da entrevista.

As entrevistas foram agendadas previamente e confirmadas antes das suas execuções, ocorreram com um tempo de duração entre 30 a 40 min e todos os entrevistados autorizaram sua gravação. Os dados foram gravados em áudio para transcrição e elaboração de relatório.

b) Observações diretas

Também foram realizadas observações diretas *in loco* na instituição, visando levantar dados relacionados ao *campus*, seu cenário, condições ambientais, equipamentos, ações e comportamentos relacionados aos aspectos da GRI. Para isso, foi desenvolvido um roteiro de observação direta conforme apresentado no Apêndice C.

c) Documentos

Para Yin (2001) como fonte de dados podem ser utilizados documentos administrativos (relatórios de avaliação e outros documentos internos), recortes de jornais, revistas e informativos publicados na mídia em massa ou comunidade local.

No curso da coleta de dados foram sendo analisados os documentos oficiais divulgados pela instituição, como por exemplo, o Balanço Social IBASE de 2010 (UPF, 2011a), o Plano de Desenvolvimento Institucional UPF 2012-2016 (UPF, 2012b), Políticas de Responsabilidade Social da UPF (UPF, 2005), Política de Extensão e Assuntos Comunitários da UPF (UPF, 2011c), Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental 2009-2010 (UPF, 2011b), Planejamento Estratégico 2010-2014 (UPF, 2012a) e divulgados em informativos e mídias.

Também foram analisadas notícias divulgadas pela instituição, disponibilizadas diariamente em sua página na rede mundial de computadores por meio de jornal de notícias digital enviado semanalmente aos cadastrados, entre outros.

3.2.3.2 Análise e tratamento dos dados

a) Entrevistas

Após a realização das entrevistas efetivou-se a análise das gravações em áudio e feita a transcrição para texto em formato eletrônico. Os dados obtidos foram compilados e reunidos em relatórios individuais para cada entrevista realizada. Foram desenvolvidos 9 (nove) relatórios no total, sendo 2 (dois) da dimensão Econômica, 1 (um) da dimensão Ambiental e 6 (seis) da dimensão Social – 1 (um) de Direitos Humanos, 1 (um) de Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente, 2 (dois) de Sociedade e 2 (dois) de Responsabilidade pelo Produto.

As informações foram transcritas para o relatório visando descrever se o gestor manteve, alterou ou excluiu os indicadores dados pela GRI e também se houve indicativa de novos indicadores a serem incluídos. Demais informações, não diretamente relacionadas a estes aspectos, quando relevantes para a pesquisa, também foram transcritos para o relatório para posterior análise de evidências e pertinência.

Após a fase de tratamento dos dados, obteve-se uma base de dados que foi organizada em três categorias, a econômica, a ambiental e a social, formando assim um banco de dados organizado por dimensão estudada.

b) Observações diretas

As informações obtidas pelas observações diretas foram reunidas em relatórios individuais para cada dimensão analisada. Foram gerados 6 (seis) relatórios, um das observações diretas da dimensão ambiental, um das observações diretas da dimensão econômica e quatro das observações diretas de cada uma das categorias da dimensão social.

As informações foram transcritas para o relatório visando descrever quais eventos identificados possuem relação com os indicadores da GRI e qual não é contemplado por ela e pode ser assinalado como um novo indicador característico a IES a ser acrescentado. Demais informações, não diretamente relacionadas a estes aspectos, quando relevantes para a pesquisa, também foram transcritos para o relatório para análise de evidências e pertinência.

Após a fase de tratamento dos dados, obteve-se uma base de dados que foi organizada, juntando com a obtida pelas entrevistas, em três categorias - econômica, ambiental e social - complementando assim o banco de dados organizado por dimensão estudada.

c) Documentos

Cada documento selecionado foi analisado individualmente e feitos apontamentos que foram reunidos num arquivo de notas com anotação para cada dimensão estudada.

3.2.2.3 Interpretação dos dados

Tendo obtido um banco de dados com informações dadas pelos relatórios das entrevistas, observações diretas e documentos, partiu-se para a fase de triangulação dos dados.

A triangulação dos dados é utilizada para ampliar a validade e fidedignidade por meio de fontes múltiplas de dados e métodos variados (MERRIAN, 1988). Visa formar uma cadeia de evidências de modo que se consiga legitimidade do resultado no estudo (YIN, 2001).

Para isto foi criada uma planilha eletrônica, onde constam 5 (cinco) seções, dentre elas a dos indicadores originais dados pela GRI, a dos resultados das entrevistas, a das observações diretas, a dos documentos e a do resultado final, conforme a Figura 12.

Figura 12 - Exemplo das seções e colunas de inserção de dados para triangulação

Seção 1		Seção 2			Seção 3			Seção 4			Seção 5					
CPI Desempenho Econômico_GRI - G3.1 (2011)		Entrevista 1			Entrevista 2			Obs. Direta			Documentos			RESULTADO FINAL		
Classe	Indicador	Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status
Aspecto: Desempenho econômico																
ESS	EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.															
ESS	EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.															
ESS	EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.															
ESS	EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo.															
Aspecto: Presença no mercado																
ADI	EC5 Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.															
ESS	EC6 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.															
ESS	EC7 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.															
Aspecto: Impactos econômicos indiretos																
ESS	EC8 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> (para o bem do povo).															
ADI	EC9 Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.															

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda:

CPI - Conjunto de Protocolo de Indicadores

ESS - indicadores de relato essencial

ADI - indicadores de relato adicional

ECn – Código de indicador da dimensão econômica

Na coluna da classe foi inserida a opção por ser um indicador “Essencial” ou “Adicional”. Na coluna do indicador foram inseridos apenas os indicadores alterados ou incluídos. Na coluna de Status foi inserida a ação frente ao indicador se foi “Mantido”, “Alterado”, “Excluído” ou ainda um indicador “Incluído”.

Após alimentar de informações cada uma destas seções, cada indicador passou individualmente pela interpretação de ambos os dados e assim resultando na manutenção,

alteração ou exclusão do indicador ou ainda na inclusão de novos indicadores, fazendo contar assim na quinta seção da planilha. Tal ação se deu visando a construção final da estrutura de indicadores para o Relatório de Sustentabilidade da universidade.

A condição para a alteração, manutenção ou exclusão de um indicador dependeu se a proposta: (I) foi dada pelo gestor durante a entrevista (dado primário – maior peso) ou se (II) foi encontrado o mesmo indicativo nas observações diretas e nos documentos (dados secundários – menor peso). Por exemplo, se o gestor excluiu o indicador LA5, e o indicador não foi observado e não foi encontrado indicativo em documentos, o indicador é excluído. Porém, se o gestor excluiu o indicador LA5, mas este indicador foi observado diretamente no *campus* ou também foi citado em algum documento, o indicador é mantido ou alterado conforme a observação ou o documento.

A não observação do indicador no *campus* ou citação em algum documento mantém o indicador original, porém uma alteração é realizada caso tenha sido proposta por um dos entrevistados. Por exemplo, se o gestor propôs uma alteração no indicador e durante as observações diretas e análise de documentos não foram verificados dados para garantir esta alteração, o indicador é alterado mesmo assim, pois a proposição do gestor é proeminente diante da ausência de dados ou informações que desabonem a alteração.

3.2.3.4 Construção da estrutura de indicadores para o Relatório de Sustentabilidade da IES estudada

Após a interpretação dos dados, foram apontados os indicadores da GRI que foram: I) mantidos; II) sofreram alterações; ou III) foram excluídos. Também foram apontados indicadores novos acrescentados, de acordo com as evidências levantadas durante o estudo, para complementar e melhor relatar a sustentabilidade da universidade.

4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No capítulo 4, são apresentados os resultados resumidos das entrevistas aos gestores, das observações diretas ao campus e das análises realizadas em documentos selecionados como relevantes para cada dimensão da sustentabilidade determinada pela GRI. Também são apresentados os quadros contendo a triangulação dos dados das três fontes de coleta de dados e o indicador resultante após consolidadas as informações trianguladas. Ao final, cada indicador é discutido individualmente, mostrando as interferências propostas e os comentários pertinentes.

4.1 Indicadores de Desempenho Econômico

4.1.1 Entrevista ao primeiro gestor econômico

O entrevistado mostrou-se dentro de todos os critérios de seleção. Apresentou aptidão para a realização da entrevista, respondendo as perguntas filtro. O gestor assume cargo de Vice-Reitor Administrativo e trabalha há 25 (vinte e cinco) anos na instituição, sendo destes 6 (seis) anos na área econômica.

A análise do primeiro gestor econômico entrevistado tem resultados apresentados no Quadro 5 mostrando que todos os aspectos tratados foram mantidos; nenhum novo aspecto a ser incluído foi apontado e dentre os 7 (sete) indicadores essenciais da GRI, 3 (três) foram mantidos e 4 (quatro) foram alterados. Os 2 (dois) indicadores adicionais da GRI foram alterados e 2 (dois) novos indicadores foram apontados.

Quadro 5 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao primeiro gestor econômico

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Desempenho econômico	Mantido	4	2	2	-	-	-	-	-	-	2
Presença no mercado	Mantido	2	-	2	-	-	1	-	1	-	-
Impactos econômicos indiretos	Mantido	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-
Totais		7	3	4	-	-	2	-	2	-	2

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.1.2 Entrevista ao segundo gestor econômico

O entrevistado mostrou-se dentro de todos os critérios de seleção. Apresentou aptidão para a realização da entrevista, respondendo as perguntas filtro. O gestor assume o cargo de Presidente da Fundação Universidade de Passo Fundo e trabalha há 13 (treze) anos na instituição, sendo destes, 1 (um) ano na área econômica.

A análise do segundo gestor econômico entrevistado tem resultados apresentados no Quadro 6, mostrando que todos os aspectos tratados foram mantidos pelo gestor; nenhum novo aspecto a ser incluído foi apontado e todos os 7 (sete) indicadores essenciais da GRI foram mantidos. Dentre os 2 (dois) indicadores adicionais da GRI, 1 (um) foi mantido e 1 (um) foi excluído.

Quadro 6 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao segundo gestor econômico

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Desempenho econômico	Mantido	4	4	-	-	-	-	-	-	-	-
Presença no mercado	Mantido	2	2	-	-	-	1	-	-	1	-
Impactos econômicos indiretos	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Totais		7	7	-	-	-	2	1	-	1	-

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.1.3 Observações diretas

Os resultados da análise relativa às observações diretas estão no Quadro 7 e mostram que todos os aspectos foram mantidos; nenhum novo aspecto foi apontado e dentre os 7 (sete) indicadores essenciais da GRI, 5 (cinco) foram mantidos e 2 (dois) foram alterados. Nenhum novo indicador essencial foi apontado para ser incluído. Os 2 (dois) indicadores adicionais da GRI foram alterados.

Quadro 7 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão econômica

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Desempenho econômico	Mantido	4	3	1	-	-	-	-	-	-	-
Presença no mercado	Mantido	2	1	1	-	-	1	-	1	-	-
Impactos econômicos indiretos	Mantido	1	1	-	-	-	1	-	1	-	-
Totais		7	5	2	-	-	2	-	2	-	-

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.1.4 Documentos

Nenhum documento foi indicado pelo gestor econômico para ser analisado, porém foram selecionados como documentos importantes a serem analisados o Balanço Social IBASE de 2010 (UPF, 2011a), o Plano de Desenvolvimento Institucional UPF 2012-2016 (UPF, 2012b) e as notícias da instituição divulgadas em sua página na internet.

Os resultados relativos à análise dos documentos selecionados estão apresentados no Quadro 8 e mostram que todos os aspectos foram mantidos; nenhum novo aspecto foi apontado e dentre os 7 (sete) indicadores essenciais da GRI, 5 (cinco) foram mantidos e 2 (dois) foram alterados. Nenhum novo indicador essencial foi apontado para ser incluído. Os 2 (dois) indicadores adicionais da GRI foram alterados. Nenhum novo adicional foi apontado para ser incluído.

Quadro 8 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão econômica

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Desempenho econômico	Mantido	4	3	1	-	-	-	-	-	-	-
Presença no mercado	Mantido	2	1	1	-	-	1	1	-	-	-
Impactos econômicos indiretos	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Totais	Mantido	7	5	2	-	-	2	2	-	-	-

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.1.5 Análise, interpretação e discussão dos resultados

A análise e interpretação dos dados ocorreram através da triangulação dos dados, a qual foi obtida com a elaboração de uma planilha eletrônica contendo 5 (cinco) seções, dentre estas, a dos indicadores originais dados pela GRI, a dos resultados das entrevistas, a dos resultados das observações diretas, a dos resultados dos documentos e a do resultado final. Após a inserção das informações em cada uma destas seções com os resultados, cada indicador passou individualmente pela interpretação de ambos os dados e assim resultando na manutenção, alteração ou exclusão do indicador ou ainda na inclusão de novos indicadores na seção do resultado final, conforme mostrado no Quadro 9.

Quadro 9 - Indicadores de desempenho econômico e resultados da coleta dados

Seção 1		Seção 2			
CPI Desempenho Econômico_GRI - G3.1 (2011)		Entrevista 1		Entrevista 2	
Classe	Indicador	Classe	Indicador	Classe	Status
Aspecto 1: Desempenho econômico		Aspecto 1		Mantido	
ESS	EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	EC1	Valor econômico direto gerado e investido incluindo mensalidades , receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.		Alterado
ESS	EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.				Mantido
ESS	EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.	EC3	Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido e de contribuição definida que a organização oferece.		Alterado
ESS	EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo.				Mantido
		ADI	Progressão, ao longo do tempo, da ajuda recebida do governo, por tipo e instância.		Incluído
		ADI	Taxa de crescimento no orçamento.		Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 9 - Indicadores de desempenho econômico e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 1		Seção 2			
Classe	Indicador	Entrevista 1 Indicador	Status	Classe	Status
CPI Desempenho Econômico_GRI - G3.1 (2011)					
Aspecto 2: Presença no mercado					
ADI	EC5 Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.	EC5 <u>Variação da proporção entre salário mais alto, mais baixo e salário mínimo.</u>	Alterado		Excluído
ESS	EC6 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.	EC6 <u>Prática de gastos com fornecedores.</u>	Alterado		Mantido
ESS	EC7 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na comunidade local em unidades operacionais importantes.	EC7 <u>Descrição dos procedimentos de contratação.</u>	Alterado		Mantido
Aspecto 3: Impactos econômicos indiretos					
ESS	EC8 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> (para o bem do povo).		Mantido		Mantido
ADI	EC9 Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	EC9 Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos negativos e positivos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	Alterado		Mantido

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 9 - Indicadores de desempenho econômico da versão 3.1 da GRI (2011) e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 3			Seção 4			Seção 5		
Obs. Direta			Documentos			RESULTADO FINAL		
Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status
Aspecto 1	EC1 Valor econômico direto gerado e investido , incluindo mensalidades , receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	Mantido	Aspecto 1	EC1 Alterações do gestor apontadas no PDI UPF 2012-2016	Mantido	Aspecto 1: Desempenho econômico		Mantido
		Alterado			Alterado	ESS	EC1 Valor econômico direto gerado e investido , incluindo mensalidades , receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.	Alterado
		Mantido			Mantido	ESS	EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.	Mantido
		Mantido			Mantido	ESS	EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido e de contribuição definida que a organização oferece.	Alterado
		Mantido			Mantido	ESS	EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo.	Mantido
						ADI	[UPF_EC10] Progressão, ao longo do tempo, da ajuda recebida do governo, por tipo e instância.	Incluído
						ADI	[UPF_EC11] Taxa de crescimento no orçamento.	Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 9 - Indicadores de desempenho econômico da versão 3.1 da GRI (2011) e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 3			Seção 4			Seção 5		
Classe	Obs. Direta Indicador	Status	Classe	Documentos Indicador	Status	Classe	Indicador	Status
Aspecto 2		Mantido	Aspecto 2		Mantido	Aspecto 2: Presença no mercado		Mantido
ESS	<u>V</u> ariação da proporção entre <u>s</u> alário mais alto, mais baixo e salário mínimo.	Alterado			Mantido	ESS	<u>EC5</u> <u>V</u> ariação da proporção entre <u>s</u> alário mais alto, mais baixo e salário mínimo.	Alterado
	<u>P</u> olíticas e <u>p</u> rática de <u>g</u> astos com <u>f</u> ornecedores.	Alterado			Mantido	ADI	<u>EC6</u> <u>P</u> olíticas e <u>p</u> rática de <u>g</u> astos com <u>f</u> ornecedores e <u>p</u> roporção de <u>f</u> ornecedores locais.	Alterado
		Mantido		<u>EC7</u> Alterações do gestor apontadas no PDI UPF 2012-2016	Alterado	ESS	<u>EC7</u> <u>D</u> escrição dos <u>p</u> rocedimentos de <u>c</u> ontratação.	Alterado
Aspecto 3		Mantido	Aspecto 3		Mantido	Aspecto 3: Impactos econômicos indiretos		Mantido
		Mantido			Mantido	ESS	<u>EC8</u> Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> (para o bemdo povo).	Mantido
ESS	<u>EC9</u> Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos negativos e positivos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	Alterado			Mantido	ESS	<u>EC9</u> Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos negativos e positivos significativos, incluindo a extensão dos impactos.	Alterado

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: CPI - Conjunto de Protocolo de Indicadores ESS - indicadores de relato essencial ADI - indicadores de relato adicional

ECn – Código de indicador da dimensão econômica UPF_ECn – Código de novo indicador proposto para a estruturado Relatório de Sustentabilidade da UPF

A partir dos dados obtidos, segue a análise e discussão dos resultados que possibilitam a adequabilidade do relatório de sustentabilidade da GRI à IES em estudo.

4.1.5.1 Aspecto 1 - Desempenho econômico

O aspecto que trata dos indicadores de desempenho econômico foi mantido por ambos os gestores e observações diretas e documentos analisados. A seguir, o resultado alcançado, com o cruzamento das informações reunidas, para cada indicador do aspecto econômico.

O indicador EC1 foi alterado para “Valor econômico direto gerado e investido, incluindo mensalidades, receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos”. Foi proposto pelo Vice-Reitor Administrativo que houvesse a troca do termo “valor distribuído”, como é dado pela GRI, pelo termo “valor investido”, uma vez que toda receita que a instituição arrecada não é distribuída e sim reinvestida nas suas atividades.

A finalidade não econômica das IES comunitárias é definida no decreto 2.306/97, art. 3, que determina que “as entidades mantenedoras de instituições privadas de ensino superior comunitárias, confessionais e filantrópicas ou constituídas como fundações, não poderão ter finalidade lucrativa”, mas que devem gerenciar-se a si próprias, aplicando totalmente seus resultados excedentes na manutenção e financiamento de suas atividades educacionais.

O Vice-Reitor Administrativo mencionou as receitas dos recursos advindos de mensalidades, subvenções, captação externa, extensão e convênios, e que fossem retirados os lucros acumulados, uma vez que todo recurso é reinvestido e nada é tirado como lucro, conforme trata o decreto 2.306/97, art. 3. Também mencionou a inclusão dos investimentos em ensino, pesquisa e extensão e excluídos os pagamentos para provedores de capital. Já o Presidente da FUPF optou por manter o indicador como proposto originalmente pela GRI.

Também foi levantado através de observação direta e análise do Plano de Desenvolvimento Institucional UPF 2012-2016 (2012b) a captação de recursos por mensalidade e o investimento ao invés de acúmulo destas. Propondo-se assim com as contribuições recebidas a reedição do indicador para “Valor econômico direto gerado e investido, incluindo receitas, mensalidades, subvenções, captação externa, extensão e convênios, custos operacionais, remuneração de empregados, pagamentos para governos, investimentos no ensino, pesquisa e extensão, doações e outros investimentos na comunidade”.

Num estudo realizado por Termignoni (2012), a autora consolida diversos indicadores de diferentes ferramentas, como as Diretrizes para elaboração de RS da GRI, o Balanço Social Ibase, Indicadores do Instituto Ethos de Responsabilidade Social Empresarial (ETHOS), Índices de Sustentabilidade do *Dow Jones* (DJSI), Normas ISO de Gestão, entre outras, e apresenta um quadro de indicadores para um relatório de sustentabilidade destinado as IES comunitárias. Dentre os indicadores também estão adicionadas as receitas advindas de mensalidades e os investimentos na comunidade como destino para as receitas das IES comunitárias.

Os indicadores EC2, EC4, EC8 - Mantidos - Tanto o Vice-Reitor Administrativo como o Presidente da FUPF optaram por manter o indicador, da forma como são descritos pela GRI, por estarem adequados para o relato das informações a que se destina relatar. Os indicadores também foram mantidos conforme as demais modalidades de coleta de dados (observação direta e documentos). Durante as observações diretas não foram encontradas informações que pudessem resultar nas alterações destes indicadores. Nos documentos analisados não foi constatada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão destes indicadores, mantendo todos estes indicadores como são dados pela GRI (2011).

Os indicadores EC2, EC4, EC8 são responsáveis por retratar um desempenho seguro e rentável, com responsabilidade social e ambiental, no mercado, onde sejam fornecidos produtos e serviços adequados às necessidades dos clientes e que contribuam para o desenvolvimento do Brasil.

O indicador EC3 foi alterado para “Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido e de contribuição definida que a organização oferece”, pois foi proposto pelo Vice-Reitor Administrativo que houvesse a complementação do indicador com o relato da cobertura da contribuição definida pela IES juntamente com cobertura ao plano de pensão oferecido. Propondo-se assim reeditar o indicador para “Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido e de contribuição definida que a organização oferece”. O Presidente da FUPF optou por manter o indicador como o original da GRI.

Apesar de nenhum novo indicador ter sido proposto formalmente pelos gestores, através da análise das informações fornecidas durante a entrevista do Vice-Reitor Administrativo o mesmo deu a entender que se faz necessária a criação de um indicador capaz de fazer um comparativo entre as instituições relatoras para que possam retratar a ajuda recebida do governo para a manutenção de suas funções e atividades. Para tanto, foi incluído

um novo indicador que para relatar a “Progressão, ao longo do tempo, da ajuda recebida do governo, por tipo e instância” (UPF_EC10) e o indicador foi classificado com Adicional.

O Vice-Reitor Administrativo propôs um novo indicador que retrate a “Taxa de crescimento no orçamento” (UPF_EC11) como forma de mostrar as variações sofridas ao longo do tempo na IES e também como forma de vincular com os demais indicadores. Também tem caráter comparativo quando relacionado aos relatórios de outras instituições. A taxa de crescimento no orçamento também pode mostrar a capacidade da IES em investir seus excedentes na manutenção e financiamento de atividades educacionais. O indicador foi classificado com Adicional.

4.1.5.2 Aspecto 2 - Presença no mercado

O aspecto foi mantido por ambos os gestores, e também através das observações diretas e documentos. A seguir, o resultado alcançado, com o cruzamento das informações reunidas, para cada indicador do aspecto que trata da presença da universidade no mercado.

O indicador EC5 sofreu alteração pelo Vice-Reitor Administrativo para que pudesse melhor divulgar a “Variação da proporção entre salário mais alto, mais baixo e salário mínimo”. Ressaltou a importância deste indicador e salientou a contratação de uma empresa externa para dar suporte na avaliação no plano de carreira dos funcionários, pois foi constatada uma defasagem entre as faixas salariais. Tal enfoque ressalta a necessidade de mudança do indicador da classe Adicional para Essencial. O Vice-Reitor também mencionou que fosse incluído o salário mais alto na proporção.

O Presidente da FUPF propôs a exclusão do indicador, por não ver associado o indicador com as práticas da IES, uma vez que esta trabalha numa escala de valores por níveis salariais, porém foi evidenciada através de observação direta a variação existente entre o salário mais baixo ao mais alto, conforme proposto pelo Vice-Reitor Administrativo, e também é desejável haver o relato da variação na proporção dos salários em relação ao salário mínimo, pois a oferta de salários acima do mínimo, conforme a GRI (2011) pode ser um fator importante na construção de relacionamento sólido com a comunidade e de lealdade com os empregados.

Para o indicador EC6 foi proposta a descrição de como se dá a “Prática de gastos com fornecedores” na universidade. O Vice-Reitor Administrativo propôs que o indicador passasse da classe Essencial para Adicional e que fosse reeditado em função da instituição não possuir

uma prática de gastos com fornecedores locais, uma vez que suas compras são realizadas exclusivamente através de edital de tomada de preços. O Presidente da FUPF manteve o indicador como o original dado pela GRI. Também foi evidenciado através de observação direta que não há prática de gastos com fornecedores locais em virtude de a instituição realizar suas compras através de edital de tomada de preços, alterando então o indicador e assim reeditando para “Prática de gastos com fornecedores”, onde apenas seja relatada a prática que é usada pela IES.

Em função do indicador anterior, o indicador EC7 foi alterado pelo Vice-Reitor Administrativo para que houvesse a “Descrição dos procedimentos de contratação”, pois uma vez que a contratação é realizada através de edital de seleção, não há procedimentos para contratação local. Ressaltando o aspecto de contratação por edital como forma de não privilégio, usado como meio de manter a transparência nas contratações. Também foi evidenciada esta alteração através do Plano de Desenvolvimento Institucional UPF 2012-2016 (2012b).

4.1.5.3 Aspecto 3 - Impactos econômicos indiretos

O aspecto foi mantido por ambos os gestores, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O indicador EC9 foi alterado para proporcionar a “Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos negativos e positivos significativos, incluindo a extensão dos impactos”, Também foi proposto pelo Vice-Reitor Administrativo que se passasse o indicador da classe Adicional para Essencial pela importância em ser relatados os impactos econômicos indiretos, tanto negativos e positivos significativos, de modo a permitir uma avaliação equilibrada do desempenho geral, incluindo a extensão destes impactos. Foi enfatizada a influência da organização sobre o mercado local no que tange ao seu aquecimento mediante o aumento da demanda por parte dos alunos e professores (exemplo, o mercado imobiliário mediante a procura de locações de imóveis por parte dos alunos).

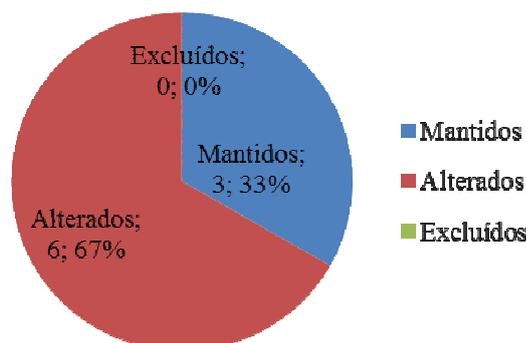
Numa visão geral das duas entrevistas realizadas, a do Vice-Reitor Administrativo, o primeiro gestor entrevistado, resultou em maior número de alterações dos indicadores em comparação ao Presidente da FUPF, o segundo gestor entrevistado, que não propôs nenhuma alteração nos indicadores dados pela GRI. Numa análise e discussão desta constatação, pode-

se evidenciar que os indicadores da GRI, mesmo sem alterações dos seus indicadores, de acordo com o Presidente da FUPF poderiam relatar satisfatoriamente o desempenho econômico da universidade.

Dentre as 6 (seis) alterações propostas pelo Vice-Reitor Administrativo 4 (quatro) foram evidenciadas e confirmadas através de observações diretas, 1 (uma) foi encontrada em documentos que foram analisados, o que mostra a consonância entre os resultados e com a realidade vivenciada pela IES.

Do total de 9 (nove) indicadores do desempenho econômico da GRI, 6 (seis) sofreram alteração, 3 (três) se mantiveram sem nenhuma alteração permanecendo da mesma forma como é descrito pela GRI, mostrando que 67% dos indicadores sofreram alterações e 33% foram mantidos (Figura 13).

Figura 13 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho econômico



Fonte: Elaborado pela Autora, 2013.

Foram propostos 2 (dois) novos indicadores, mostrando necessidade de adequação e suplementação dos indicadores, dentro de cada aspecto da dimensão econômica da GRI, ao contexto da universidade comunitária estudada e suplementação para um melhor relato.

Os 3 (três) aspectos do Conjunto de Protocolos de Indicadores da dimensão econômica (I. Desempenho Econômico; II. Presença no Mercado e III. Impactos Econômicos Indiretos) foram mantidos pelos gestores e também pelas observações diretas e pela análise de documentos. Nenhum novo aspecto foi apontado para ser incluído na estrutura de indicadores da dimensão econômica mostrando que os aspectos tratados na estrutura da GRI atende ao relato da dimensão econômica.

4.2 Indicadores de Desempenho Ambiental

4.2.1 Entrevista ao gestor ambiental

A entrevistada mostrou-se dentro de todos os critérios de seleção. Apresentou aptidão para a realização da entrevista, respondendo as perguntas filtro. A gestora da dimensão ambiental assume o cargo de Química, Especialista em Engenharia Ambiental e trabalha 17 (dezessete) anos na instituição, sendo destes 8 (oito) anos na área ambiental.

A análise da gestora ambiental tem resultados apresentados no Quadro 10 e mostram que todos os aspectos tratados foram mantidos pelo gestor; nenhum novo aspecto a ser incluído foi apontado e todos os 17 (dezessete) indicadores essenciais dados pela GRI foram mantidos. Dentre os 13 (treze) indicadores adicionais da GRI, 10 (dez) foram mantidos, 3 (três) foram alterados. Mais 6 (seis) novos indicadores foram apontados.

Quadro 10 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao gestor ambiental

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Materiais	Mantido	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Energia	Mantido	2	2	-	-	-	3	3	-	-	1
Água	Mantido	1	1	-	-	-	2	2	-	-	1
Biodiversidade	Mantido	2	2	-	-	-	3	2	1	-	-
Emissões, efluentes e resíduos	Mantido	7	7	-	-	-	3	2	1	-	1
Produtos e serviços	Mantido	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Conformidade	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Transporte	Mantido	-	-	-	-	-	1	-	1	-	1
Geral	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1
Totais		17	17	-	-	-	13	10	3	-	6

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.2.2 Observações diretas

Os resultados da análise relativa às observações diretas estão no Quadro 11 e mostram que todos os aspectos foram mantidos. Nenhum novo aspecto foi apontado. Dos 17 (dezessete) indicadores essenciais da GRI, 16 (dezesseis) foram mantidos e 1 (um) foi alterado. Nenhum novo indicador essencial foi apontado para ser incluído. Dos 13 (treze) indicadores adicionais 12 (doze) foram mantidos e 1 (um) foi alterado. Dois novos indicadores adicionais foram apontados para serem incluídos.

Transporte	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1
Geral	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Totais		17	17	-	-	-	13	12	1	-	1

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.2.4 Análise, interpretação e discussão dos resultados

A análise e interpretação dos dados ocorreu através de triangulação dos dados que foi obtida com a elaboração de uma planilha eletrônica contendo 5 (cinco) seções, dentre elas a dos indicadores originais dados pela GRI, a dos resultados das entrevistas, a dos resultados das observações diretas, a dos resultados dos documentos e a do resultado final. Após alimentar de informações cada uma destas seções dos resultados, cada indicador passou individualmente pela interpretação de ambos os dados e assim resultando na manutenção, alteração ou exclusão do indicador ou ainda na inclusão de novos indicadores na seção do resultado final, conforme a Quadro 13.

Quadro 13 - Indicadores de desempenho ambiental e resultados da coleta dados

Seção 1		Seção 2		Seção 3	
Classe	Indicador	Classe	Indicador	Classe	Indicador
CPIDesempenho Ambiental_GRI - G3.1 (2011)					
Aspecto 1: Materiais					
ESS	EN1 Materiais usados por peso ou volume.	Aspecto 1	Mantido	Aspecto 1	Mantido
ESS	EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.		Mantido		Mantido
Aspecto 2: Energia					
ESS	EN3 Consumo de energia direta, discriminado por fonte de energia primária.	Aspecto 2	Mantido	Aspecto 2	Mantido
ESS	EN4 Consumo de energia indireta, discriminado por fonte de energia primária.		Mantido		Mantido
ADI	EN5 Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.		Mantido		Mantido
ADI	EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.		Mantido		Mantido
ADI	EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	ADI	Progressão na substituição da energia não renovável pela energia renovável.		Mantido

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 13 - Indicadores de desempenho ambiental e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 1		Seção 2		Seção 3			
Classe	Indicador	Classe	Entrevista Indicador	Status	Classe	Obs. Direta Indicador	Status
Aspecto 3: Água		Aspecto 3		Aspecto 3			
ESS	EN8 Total de retirada de água por fonte.			Mantido			Mantido
ADI	EN9 Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.			Mantido			Mantido
ADI	EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.			Mantido			Mantido
Aspecto 4: Biodiversidade		Aspecto 4		Aspecto 4			
ESS	EN11 Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.		Progressão ao longo do tempo da adesão ao aproveitamento de água da chuva, de reuso ou para reciclagem.	Incluído			
ESS	EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.			Mantido			Mantido
ADI	EN13 Habitats protegidos ou restaurados			Mantido			Mantido
ADI	EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	ESS		Alterado			Mantido
ADI	EN15 Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.			Mantido			Mantido

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 13 - Indicadores de desempenho ambiental e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 1		Seção 2		Seção 3			
Classe	Indicador	Classe Aspecto 5	Entrevista Indicador	Status	Classe Aspecto 5	Obs. Direta Indicador	Status
ESS	EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.			Mantido			Mantido
ESS	EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.			Mantido			Mantido
ADI	EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	<u>ESS</u>		Alterado			Mantido
ESS	EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.			Mantido			Mantido
ESS	EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.			Mantido			Mantido
ESS	EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação.			Mantido			Mantido
ESS	EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.			Mantido			Mantido
ESS	EN23 Número e volume total de derramamentos significativos.			Mantido			Mantido
ADI	EN24 Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia[1] – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.			Mantido			Mantido
ADI	EN25 Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.			Mantido			Mantido
		ADI	Estratégias, medidas e planos futuros para a gestão de impactos das emissões, efluentes e resíduos.	Incluído			

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 13 - Indicadores de desempenho ambiental e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 1		Seção 2		Seção 3	
Classe	Indicador	Classe	Entrevista Indicador	Classe	Obs. Direta Indicador
CPI Desempenho Ambiental GRI - G3.1 (2011)					
Aspecto 6: Produtos e serviços					
ESS	EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	Aspecto 6	Mantido	Aspecto 6	Mantido
ESS	EN27 Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.		Mantido		Mantido
Aspecto 7: Conformidade					
ESS	EN28 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.	Aspecto 7	Mantido	Aspecto 7	Mantido
		ADI	Iniciativas para se manter em conformidade com leis e regulamentos ambientais.	ADI	Estratégias, medidas e planos de gestão da conformidade com leis e regulamentos ambientais.
			Incluído		Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 13 - Indicadores de desempenho ambiental e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 4			Seção 5		
Documentos			RESULTADO FINAL		
Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status
Aspecto 1		Mantido	Aspecto 1: Materiais		Mantido
		Mantido	ESS	EN1 Materiais usados por peso ou volume.	Mantido
		Mantido	ESS	EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.	Mantido
Aspecto 2		Mantido	Aspecto 2: Energia		Mantido
		Mantido	ESS	EN3 Consumo de energia direta, discriminado por fonte de energia primária.	Mantido
		Mantido	ESS	EN4 Consumo de energia indireta, discriminado por fonte de energia primária.	Mantido
		Mantido	ADI	EN5 Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.	Mantido
		Mantido	ADI	EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.	Mantido
		Mantido	ADI	EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.	Mantido
			ADI	[UPF_EN31] Progressão na substituição da energia não renovável pela energia renovável.	Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 13 - Indicadores de desempenho ambiental e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 4		Seção 5	
Documentos		RESULTADO FINAL	
Classe	Indicador	Status	Status
Aspecto 3	Aspecto 3: Água		
	EN8 Total de retirada de água por fonte.	Mantido	Mantido
	EN9 Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.	Mantido	Mantido
	EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.	Mantido	Mantido
	[UPF_EN32] Progressão ao longo do tempo da adesão ao aproveitamento de água da chuva, de reuso ou para reciclagem.		Incluído
Aspecto 4	Aspecto 4: Biodiversidade	Mantido	Mantido
	EN11 Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	Mantido	Mantido
	EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.	Mantido	Mantido
	EN13 Habitats protegidos ou restaurados.	Mantido	Mantido
	EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.	Mantido	Alterado
	EN15 Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.	Mantido	Mantido

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 13 - Indicadores de desempenho ambiental e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 4			Seção 5		
Documentos			RESULTADO FINAL		
Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status
Aspecto 5		Mantido	Aspecto 5: Emissões, efluentes e resíduos.		Mantido
		Mantido	EN16	Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.	Mantido
		Mantido	EN17	Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.	Mantido
ESS	EN18 Observada adesão a campanha etiquetagem obrigatória em veículos para controle das emissões de gases de efeito estufa.	Alterado	ESS	EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.	Alterado
		Mantido	ESS	EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.	Mantido
		Mantido	ESS	EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.	Mantido
		Mantido	ESS	EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação.	Mantido
		Mantido	ESS	EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.	Mantido
		Mantido	ESS	EN23 Número e volume total de derramamentos significativos.	Mantido
		Mantido	ADI	EN24 Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basília[] – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.	Mantido
		Mantido	ADI	EN25 Identificação, tamanho, status de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.	Mantido
			ADI	[UPF_EN33] Estratégias, medidas e planos futuros para a gestão de impactos das emissões, efluentes e resíduos.	Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 13 - Indicadores de desempenho ambiental e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 4			Seção 5		
Documentos			RESULTADO FINAL		
Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status
Aspecto 6		Mantido	Aspecto 6: Produtos e serviços		
		Mantido	ESS	EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.	Mantido
		Mantido	ESS	EN27 Percentual de produtos e embalagens recuperados após seu uso nos serviços, por categoria de produto.	Alterado
Aspecto 7		Mantido	Aspecto 7: Conformidade		
		Mantido	ESS	EN28 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.	Mantido
			ADI	[UPF_EN34] Estratégias, medidas e planos de gestão da conformidade com leis e regulamentos ambientais.	Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 13 - Indicadores de desempenho ambiental e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 4			Seção 5		
Documentos			RESULTADO FINAL		
Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status
Aspecto 8			Aspecto 8: Transporte		
		Mantido		EN29 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos, bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores e <u>usuário dos serviços (alunos) e medidas fomentadas.</u>	Mantido
		Mantido			Alterado
			ADI	[UPF_EN35] Iniciativas no processo de substituição do transporte automotivo individual (maior impacto) para o transporte automotivo coletivo (menor impacto).	Incluído
			ADI	[UPF_EN36] Iniciativas no processo de substituição de transporte automotivo pelo transporte alternativo (caminhada, bicicleta, por exemplo)	Incluído
ADI	Adesão a programas e campanhas que visam diminuir impacto do transporte.	Incluído	ADI	[UPF_EN37] Adesão a programas e campanhas que visam diminuir impacto do transporte.	Incluído
Aspecto 9			Aspecto 9: Geral		
		Mantido		EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.	Mantido
		Mantido	ADI		
			ADI	[UPF_EN38] Iniciativas de treinamento e conscientização dos funcionários e comunidade acadêmica em ações ambientais, por temas.	Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

A partir dos dados obtidos, segue a análise e discussão dos resultados que possibilitam a adequabilidade do relatório de sustentabilidade da GRI à IES em estudo.

4.2.4.1 Aspecto 1 - Materiais

O aspecto que traz os indicadores dos materiais foi mantido pela Especialista em Engenharia Ambiental, e foi mantido também através das observações diretas e análise dos documentos. A seguir, o resultado alcançado, com o cruzamento das informações reunidas, para cada indicador do aspecto que trata dos materiais.

Mantiveram-se inalterados os indicadores EN1 e EN2 em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos). A Especialista em Engenharia Ambiental apontou que estes indicadores, da forma como são descritos pela GRI, estão adequados para o relato das informações a que se destina relatar. Durante as observações diretas não houve mais informações a serem acrescentadas ou alterações a serem feitas nestes indicadores. Nos documentos analisados não foi constatada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão destes indicadores, mantendo todos estes indicadores como são dados pela GRI (2011).

Referente ao indicador EN2, que trata do “Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem”, em um estudo realizado por Termignoni (2012) a autora adiciona a este indicador a utilização de resíduos provenientes de outros processos como matéria prima. Durante a entrevista ao gestor não foi mencionada esta utilização, nem nas observações diretas ou na análise de documentos, porém esta utilização poderá aparecer no funcionamento do *Campus*, o que torna possível a inclusão futura deste suplemento.

4.2.4.2 Aspecto 2 - Energia

O aspecto foi mantido pela gestora, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Foram mantidos em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos) os indicadores EN3, EN4, EN5, EN6 e EN7. A Especialista em Engenharia Ambiental apontou que estes indicadores, da forma como são descritos pela GRI, estão adequados para o relato das informações a que se destinam relatar. Durante as observações diretas não houveram mais informações a serem acrescentadas ou alterações a

serem feitas nestes indicadores. Nos documentos analisados não foi constatada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão destes indicadores, mantendo todos estes indicadores como são dados pela GRI (2011).

A Especialista em Engenharia Ambiental sugeriu a inclusão de um novo indicador (UPF_EN31) que possibilitasse relatar a “Progressão na substituição da energia não renovável pela energia renovável”. O relato desta progressão visa mostrar o empenho da universidade em mudar, por exemplo, processos e tecnologias, a fim de se tornar mais sustentável.

Este indicador pode mostrar o potencial inovador da universidade na implementação de soluções que visam à substituição de energia de fonte não renovável pela de fonte renovável. O indicador foi classificado como Adicional.

4.2.4.3 Aspecto 3 - Água

O aspecto foi mantido pela gestora, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Os indicadores EN8, EN9 e EN10 foram mantidos em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos). A Especialista em Engenharia Ambiental apontou que estes indicadores, da forma como são descritos pela GRI, estão adequados para o relato das informações a que se destinam relatar. Durante as observações diretas não houveram mais informações a serem acrescentadas ou alterações a serem feitas nestes indicadores. Nos documentos analisados não foi constatada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão destes indicadores, mantendo todos estes indicadores como são dados pela GRI (2011).

Um novo indicador que relatasse a “Progressão ao longo do tempo da adesão ao aproveitamento de água da chuva, de reuso ou para reciclagem” (UPF_EN32) foi proposto. O relato do avanço no aproveitamento pode mostrar que a universidade está aperfeiçoando seus métodos de destinação e tratamento destas águas. O indicador foi classificado como Adicional.

4.2.4.4 Aspecto 4 - Biodiversidade

O aspecto foi mantido pela gestora, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Os indicadores EN11, EN12, EN13 e EN15 foram mantidos em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos). A Especialista em Engenharia Ambiental apontou que estes indicadores da forma como são descritos pela GRI estão adequados para o relato das informações a que se destinam relatar. Durante as observações diretas não houveram mais informações a serem acrescentadas ou alterações a serem feitas nestes indicadores. Nos documentos analisados não foi constatada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão destes indicadores, mantendo todos estes indicadores como são dados pela GRI (2011).

Além do indicador EN15, que trata da descrição do número de espécies na Lista Vermelha da IUNC⁷, pode-se avaliar a possibilidade de inserção de um indicador da lista das espécies que não estão na lista vermelha, mas que também são afetadas pelas operações da IES.

A classe antes Adicional do indicador EN14 foi alterada para Essencial, pois a Especialista em Engenharia Ambiental ressaltou sua grande importância na gestão dos impactos à biodiversidade, passando o indicador da classe Adicional para Essencial. Mostra-se a universidade possui compromisso em proteger e restaurar habitats e espécies locais, além de o desempenho em políticas, objetivos e compromissos referentes à biodiversidade dependerem da existência de uma gestão estruturada de impactos.

4.2.4.5 Aspecto 5 - Emissões, efluentes e resíduos.

O aspecto foi mantido pela gestora, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Os indicadores EN16, EN17, EN19, EN20, EN21, EN22, EN23, EN24 e EN25 foram mantidos em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos).

A gestora ambiental enfatizou o valor das iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas, passando o indicador EN18 da classe Adicional para

⁷ A *International Union for Conservation of Nature* (União Internacional para a conservação da natureza) é responsável pela elaboração da Lista Vermelha, que constitui um dos inventários mais detalhados do mundo sobre o estado de conservação mundial de várias espécies na tentativa de reduzir as extinções (IUCN, 2013).

Essencial. A seleção criteriosa de materiais e serviços com baixo consumo de energia pode controlar a emissão de gases de efeito estufa que são a principal causa de mudança climática.

Através da análise de um documento que circulava na IES pode-se contatar a iniciativa na adesão a Petição de “etiquetagem obrigatória em veículos”, do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV) que lança uma etiqueta de eficiência energética para veículos que ainda falha em conseguir a adesão das montadoras. Depois de 4 (quatro) anos de existência do Programa, pouquíssimos carros são etiquetados e a população sequer sabe da existência do programa. A etiqueta veicular é importante para o controle das emissões de gases de efeito estufa que causam as mudanças climáticas. Com ela, os consumidores poderão fazer escolhas mais responsáveis na hora de comprar um veículo, optando por aqueles que consomem menos combustíveis e causam menos danos ao meio ambiente (IDEC, 2012).

Um novo indicador que expõe “Estratégias, medidas e planos futuros para a gestão de impactos das emissões, efluentes e resíduos” (UPF_EN33) foi incluído. A importância do monitoramento dos impactos foi observada pela Especialista em Engenharia Ambiental, pois deste dependem o planejamento das ações a serem tomadas e o acompanhamento da eficácia num curto e longo prazo. O indicador foi classificado como Adicional.

4.2.4.6 Aspecto 6 - Produtos e serviços

O aspecto foi mantido pela gestora, e também foi mantido através das observações diretas e documentos. O indicador EN26 também foi mantido em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos). Já o indicador EN27 foi alterado para expor o “Percentual de produtos e embalagens recuperados após seu uso nos serviços”. A Especialista em Engenharia Ambiental propôs a reedição do indicador considerando que as atividades da universidade são serviços prestados e não produtos vendidos.

4.2.4.7 Aspecto 7 - Conformidade

O aspecto foi mantido pela gestora, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Os indicadores EN28 e EN30 foram mantidos em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos).

O relato do indicador EN28 “Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais” se mostra insuficiente, segundo a Especialista em Engenharia Ambiental, para relatar as ações para se manter em conformidade, para tanto foi proposto um novo indicador que exponha as “Estratégias, medidas e planos de gestão da conformidade com leis e regulamentos ambientais” (UPF_EN34). Durante as observações diretas foram evidenciadas ações em antecipação a demandas ambientais que retratam a intenção da universidade em se manter em conformidade com leis e regulamentos ambientais.

Termignoni (2012) em seu estudo aponta como indicador relacionado ao aspecto de conformidade a “Construção e reformas das edificações que utilizam critérios ambientais”. Estes critérios podem retratar a preocupação, ou não, em se manter em conformidade e de forma sustentável. Também mostra a quantidade de edificações que estão dentro destes critérios em relação ao total. Novos estudos podem ser realizados na UPF a fim de evidenciar a pertinência da inclusão deste indicador na estrutura do Relatório de Sustentabilidade da universidade.

Outro indicador relevante que poderia ser incluso trata da descrição das “Políticas, práticas e conformidade ambiental de fornecedores” onde houvesse a descrição da adequabilidade aos padrões ambientais instituídos e aos requisitos legais como licenças ambientais, entre outros.

4.2.4.8 Aspecto 8 - Transporte

O aspecto foi mantido pela gestora, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Durante a entrevista com a Especialista em Engenharia Ambiental a mesma mencionou que o maior impacto do transporte se refere ao deslocamento dos alunos de casa até o campus e vice-versa, propondo então o acréscimo desta modalidade de transporte ao indicador. Por este motivo o indicador EN29 foi modificado para relatar os “Impactos ambientais significativos do transporte de produtos, bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores e usuário dos serviços (alunos) e medidas tomadas”.

Também durante as observações diretas foi evidenciado o impacto ambiental que o transporte dos alunos pode acarretar, seja através de ônibus coletivo ou de automóvel próprio, entendendo que este impacto pode vir a complementar o indicador já dados pela GRI.

Complementando o indicador anterior, a gestora propôs que houvesse um novo indicador que pudesse relatar as iniciativas da instituição no aspecto do transporte dos alunos. Incluiu-se o indicador que visa mostrar as “Iniciativas no processo de substituição do transporte automotivo individual (maior impacto) para o transporte automotivo coletivo (menor impacto)” (UPF_EN35).

Ainda nos impactos ambientais do transporte, durante algumas observações diretas ao *campus* foi evidenciada a opção de alguns alunos em se deslocar através de bicicleta, fato que pode incentivar a universidade a adotar iniciativas e ações em prol de um comportamento que vise diminuir o transporte automotivo individual e coletivo e que promova a saúde, o bem-estar e a segurança (através de um deslocamento seguro) dos estudantes. Para tanto, foi incluído o novo indicador UPF_EN36 para divulgar as “Iniciativas no processo de substituição de transporte automotivo pelo transporte alternativo (caminhada, bicicleta, por exemplo)”.

Através da análise de um documento que circulava na IES pode-se constatar a iniciativa da universidade em diversas ações relativas ao transporte. A instituição aderiu ao “Dia mundial sem carro”, com o objetivo de mobilizar a comunidade universitária para o compromisso com a melhoria da qualidade ambiental e redução da emissão de CO₂ (gás carbônico). Nesta campanha foi sugerido e incentivado o uso da bicicleta, do transporte coletivo, da prática da caminhada e da carona solidária como meios de colaboração com a campanha.

Destaca-se também a adesão da universidade à petição pela “etiquetagem obrigatória em veículos” do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV), anteriormente descrito no indicador EN18, iniciativas estas que resultaram na inclusão do novo indicador de classe adicional UPF_EN37 que trata da “Adesão a programas e campanhas que visam diminuir impacto do transporte”.

4.2.4.9 Aspecto 9 - Geral

O aspecto foi mantido pela gestora, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Em entrevista, a Especialista em Engenharia Ambiental mencionou a importância em relatar as “Iniciativas de treinamento e conscientização dos funcionários e comunidade acadêmica em ações ambientais, por temas”, uma vez que toda mudança de hábito é precedida de conscientização e aprendizado, o que fez resultar novo indicador codificado como UPF_EN38.

Em um estudo realizado por Madeira (2008), que trata de “Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior”, encontram-se muitos indicadores relacionados ao ensino e formação como, por exemplo, o número médio anual de horas e o percentual de horas de formação para funcionários, relacionadas com a sustentabilidade; número médio de horas de formação, para alunos, relacionadas com a sustentabilidade, por aluno e por ano letivo; percentagem de horas de formação, para alunos, relacionadas com a sustentabilidade; custos anuais de formação em sustentabilidade por funcionário e relação entre os custos anuais de formação e os custos totais anuais com os recursos humanos.

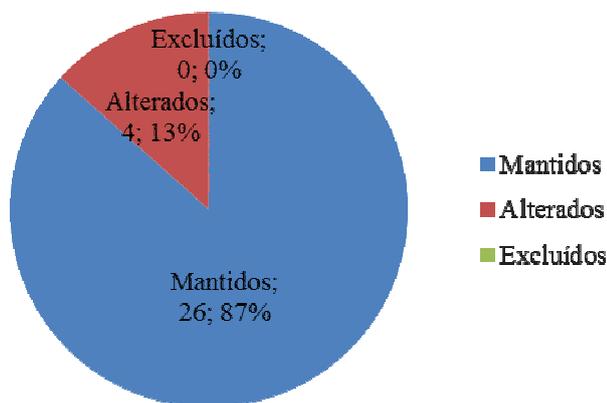
No estudo de Termignoni (2012) também foi incluído um indicador relacionado aos programas de educação ambiental, o que evidencia que em outras IES comunitárias também houveram apontamentos referentes à inclusão de um indicador que relate as ações que a IES mantém para a conscientização e treinamento da comunidade acadêmica e funcionários em questões e ações ambientais.

Ambos os estudos evidenciam a necessidade de relatar as ações educacionais e o desempenho na sustentabilidade, tanto aos funcionários quanto aos alunos da instituição.

Numa visão geral da entrevista realizada com a Especialista em Engenharia Ambiental, de um total de 30 (trinta) indicadores, 27 (vinte e sete) indicadores foram mantidos pela gestora da forma que são dados pela GRI. Dos outros 3 (três) que foram alterados pela gestora, 2 (dois) tiveram sua classe passada de adicional para essencial e o outro acrescentado o transporte de alunos como item de impacto sobre o aspecto. Considerando que 10% dos indicadores da GRI sofreram alterações, pode-se concluir que a estrutura da GRI se mostra assertiva para o relato da dimensão ambiental em um Relatório de Sustentabilidade para a IES estudada na opinião da gestora.

Após a triangulação dos dados, obteve-se a manutenção de 87% dos indicadores e a alteração de 13% (Figura 14).

Figura 14 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho ambiental



Fonte: Elaborado pela Autora, 2013.

Os 9 (nove) aspectos do Conjunto de Protocolos de Indicadores da dimensão ambiental (I. Materiais; II. Energia; III. Água; IV. Biodiversidade; V. Emissões, efluentes e resíduos, VI. Produtos e serviços; VII. Conformidade; VIII. Transporte; IX. Geral) foram mantidos pela gestora e também através das observações diretas e da análise dos documentos. Nenhum novo aspecto foi proposto para ser incluído na estrutura de indicadores da dimensão econômica, mostrando que a estrutura da GRI atende ao relato da dimensão ambiental.

4.3 Indicadores de Desempenho Social

O relato de desempenho social tem o Conjunto de Protocolo de Indicadores subdividido em quatro módulos por assunto:

- Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente (PT&TD)
- Direitos Humanos (DH)
- Sociedade (SO)
- Responsabilidade pelo Produto (RP)

4.3.1 Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

4.3.1.1 Entrevista ao gestor social de Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

A entrevistada mostrou-se dentro de todos os critérios de seleção. Apresentou aptidão para a realização da entrevista, respondendo as perguntas filtro. A gestora assume cargo de Analista de Recursos Humanos, responde pela seleção e desenvolvimento de recursos humanos e trabalha há 11 (onze) anos na instituição, todos ligados à dimensão social.

A análise do gestor social, relativa à categoria das Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente dada pela GRI, tem resultados apresentados no Quadro 14 e mostram que todos os aspectos tratados foram mantidos pelo gestor; nenhum novo aspecto a ser incluído foi apontado. Dentre os 10 (dez) indicadores essenciais dados pela GRI, 7 (sete) foram mantidos 2 (dois) foram alterados, 1 (um) foi excluído. Um novo indicador foi apontado para ser incluído. Dentre os 5 (cinco) indicadores adicionais dados pela GRI, 2 (dois) foram mantidos, 3 (três) foram alterados. Um novo indicador foi apontado para ser incluído.

Quadro 14 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao gestor social (PT&TD)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Emprego	Mantido	3	3	-	-	1	1	-	1	-	-
Relação entre trabalhadores e governança	Mantido	2	1	-	1	-	-	-	-	-	-
Saúde e segurança	Mantido	2	1	1	-	-	2	2	-	-	-
Treinamento e educação	Mantido	1	-	1	-	-	2	-	2	-	-
Diversidade e igualdade de oportunidades	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Igual remuneração para mulheres e homens	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		10	7	2	1	1	5	2	3	-	1

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.1.2 Observações diretas

Os resultados da análise relativa às observações diretas estão no Quadro 15 e mostram que dentre os 10 (dez) indicadores essenciais dados pela GRI, 9 (nove) foram mantidos, 1 (um) foi alterado. Nenhum novo indicador essencial foi apontado para ser incluído. Todos os 5 (cinco) indicadores adicionais dados pela GRI foram mantidos. Nenhum novo indicador adicional foi apontado para ser incluído.

Quadro 15 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão social (PT&TD)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Emprego	Mantido	3	3	-	-	-	1	1	-	-	-
Relação entre trabalhadores e governança	Mantido	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde e segurança	Mantido	2	1	1	-	-	2	2	-	-	-
Treinamento e educação	Mantido	1	1	-	-	-	2	2	-	-	-
Diversidade e igualdade de oportunidades	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Igual remuneração para mulheres e homens	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		10	9	1	-	-	5	5	-	-	-

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.1.3 Documentos

Nenhum documento foi indicado pelo gestor social das Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente para ser analisado, porém foram selecionados como documentos relevantes a serem analisados o Balanço Social IBASE de 2010 (UPF, 2011a), o Plano de Desenvolvimento Institucional UPF 2012-2016 (UPF, 2012b), a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental 2010 (UPF, 2011b), as Políticas de Resp. Social da UPF (UPF, 2005) e as notícias da instituição dadas em sua página na internet.

Os resultados relativos à análise dos documentos selecionados estão apresentados no Quadro 16 e mostram que todos os indicadores essenciais dados pela GRI foram mantidos. Todos os indicadores adicionais dados pela GRI foram mantidos e 1 (um) novo indicador foi incluído. Informações que contam no Balanço Social IBASE do ano de 2010 (UPF, 2011a) que resultaram na inclusão dos 2 (dois) novos indicadores adicionais. Ambos na seção que trata do Setor de Segurança e Medicina do Trabalho.

Quadro 16 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão social (PT&TD)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Emprego	Mantido	3	3	-	-	-	-	1	-	-	-
Relação entre trabalhadores e governança	Mantido	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-
Saúde e segurança	Mantido	2	2	-	-	-	-	2	-	-	2
Treinamento e educação	Mantido	1	1	-	-	-	-	2	-	-	-
Diversidade e igualdade de oportunidades	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Igual remuneração para mulheres e homens	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		10	10	-	-	-	5	5	-	-	2

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.1.4 Análise, interpretação e discussão dos resultados

A análise e interpretação dos dados ocorreram através de triangulação dos dados que foi obtida com a elaboração de uma planilha eletrônica contendo 5 (cinco) seções, dentre elas a dos indicadores originais dados pela GRI, a dos resultados das entrevistas, a dos resultados das observações diretas, a dos resultados dos documentos e a do resultado final. Após alimentar de informações cada uma destas seções dos resultados, cada indicador passou individualmente pela interpretação de ambos os dados e assim resultando na manutenção, alteração ou exclusão do indicador ou ainda na inclusão de novos indicadores na seção do resultado final, conforme a Quadro 17.

Quadro 17 - Indicadores de desempenho social (PT&TD) e resultados da coleta dados

Seção 1		Seção 2			Seção 3		
CPI Desempenho Social (PT&TD)_GRI - G3.1 (2011)		Entrevista			Obs. Direta		
Classe	Indicador	Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status
Aspecto 1: Emprego		Aspecto 1			Aspecto 1		
ESS	LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.			Mantido			Mantido
ESS	LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.			Mantido			Mantido
ADI	LA3 Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.	ESS		Alterado			Mantido
ESS	LA15 Retorno ao trabalho e as taxas de retenção após a licença parental, por sexo.			Mantido			Mantido
		ESS	Retorno ao trabalho e taxas de retenção após afastamento por doença e acidente de trabalho.	Incluído			
Aspecto 2: Relações entre trabalhadores e a governança		Aspecto 2			Aspecto 2		
ESS	LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.			Mantido			Mantido
ESS	LA5 Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.			Excluído			Mantido
Aspecto 3: Saúde e segurança		Aspecto 3			Aspecto 3		
ADI	LA6 Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.			Mantido			Mantido
ESS	LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.	ESS	LA7 <u>Descrição</u> e Taxas de <u>acidentes</u> lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.	Alterado	ESS	LA7 Descrição e taxas de acidentes, lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, <u>por unidade</u> .	Alterado
ESS	LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.			Mantido			Mantido
ADI	LA9 Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.			Mantido			Mantido
Aspecto 4: Treinamento e educação		Aspecto 4			Aspecto 4		
ESS	LA10 Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.		Média de horas ofertadas e <u>taxa de participação</u> em treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional	Alterado			Mantido
ADI	LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.	ESS		Alterado			Mantido
ADI	LA12 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	ESS		Alterado			Mantido
Aspecto 5: Diversidade e igualdade de oportunidades		Aspecto 5			Aspecto 5		
ESS	LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.			Mantido			Mantido
		ADI	Percentual de atendimento às cotas de inclusão (Pessoas com deficiências - PCDs, raciais e outros).	Incluído			
Aspecto 6: Igual remuneração para mulheres e homens		Aspecto 6			Aspecto 6		
ESS	LA14 Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.			Mantido			Mantido

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 17 – Indicadores de desempenho social (PT&TD) e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 4			Seção 5		
Documentos			RESULTADO FINAL		
Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status
Aspecto 1			Aspecto: 1 Emprego		
		Mantido	ESS	LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.	Mantido
		Mantido	ESS	LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.	Mantido
		Mantido	ESS	LA3 Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.	Alterado
		Mantido	ESS	LA15 Retorno ao trabalho e as taxas de retenção após a licença parental, por sexo.	Mantido
			ESS	[UPF_LA16] Retorno ao trabalho e taxas de retenção após afastamento por doença e acidente de trabalho.	Incluído
Aspecto 2			Aspecto 2: Relações entre trabalhadores e a governança		
		Mantido	ESS	LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.	Mantido
		Mantido	ESS	LA5 Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.	Excluído
Aspecto 3			Aspecto 3: Saúde e segurança		
		Mantido	ADI	LA6 Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.	Mantido
		Mantido	ESS	LA7 Descrição e taxas de acidentes, lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, <u>por unidade</u> .	Alterado
		Mantido	ESS	LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.	Mantido
		Mantido	ADI	LA9 Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.	Mantido
ADI	Adesão a campanhas e programas nacionais que visam diminuir acidente e doenças ocupacionais.	Incluído	ADI	[UPF_LA17] Adesão a campanhas e programas nacionais que visam diminuir acidente e doenças ocupacionais.	Incluído
ADI	Média de horas de treinamento por ano, por assunto e taxas de participação.	Incluído	ADI	[UPF_LA18] Média de horas de treinamento por ano, por assunto e taxas de participação.	Incluído
Aspecto 4			Aspecto 4: Treinamento e educação		
		Mantido	ESS	LA10 Média de horas ofertadas e <u>taxa de participação</u> em treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional	Alterado
		Mantido	ESS	LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.	Alterado
		Mantido	ESS	LA12 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.	Alterado
Aspecto 5			Aspecto 5: Diversidade e igualdade de oportunidades		
		Mantido	ESS	LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.	Mantido
			ADI	[UPF_LA19] Percentual de atendimento às cotas de inclusão (Pessoas com deficiências - PCDs, raciais e outros).	Incluído
Aspecto 6			Aspecto 6: Igual remuneração para mulheres e homens		
		Mantido	ESS	LA14 Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.	Mantido

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

A partir dos dados obtidos, segue a análise e discussão dos resultados que possibilitam a adequabilidade do relatório de sustentabilidade da GRI à IES em estudo.

4.3.1.4.1 Aspecto 1 - Emprego

O aspecto foi mantido pela Analista de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos analisados.

A seguir, o resultado alcançado, com o cruzamento das informações reunidas, para cada indicador do aspecto que trata de emprego.

A Analista de Recursos Humanos apontou que os indicadores LA, LA2 e LA15, da forma como são descritos pela GRI, estão adequados para o relato das informações a que se destinam relatar e para tanto foram mantidos inalterados. Durante as observações diretas não foram constatadas mais informações a serem acrescentadas ou alterações a serem feitas nestes indicadores. Nos documentos analisados não foi constatada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão destes indicadores, mantendo todos estes indicadores como são dados pela GRI (2011).

Foi dada pela Analista de Recursos Humanos uma maior importância no relato dos benefícios oferecidos a empregados de todos os regimes de trabalho, propondo que o indicador LA3 passasse da classe Adicional para Essencial. O relato dos benefícios oferecidos aos empregados possibilita que a IES demonstre o investimento que faz nos recursos humanos e que está em busca da retenção de seus funcionários.

A descrição detalhada de como a IES trata o retorno ao trabalho dos funcionários que passaram por período de afastamento devido a acidente do trabalho ou doença ocupacional é vital para mostrar que está mantendo transparência na postura que mantém no cuidado com a reabilitação profissional, prestando acompanhamento psicológico, físico e profissional para que o retorno às atividades profissionais aconteça de forma tranquila, gradativa e com o máximo de confiança na sua reinserção. Para tanto, foi criado um novo indicador do coeficiente de “Retorno ao trabalho e taxas de retenção após afastamento por doença e acidente de trabalho” (UPF_LA16).

A Analista de Recursos Humanos considera este indicador essencial para constar na estrutura do relatório de sustentabilidade da instituição e ressalta que as taxas de retenção de

funcionários após terem passado por período de doença ou acidente do trabalho retrata a postura da IES no resultado das tratativas e ao acolhimento dos funcionários.

Um indicador que não apareceu durante as observações diretas, nem durante a análise de documento e nas entrevistas, mas que poderia dar uma informação relevante sobre a frequência dos funcionários (relativa à motivação e saúde), diz respeito ao relato do número médio de horas de absenteísmo anuais por funcionário e a o número de horas e percentagem de absenteísmo anuais motivadas por doença, por funcionário.

4.3.1.4.2 Aspecto 2 - Relações entre trabalhadores e a governança

O aspecto foi mantido pela Analista de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O indicador LA4 foi mantido em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos). A Analista de Recursos Humanos apontou que este indicador da forma como é descritos pela GRI estaria adequado para o relato das informações a que se destina relatar. Durante as observações diretas não houveram mais informações a serem acrescentadas ou alterações a serem feitas neste indicador. Nos documentos analisados não foi encontrada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão deste indicador, mantendo este indicador como é dado pela GRI (2011).

O Indicador LA5 que relata o “Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva” foi excluído pela Analista de Recursos Humanos por acreditar não ser realizado este procedimento na IES. Durante as observações diretas não foi possível detectar qualquer operação que tenha passado por processo de modificação e que tivesse sido realizada a notificação antecipada desta modificação. O fato de não ter sido observado não determina que este indicador não possa relatar um processo importante a ser mantido para uma gestão de mudanças eficaz. Tais mudanças podem incluir, por exemplo, reestruturação, terceirização de operações, encerramento de atividades, expansões, novas unidades, aquisições, entre outros.

Termignoni (2012), em sua pesquisa sobre indicadores de sustentabilidade para IES comunitárias, destaca que as quatro universidades estudadas consideraram importantes à notificação, com antecedência, aos colaboradores sobre modificações operacionais, porém duas das quatro universidades apresentaram ações relacionadas. Um exemplo relacionado é

que em uma destas universidades foi terceirizado todo o serviço de manutenção e os funcionários da universidade nestas funções migraram para essa nova empresa.

O indicador LA5 pode mostrar a capacidade da universidade em manter a satisfação, motivação e confiança dos empregados ao programar mudanças significativas nas operações, além de manter um ambiente harmônico, reduzir a rotatividade e minimizar transtornos operacionais. Acredita-se que a permanência deste indicador na estrutura de Relatório de Sustentabilidade da universidade deve ser posteriormente reavaliada.

Durante a análise de documentos também não foi evidenciada qualquer menção a este processo, mantendo assim a proposta da Analista de Recursos Humanos em excluir o indicador da estrutura.

4.3.1.4.3 Aspecto 3 - Saúde e segurança

O aspecto foi mantido pela Analista de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Foram mantidos os indicadores LA6, LA8 e LA9 em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos). A Analista de Recursos Humanos apontou que estes indicadores, da forma como são descritos pela GRI, estão adequados para o relato das informações a que se destinam relatar, não propondo qualquer alteração. Durante as observações diretas não houveram mais informações a serem acrescentadas ou alterações a serem feitas nestes indicadores. Nos documentos analisados não foi constatada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão destes indicadores, mantendo todos estes indicadores como são dados pela GRI (2011).

A descrição por unidades das ocorrências relacionadas à segurança do trabalho foi proposta pela Analista de Recursos Humanos, alterando o indicador LA7 para este contexto. Estas unidades compreendem as faculdades, seus respectivos laboratórios e demais infraestruturas que abrangem. Esta divisão pode facilitar a percepção de quais unidades tem maior número de acidentes e que tipos de lesões são mais frequentes, possibilitando uma melhor gestão dos riscos e controle do ambiente ocupacional.

A “Adesão a campanhas e programas nacionais que visam diminuir acidente e doenças ocupacionais” foi evidenciada em análise de documento. Constatou-se que a instituição adere a campanhas e programas nacionais que visam diminuir acidentes e doenças ocupacionais

fazendo com que se criasse o novo indicador UPF_LA17. As ações da instituição neste sentido se resultam em ampla divulgação através de anúncios em sua página na rede mundial de computadores e cartazes fixados em suas unidades.

Este indicador retrata fortemente o compromisso que a universidade mantém com campanhas lançadas pelo governo, demonstrando empenho no alcance de metas e objetivos com tratativa nacional, além de reforçar aos seus empregados as ações assumidas em relação à saúde e segurança dos seus funcionários.

Outro novo indicador objetiva demonstrar a “Média de horas de treinamento por ano, por assunto e taxas de participação” (UPF_LA18), pois foi evidenciado através da análise de documentos que a instituição promove treinamentos e capacitações de seus empregados nas suas práticas trabalhistas relacionada à saúde e segurança do trabalhador. Este indicador se mostra capaz de revelar indiretamente o investimento e empenho que a instituição mantém na formação e conscientização de seus empregados.

4.3.1.4.4 Aspecto 4 - Treinamento e educação

O aspecto foi mantido pela Analista de Recursos Humanos e também através das observações diretas e documentos. Neste aspecto todos os indicadores sofreram alteração, veja conforme segue.

Como alteração para o indicador LA10, a Analista de Recursos Humanos propôs que fosse acrescida na descrição a taxa de participação em treinamento por ano, por funcionário, de acordo com cada categoria funcional.

O indicador LA10 difere do indicador UPF_LA18, que tratava apenas dos treinamentos com assuntos relacionados à saúde e segurança do trabalhador. O LA10 abrange todos os assuntos que possam estar relacionados a cada categoria funcional na IES. O mesmo está relacionado à capacitação e instrução profissional, à descrição das licenças remuneradas para estudo que a IES fornece aos seus funcionários, as que são realizados externamente pagos pela IES parcial ou integralmente, as cedidas internamente também com financiamento parcial ou integralmente e abrange também os treinamentos e instruções descritos pelo novo indicador UPF_LA18.

Esta alteração proposta pela gestora mostra-se importante sobre o ponto de vista da mensuração da efetividade do treinamento, uma vez que a inclusão da taxa de participação é

mais explícita que apenas o quantitativo de horas de treinamento. Também é capaz de traçar um perfil de quais categorias funcionais estão recebendo mais treinamentos.

Os indicadores LA11 e LA12 não sofreram alteração na descrição, apenas receberam da Analista de Recursos Humanos uma maior importância em constarem na estrutura de indicadores para o RS fazendo com que ambos os indicadores que são classificados pela GRI como Adicionais fossem alterados para Essenciais na estrutura da UPF.

A ênfase no indicador L11 “Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira” está intimamente ligada à característica educacional da instituição, uma vez que a mesma possui toda a infraestrutura e ferramentas para garantir a aprendizagem contínua aos seus funcionários.

4.3.1.4.5 Aspecto 5 - Diversidade e igualdade de oportunidades

O aspecto foi mantido pela Analista de Recursos Humanos entrevistada. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

A gestora optou por manter o indicador LA13 inalterado. Nas demais buscas por dados não se obteve nenhuma informação capaz de alterar ou mesmo excluir o indicador.

O indicador LA13 que trata da descrição da “Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade” deve passar por um estudo mais aprofundado em relação a sua descrição no caso de uma IES, pois recai sobre este a problemática de como fazê-la, em relação ao corpo docente, quando a academia é por natureza meritocrática. Este indicador deverá ser amplamente estudado para que possa abranger o corpo docente e não apenas os funcionários da instituição.

Na visão da gestora apenas o indicador LA13 não é suficiente para demonstrar o perfil da IES, relacionado ao aspecto da diversidade e igualdade de oportunidades. O “Percentual de atendimento às cotas de inclusão (Pessoas com deficiências - PcDs, raciais e outros)” (UPF_LA19) se faz necessário como um novo indicador na estrutura da universidade para que se pudesse relatar qual o perfil de inclusão da instituição.

Empregar pessoas com deficiência (PcD) é algo que pode representar um investimento e um exercício da igualdade, ao invés de soar como obrigação ou um favor a estas pessoas.

Apesar de existir a lei 8.213 de 1991 que normatiza a contratação de PcD na proporção de 2 a 5%, em empresas com mais de 100 funcionários, o indicador proposto pela Analista de Recursos Humanos é capaz de retratar a conscientização da IES para o comprometimento e a capacidade destas pessoas. O indicador foi classificado como adicional.

4.3.1.4.6 Aspecto 6 - Igual remuneração para mulheres e homens

O aspecto foi mantido pela Analista de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

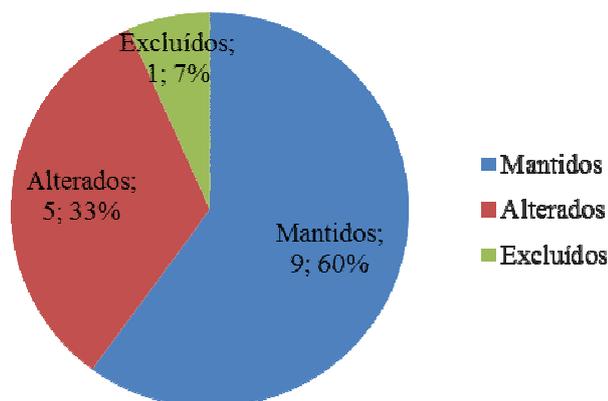
O indicador LA14 foi mantido em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos). Para a Presidente do Brasil, Dilma Rousseff, a igualdade de oportunidades para homens e mulheres é um princípio essencial da democracia (CUT, 2010) e a convenção nº 100 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (SÜSSEKIND, 1998) através do Decreto nº 41.721, de 25 de junho de 1957, garante o direito da mulher em receber remuneração de igual valor pela mesma atividade exercida pelo homem. Além do fator legal, a sociedade vem em crescente apoio a esta garantia e a explicitação deste indicador no relatório da IES mostra seu compromisso com o cumprimento deste direito.

Numa visão geral da entrevista realizada com a Analista de Recursos Humanos a gestora alterou 33% dos indicadores. Em relação ao resultado final, obtido através da triangulação dos resultados da entrevista, observações diretas e documentos, de 15 (quinze) indicadores da GRI, 5 (cinco) sofreram alteração, sendo que destes 2 (dois) foram editados e os outros 3 (três) tiveram apenas sua classe Adicional passada para Essencial, o que indica uma maior importância e destaque destes indicadores RS da IES comunitária, mantendo o indicador inalterado em relação a sua descrição.

Um indicador foi excluído pela gestora, porém se mostra importante reavaliar esta proposta uma vez que a notificação aos funcionários sobre mudanças nas operações da instituição podem trazer benefícios tanto para os recursos humanos quanto para o desenvolvimento das atividades que sofrerão alterações.

Dos 15 (quinze) indicadores da GRI, 9 (nove) foram mantidos, representando 60% de inalteração nos indicadores; 5 (cinco) foram alterados, representando 33% (Figura 15).

Figura 15 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho social (PT&TD)



Fonte: Elaborado pela Autora, 2013.

Foram propostos 4 (quatro) novos indicadores, mostrando a necessidade de suplementação para adequação do Relatório de Sustentabilidade da GRI ao contexto da IES comunitária estudada no aspecto das Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente.

Os 6 (seis) aspectos do Conjunto de Protocolos de Indicadores da dimensão social relacionada a Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente (I. Emprego; II. Relações entre trabalhadores e governança, III. Saúde e segurança, IV. Treinamento e educação, V. Diversidade e igualdade de oportunidades e VI. Igual remuneração para mulheres e homens) foram mantidos pela gestora e também através das observações diretas e análise dos documentos. Não foi apontado nenhum novo aspecto para ser incluído na estrutura de indicadores das Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente mostrando que os aspectos tratados na estrutura da GRI atende ao relato específico da dimensão social.

4.3.2 Direitos Humanos

4.3.2.1 Entrevista ao gestor social da categoria de Direitos Humanos

O entrevistado mostrou-se dentro de todos os critérios de seleção. Apresentou aptidão para a realização da entrevista, respondendo as perguntas filtro. O gestor assume cargo de Coordenador de Recursos Humanos e trabalha há 32 (trinta e dois) anos na instituição, todos ligados à dimensão social.

A análise do gestor social, relativa à categoria dos Direitos Humanos dada pela GRI, tem resultados apresentados no Quadro 18 e mostram que todos os aspectos tratados foram

mantidos pelo gestor; nenhum novo aspecto a ser incluído foi apontado e dentre os 9 (nove) indicadores essenciais dados pela GRI, 8 (oito) foram mantidos e 1 (um) foi alterado. Um novo indicador foi apontado para ser incluído. Dentre os 2 (dois) indicadores adicionais dados pela GRI, 1 (um) foi mantido, 1 (um) foi alterado. Nenhum novo indicador foi apontado.

Quadro 18 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao gestor social (DH)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Práticas investimento e processos de compra	Mantido	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Não-discriminação	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Liberdade de associação e negociação coletiva	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalho infantil	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Práticas de segurança	Mantido	-	-	-	-	1	1	-	1	-	-
Direitos indígenas	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Avaliação	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Remediação	Mantido	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Totais		9	8	1	-	1	2	1	1	-	-

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.2.2 Observações diretas

Os resultados da análise relativa às observações diretas estão no Quadro 19 e mostram que dentre os 9 (nove) indicadores essenciais dados pela GRI, 8 (oito) foram mantidos, 1 (um) foi alterado e 1 (um) novo indicador essencial foi apontado para ser incluído. Os 2 (dois) indicadores adicionais dados pela GRI foram mantidos e 1 (um) novo indicador adicional foi apontado para ser incluído.

Quadro 19 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão social (DH)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Práticas investimento e processos de compra	Mantido	3	2	1	-	-	-	-	-	-	-
Não-discriminação	Mantido	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-
Liberdade de associação e negociação coletiva	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalho infantil	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Práticas de segurança	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Direitos indígenas	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-

Avaliação	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Remediação	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		9	8	1	-	1	2	2	-	-	1

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.2.3 Documentos

Nenhum documento foi indicado pelo gestor social, dos Direitos Humanos, para ser analisado, porém foram selecionados como documentos relevantes a serem analisados o Balanço Social IBASE de 2010 (UPF, 2011a), o Plano de Desenvolvimento Institucional UPF 2012-2016 (UPF, 2012b), as Políticas de Responsabilidade Social da UPF (UPF, 2005) e as notícias da instituição dadas em sua página na rede mundial de computadores.

Os resultados relativos à análise dos documentos selecionados estão apresentados no Quadro 20 e mostram que dentre os 9 (nove) indicadores essenciais dados pela GRI, 8 (oito) foram mantidos e 1 (um) foi alterado. Todos os indicadores adicionais dados pela GRI foram mantidos. Informações que contam no Balanço Social IBASE do ano de 2010 (UPF, 2011a) resultaram na alteração do indicador essencial que trata da Remediação dos casos de violação dos Direitos Humanos.

Quadro 20 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão social (DH)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Práticas investimento e processos de compra	Mantido	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Não-discriminação	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Liberdade de associação e negociação coletiva	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalho infantil	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Práticas de segurança	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Direitos indígenas	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Avaliação	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Remediação	Mantido	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-
Totais		9	8	1	-	-	2	2	-	-	-

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.2.4 Análise, interpretação e discussão dos resultados

A análise e interpretação dos dados ocorreram através de triangulação dos dados que foi obtida com a elaboração de uma planilha eletrônica contendo 5 (cinco) seções, dentre elas a dos indicadores originais dados pela GRI, a dos resultados das entrevistas, a dos resultados das observações diretas, a dos resultados dos documentos e a do resultado final. Após alimentar de informações cada uma destas seções dos resultados, cada indicador passou individualmente pela interpretação de ambos os dados e assim resultando na manutenção, alteração ou exclusão do indicador ou ainda na inclusão de novos indicadores na seção do resultado final, conforme a Quadro 21.

Quadro 21 - Indicadores de desempenho social (DH) e resultados da coleta dados

Seção 1		Seção 2		Seção 3		
Classe	Indicador	Entrevista Indicador	Status	Classe	Obs. Direta Indicador	Status
Aspecto 1: Práticas de investimentos e de processos de compra						
ESS	HR1 Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.		Mantido			Mantido
ESS	HR2 Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.		Mantido			Mantido
ESS	HR3 Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebem treinamento.		Mantido		<u>Percentual de participação</u> e total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, <u>por unidade</u> .	Alterado
Aspecto 2: Não-discriminação						
ESS	HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.		Mantido			Mantido
Aspecto 3: Liberdade de associação e negociação coletiva						
ESS	HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.		Mantido	ESS	Descrição das políticas e práticas adotadas contra atos de discriminação.	Incluído
Aspecto 4: Trabalho infantil						
ESS	HR6 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.		Mantido			Mantido

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Figura 21 – Indicadores de desempenho social (DH) e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 1		Seção 2		Seção 3	
CPI Desempenho Social (DH) GRI- G3.1 (2011)		Entrevista		Obs. Direta	
Classe	Indicador	Classe	Indicador	Classe	Indicador
Aspecto 5:	Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Aspecto 5		Aspecto 5	
ESS	HR7 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	Mantido			Mantido
Aspecto 6:	Práticas de segurança	Aspecto 6		Aspecto 6	
ADI	HR8 Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.	Mantido			Mantido
		Alterado			Mantido
		Incluído			Mantido
Aspecto 7:	Direitos indígenas	Aspecto 7		Aspecto 7	
ADI	HR9 Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	Mantido			Mantido
Aspecto 8:	Avaliação	Aspecto 8		Aspecto 8	
ESS	HR10 Percentual e número total de operações que tenham sido objeto de críticas de direitos humanos e/ou avaliações de impacto.	Mantido			Mantido
Aspecto 9:	Remediação	Aspecto 9		ADI	
ESS	HR11 Número de queixas relacionadas com os direitos humanos arquivado, abordados e resolvidos através de mecanismos de queixa formal.	Mantido		Numero de unidades avaliadas e treinadas no atendimento aos direitos humanos e temas abordados.	Incluído
		Alterado		Aspecto 9	Mantido

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Figura 21 – Indicadores de desempenho social (DH) e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 4		Seção 5	
Documentos		RESULTADO FINAL	
Classe	Indicador	Classe	Status
Aspecto 1	Mantido	Aspecto 1: Práticas de investimentos e de processos de compra	Mantido
		HR1 Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluem cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.	Mantido
		ESS	
		HR2 Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.	Mantido
		HR3 <u>Percentual de participação</u> e total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, <u>por unidade</u> .	Alterado
Aspecto 2	Mantido	Aspecto 2: Não-discriminação	Mantido
		HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.	Mantido
		ESS [UPF_HR12] Descrição das políticas e práticas adotadas contra atos de discriminação.	Incluído
Aspecto 3	Mantido	Aspecto 3: Liberdade de associação e negociação coletiva	Mantido
		HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.	Mantido
Aspecto 4	Mantido	Aspecto 4: Trabalho infantil	Mantido
		HR6 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.	Mantido
		ESS	

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Figura 21 – Indicadores de desempenho social (DH) e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 4		Seção 5	
Classe	Indicador	Status	Resultado
Aspecto 5	Aspecto 5: Trabalho forçado ou análogo ao escravo	Mantido	Mantido
	HR7 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.	Mantido	Mantido
Aspecto 6	Aspecto 6: Práticas de segurança	Mantido	Mantido
	HR8 Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.	Mantido	Mantido
	ESS	Mantido	Alterado
	ESS	Mantido	Incluído
	[UPF_HR13] Temas abordados e percentual de participação em treinamentos que o pessoal de segurança recebe visando atender aos direitos humanos		
Aspecto 7	Aspecto 7: Direitos indígenas	Mantido	Mantido
	HR9 Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.	Mantido	Mantido
Aspecto 8	Aspecto 8: Avaliação	Mantido	Mantido
	HR10 Percentual e número total de operações que tenham sido objeto de críticas de direitos humanos e/ou avaliações de impacto.	Mantido	Mantido
	ESS	Mantido	Mantido
	[UPF_HR14] Numero de unidades avaliadas e treinadas no atendimento aos direitos humanos e temas abordados.		
Aspecto 9	Aspecto 9: Remediação	Mantido	Mantido
	HR11 Descrição dos mecanismos de queixa formal e número de queixas relacionadas aos direitos humanos, por tipo de abordagem (arquivados, apurados e resolvidos), por tipo de caso .	Alterado	Alterado
	ESS		

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

A partir dos dados obtidos, segue a análise e discussão dos resultados que possibilitam a adequabilidade do relatório de sustentabilidade da GRI à IES em estudo.

4.3.2.4.1 Aspecto 1 - Práticas de investimentos e de processos de compra

O aspecto foi mantido pelo Coordenador de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O Coordenador de Recursos Humanos garantiu que os indicadores HR1 e HR2, da forma como são descritos pela GRI, estão adequados para o relato das informações a que se destinam relatar, não propondo qualquer alteração. Durante as observações diretas não houveram mais informações a serem acrescentadas ou alterações a serem feitas nestes indicadores. Nos documentos analisados não foi constatada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão destes indicadores, mantendo todos estes indicadores como são dados pela GRI (2011).

O indicador HR1 “Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos” é visto como uma forma da instituição declarar a relevância dada para a garantia dos direitos humanos em tudo que se relaciona às suas práticas de investimento e compra.

Já o indicador HR2, que trata do relato do “Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas”, pode servir como um incentivador ao longo do tempo para a criação de regras de contratação para os editais de tomada de preços.

Para o indicador HR3 o Coordenador de Recursos Humanos propôs que fosse acrescida a descrição do percentual de participação de empregados por unidade em treinamentos relacionados a políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações. Este indicador se difere do LA10 que trata de treinamentos de todos os assuntos que possam estar relacionados dimensão social a cada categoria funcional.

4.3.2.4.2 Aspecto 2 - Não-discriminação

O aspecto foi mantido pelo Coordenador de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O indicador HR4 “Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas” foi mantido em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos).

Se o indicador anterior HR4 é capaz de relatar o número de casos de discriminação e quais medidas foram tomadas, um novo indicador que visa fazer a “Descrição das políticas e práticas adotadas contra atos de discriminação” (UPF_HR12) se mostra essencial para retratar as ações da instituição contra a discriminação. Este indicador foi classificado como essencial.

Um ato de discriminação pode se dar em caráter racial, sexual, religioso, social, intelectual entre outros. Este indicador foi proposto pelo Coordenador de Recursos Humanos que ressaltou que com este indicador a IES tem a oportunidade de mostrar o seu trabalho, esforço e compromisso em manter o direito humano a não discriminação.

4.3.2.4.3 Aspecto 3 - Liberdade de associação e negociação coletiva

O aspecto foi mantido pelo Coordenador de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O indicador HR5 “Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito” após a coleta de dados, através da entrevista a gestora, observação direta e documentos, foi mantido.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) (SÜSSEKIND, 1998) os direitos de sindicalização e de negociação coletiva permitem promover a democracia, uma boa governança do mercado de trabalho e condições de trabalho decentes, cujo exercício tem grande transcendência nas condições de trabalho e de vida, assim como o desenvolvimento e o progresso dos sistemas econômicos e sociais. O indicador HR5 permite demonstrar que a instituição está identificando as operações e atividades que comprometem o cumprimento deste direito e o que está fazendo para mitigar os problemas identificados.

4.3.2.4.4 Aspecto 4 - Trabalho infantil

O aspecto foi mantido pelo Coordenador de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O indicador HR6 “Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil” foi mantido em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos). O gestor considera importante manter este indicador não para enumerar operações com risco de ocorrência de trabalho infantil, mas sim para confirmar que não há ocorrências desta ordem na instituição.

4.3.2.4.5 Aspecto 5 - Trabalho forçado ou análogo ao escravo

O aspecto foi mantido pelo Coordenador de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O indicador HR7 “Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo” foi mantido em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos). Assim como no indicador HR6, o gestor considera importante manter este indicador não para enumerar operações com risco de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo, mas sim para confirmar que não há ocorrências desta ordem na instituição.

4.3.2.4.6 Aspecto 6 - Práticas de segurança

O aspecto foi mantido pelo Coordenador de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Foi alterada a classe, de adicional para essencial, do indicador HR8 que trata do “Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações”, pois o Coordenador de Recursos Humanos deu ênfase a este indicador por acreditar que o pessoal de segurança se devidamente treinado e formado nas políticas e procedimentos da universidade no que tange aos direitos humanos é capaz de se tornar uma ferramenta essencial na ajuda e apoio aos deficientes no caso de acesso e condução pelo *campus*. Em situações

críticas podem agir com assertividade sem discriminar, usar da força ou práticas abominadas pela IES com qualquer pessoa envolvida. Além disso, podem reforçar e disseminar através de suas posturas a prática da gentileza, prestatividade e respeito.

Nos documentos analisados e observações diretas realizados no campus não foram evidenciadas informações determinantes que resultassem na alteração deste indicador, porém o peso da decisão do gestor é o que determina o resultado sobre o indicador, conforme descrito no capítulo 3 nos materiais e métodos da triangulação das informações.

A descrição dos “Temas abordados e percentuais de participação em treinamentos que o pessoal de segurança recebe visando atender aos direitos humanos” fez incluir um novo Indicador (UPF_HR13). No que se refere ao indicador anterior HR8, este novo indicador trata da descrição de quais temas fazem parte dos treinamentos do pessoal de segurança da universidade e o percentual de participação nesta formação, que quanto maior for percentual ao número de empregados melhor reflete o compromisso da instituição.

4.3.2.4.7 Aspecto 7 - Direitos indígenas

O aspecto foi mantido pelo Coordenador de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O indicador HR7 “Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas” foi mantido, pois nenhuma evidencia coletada foi verificada, seja por observação direta ou documentos verificados, que pudesse alterar ou possibilitar a exclusão do indicador. De acordo com o Coordenador de Recursos Humanos este indicador da forma como é descritos pela GRI estaria adequado para o relato das informações a que se destina relatar, propondo-se que se mantivesse como é dado originalmente pela GRI (2011). Mantendo também o indicador com classe adicional.

4.3.2.4.8 Aspecto 8 - Avaliação

O aspecto foi mantido pelo Coordenador de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

De acordo com o Coordenador de Recursos Humanos o indicador HR10, “Percentual e número total de operações que tenham sido objeto de críticas de direitos humanos e/ou avaliações de impacto”, da forma como é descritos pela GRI, estaria adequado para o relato

das informações a que se destina relatar, propondo-se que se mantivesse como é dado originalmente pela GRI (2011). Nenhuma evidencia foi verificada, seja por observação direta ou documentos, que pudesse alterar ou possibilitar a exclusão do indicador. O indicador teve sua classe mantida como essencial.

Durante as observações diretas foram evidenciadas situações cotidianas que mostraram a necessidade de que houvesse um indicador novo que, além de quantificar as operações que foram objeto de crítica de direitos humanos, como trata o indicador anterior HR10, pudesse suplementar esta informação. O indicador UPF_HR14 - “Número de unidades avaliadas e treinadas no atendimento aos direitos humanos e temas abordados” foi incluso visando enumerar quais unidades da instituição são avaliadas e quais são treinadas para que haja o atendimento aos direitos humanos dos alunos, funcionários, visitantes e outros.

4.3.2.4.9 Aspecto 9 - Remediação

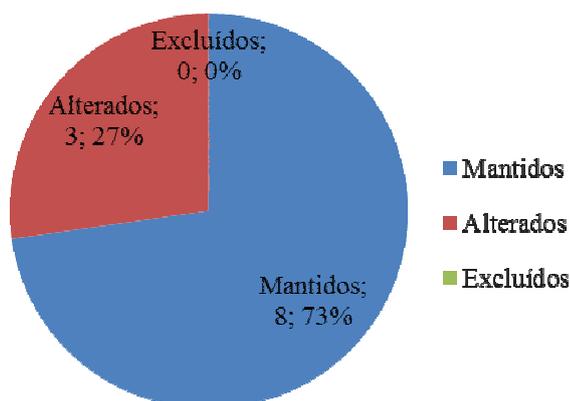
O aspecto foi mantido pelo Coordenador de Recursos Humanos. Também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O indicador HR11 foi alterado para “Descrição dos mecanismos de queixa formal e número de queixas relacionadas aos direitos humanos, por tipo de abordagem (arquivados, apurados e resolvidos), por tipo de caso”. A proposta do Coordenador de Recursos Humanos para suplementação deste indicador foi em haver a diferenciação na descrição também pelo tipo de caso, pois desta forma a IES poderá relatar quais tipos de casos são reclamados, apurados, quantos foram resolvidos e quais tipos são mais arquivados. Também propôs que o indicador se mantivesse na classe dos essenciais por se tratar de um indicador importante na garantia dos direitos humanos.

Numa análise e discussão dos resultados obtidos na entrevista ao Coordenador de Recursos Humanos, dentre os 11 (onze) indicadores da GRI, 3 (três) indicadores sofreram alteração, 2 (dois) destes foram reeditados e 1 (um) teve sua classe alterada de adicional para essencial. Através das observações diretas foram incluídos 2 (dois) indicadores. O gestor incluiu 1 (um) novo indicador e o mesmo considera a estrutura de indicadores da GRI adequada ao contexto das atividades e realidade da instituição. O indicador alterado pelo gestor também foi verificado em documento da instituição e teve sua edição complementada.

De um total de 11 (onze) indicadores, 8 (oito) se mantiveram inalterados, representando 73% de manutenção dos indicadores da GRI; 3 (três) foram alterados, representando 27% dos indicadores (Figura 16).

Figura 16 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho social (DH)



Fonte: Elaborado pela Autora, 2013.

Foram propostos 3 (três) novos indicadores, mostrando a necessidade de adequação e suplementação dos indicadores ao contexto e características da IES comunitária estudada.

Os 9 (nove) aspectos do Conjunto de Protocolos de Indicadores referentes aos Direitos humanos (I. Práticas de investimentos e de processos de compra, II. Não-discriminação, III. Liberdade de associação e negociação coletiva, IV. Trabalho infantil, V. Trabalho forçado ou análogo ao escravo, VI. Práticas de segurança, VII. Direitos indígenas, VIII. Avaliação e IX. Remediação) foram mantidos pelo gestor, observações diretas e pela análise de documentos. Nenhum novo aspecto foi incluído na estrutura de indicadores, referente aos direitos humanos da dimensão social, mostrando que os aspectos tratados na estrutura da GRI atendem ao relato desta categoria.

4.3.3 Sociedade

4.3.3.1 Entrevista ao primeiro gestor social da categoria da Sociedade

O entrevistado mostrou dentro dos dois primeiros critérios de seleção, não atendendo apenas ao critério relacionado à experiência na instituição. Apresentou aptidão para a realização da entrevista, respondendo as perguntas filtro. E, mediante a execução da

entrevista, mostrou-se amplamente engajado ao tema. O gestor da dimensão social, relacionado à categoria que trata da sociedade, assume cargo de Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários e trabalha há 1 (um) ano e meio na instituição.

A análise do primeiro gestor social, relativa à categoria que trata da relação com a sociedade, tem resultados apresentados no Quadro 22 e mostram que dentre os 5 (cinco) aspectos que são tratados dentro da categoria Sociedade 4 (quatro) foram mantidos e 1 (um) foi excluído pelo gestor juntamente com seu indicador. Dentre os 8 (oito) indicadores essenciais dados pela GRI, 5 (cinco) foram mantidos, 3 (três) foram alterados e 1 (um) novo indicador foi apontado para ser incluído. Dentre os 2 (dois) indicadores adicionais dados pela GRI, 1 (um) foi mantido, 1 (um) foi excluído e 3 (três) novos indicadores foram apontados.

Quadro 22 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao primeiro gestor social (SO)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Comunidades locais	Mantido	3	2	1	-	1	-	-	-	1	
Corrupção	Mantido	3	1	2	-	-	-	-	-	-	
Políticas públicas	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	1	
Concorrência desleal	Excluído	-	-	-	-	-	1	-	-	1	
Conformidade	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	1	
Totais		8	5	3	-	1	2	1	-	3	

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.3.2 Entrevista ao segundo gestor social da categoria da Sociedade

A entrevistada mostrou-se dentro de todos os critérios de seleção. Apresentou aptidão para a realização da entrevista, respondendo as perguntas filtro. A gestora da dimensão social, relacionado à categoria que trata da sociedade, assume o cargo de Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários e trabalha há 20 (vinte) anos na instituição, sendo destes 8 (oito) meses na área social.

A análise do segundo gestor social, relativa à categoria que trata da relação com a sociedade, tem resultados apresentados no Quadro 23 e mostram que todos os aspectos tratados foram mantidos pelo gestor; nenhum novo aspecto a ser incluído foi apontado. Dentre os 8 (oito) indicadores essenciais dados pela GRI, 7 (sete) foram mantidos, 1 (um) foi alterado

e nenhum novo indicador foi apontado para ser incluído. Dentre os 2 (dois) indicadores adicionais dados pela GRI, 2 (dois) foram mantidos e 3 (três) novos indicadores foram apontados.

Quadro 23 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao segundo gestor social (SO)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Comunidades locais	Mantido	3	3	-	-	-	-	-	-	-	1
Corrupção	Mantido	3	2	1	-	-	-	-	-	-	-
Políticas públicas	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	1
Concorrência desleal	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1
Conformidade	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		8	7	1	-	-	2	2	-	-	3

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.3.3 Observações diretas

Os resultados da análise relativa às observações diretas estão no Quadro 24 e mostram que dentre os 8 (oito) indicadores essenciais dados pela GRI, 7 (sete) foram mantidos, 1 (um) foi alterado. Nenhum novo indicador essencial foi apontado para ser incluído. Os 2 (dois) indicadores adicionais dados pela GRI foram mantidos. Nenhum novo indicador adicional foi apontado para ser incluído.

Quadro 24 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão social (SO)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Comunidades locais	Mantido	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Corrupção	Mantido	3	2	1	-	-	-	-	-	-	-
Políticas públicas	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Concorrência desleal	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Conformidade	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		8	7	1	-	-	2	2	-	-	-

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.3.4 Documentos

Foram indicados dois exemplares, um acerca da “Política de Extensão e Assuntos Comunitários da UPF” e o outro um livro intitulado “Transcendendo Fronteiras: A contribuição da extensão das Instituições Comunitárias de Ensino Superior” de Menezes e

Síveres (2011). Este último não foi selecionado para ser analisado por não ser classificado como documento da instituição.

Foram selecionados o Balanço Social IBASE de 2010 (UPF, 2011a), o Plano de Desenvolvimento Institucional UPF 2012-2016 (UPF, 2012b), a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental 2010 (UPF, 2011b), a Política de Extensão e Assuntos Comunitários da UPF (UPF, 2011c), as Políticas de Responsabilidade Social da UPF (UPF, 2005) e as notícias da IES em sua página na rede mundial de computadores.

Os resultados relativos à análise dos documentos selecionados estão apresentados no Quadro 25 e mostram que dentre os 8 (oito) indicadores essenciais dados pela GRI, 7 (sete) foram mantidos, 1 (um) foi alterado. Nenhum novo indicador essencial foi apontado para ser incluído. Os 2 (dois) indicadores adicionais dados pela GRI foram mantidos. Nenhum novo indicador adicional foi apontado para ser incluído. Informações que contam no Balanço Social IBASE do ano de 2010 (UPF, 2011a) resultaram na alteração do indicador essencial que trata das Comunidades Locais.

Quadro 25 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão social (SO)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Comunidades locais	Mantido	3	2	1	-	-	-	-	-	-	-
Corrupção	Mantido	3	3	-	-	-	-	-	-	-	-
Políticas públicas	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Concorrência desleal	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Conformidade	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		8	7	1	-	-	2	2	-	-	-

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.3.5 Análise, interpretação e discussão dos resultados

A análise e interpretação dos dados ocorreu através de triangulação dos dados que foi obtida com a elaboração de uma planilha eletrônica contendo 5 (cinco) seções, dentre elas a dos indicadores originais dados pela GRI, a dos resultados das entrevistas, a dos resultados das observações diretas, a dos resultados dos documentos e a do resultado final. Após alimentar de informações cada uma destas seções dos resultados, cada indicador passou individualmente pela interpretação de ambos os dados e assim resultando na manutenção, alteração ou exclusão do indicador ou ainda na inclusão de novos indicadores na seção do resultado final, conforme a Quadro 26.

Quadro 26 - Indicadores de desempenho social (SO) e resultados da coleta dados

Seção 1			Seção 2		
Classe	Indicador	Status	Classe	Indicador	Status
CPI Desempenho Social (SO)_ GRI - G3.1 (2011)					
Aspecto 1: Comunidades Locais					
ESS	SO1 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.	Mantido	Aspecto 1	Natureza, escopo e eficácia de programas e práticas adotadas para diagnosticar , avaliar e gerir os impactos, incluindo a entrada, operação e saída.	Mantido
ESS	SO9 Operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais.	Mantido			Mantido
ESS	SO10 Medidas de prevenção e mitigação aplicadas em operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais.	Mantido			Mantido
		Incluído	ESS	Descrição dos impactos negativos e positivos significativos sobre as comunidades locais, por tipo de operação, e a abrangência territorial e proporção do impacto sofrido.	
		Incluído	ADI	Descrição dos programas de extensão oferecidos pela IES e sua abrangência (territorial, social, cultural).	
					Descrição dos canais e níveis de participação das comunidades locais nas operações e programas de extensão oferecidos pela IES, por fases (planejamento, operação, verificação).

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 26 – Indicadores de desempenho social (SO) e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 1		Seção 2				
Classe	Indicador	Entrevista Indicador	Status	Classe	Entrevista Indicador	Status
CPI Desempenho Social (SO)_GRI- G3.1 (2011)						
Aspecto 2: Corrupção						
ESS	SO2 Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.	Percentual e número total de unidades submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.	Mantido	Aspecto 2		Mantido
ESS	SO3 Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.	<u>Descrição da adoção e construção de políticas e procedimentos anticorrupção da organização</u> e o percentual de empregados treinados.	Alterado	ESS	<u>Políticas e procedimentos anticorrupção da organização e o percentual de empregados formados.</u>	Alterado
ESS	SO4 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.		Mantido			Mantido
Aspecto 3: Políticas públicas						
ESS	SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .		Mantido	Aspecto 3		Mantido
ADI	SO6 Valor total de contribuições financeira e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.		Mantido			Mantido
Aspecto 4: Concorrência desleal						
ADI	SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	Posição dos programas de extensão oferecidos pela IES quanto a políticas públicas e participação na elaboração.	Incluído	ADI	Posição, nível de consonância e articulação dos programas de extensão oferecidos pela IES quanto às políticas públicas e participação na construção.	Incluído
Aspecto 5: Conformidade						
ESS	SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	Iniciativas, práticas adotadas e medidas mitigatórias adotadas frente aos casos de não-conformidade com leis e regulamentos.	Mantido	Aspecto 5	Práticas e medidas de combate à concorrência desleal.	Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)
 Quadro 26 – Indicadores de desempenho social (SO) e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 3			Seção 4			Seção 5		
Classe	Obs. Direta	Status	Classe	Documentos	Status	Classe	RESULTADO FINAL	Status
Aspecto 1	Indicador	Mantido	Aspecto 1	Indicador	Mantido	Aspecto 1: Comunidades Locais	Indicador	Mantido
		Mantido			Mantido	ESS	SO1 Natureza, escopo e eficácia de programas e práticas adotadas para <u>diagnosticar</u> , avaliar e gerir os impactos, incluindo a entrada, operação e saída.	Alterado
		Mantido	ESS	Operações com significativos, potenciais ou reais, impactos negativos e <u>positivos</u> sobre as comunidades locais e a sua natureza.	Alterado	ESS	SO9 Operações com significativos, potenciais ou reais, impactos negativos e <u>positivos</u> sobre as comunidades locais e a sua natureza.	Alterado
		Mantido			Mantido	ESS	SO10 Medidas de prevenção e mitigação aplicadas em operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais.	Mantido
						ESS	[UPF_SO11] Descrição dos impactos negativos e positivos significativos sobre as comunidades locais, por tipo de operação, e a abrangência territorial e proporção do impacto sofrido.	Incluído
						ADI	[UPF_SO12] Descrição dos programas de extensão oferecidos pela IES e sua abrangência (territorial, social, cultural).	Incluído
						ADI	[UPF_SO13] Descrição dos canais e níveis de participação das comunidades locais nas operações e programas de extensão oferecidos pela IES, por fases (planejamento, operação, verificação).	Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 26 – Indicadores de desempenho social (SO) e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 3			Seção 4			Seção 5		
Classe	Obs. Direta Indicador	Status	Classe	Documentos Indicador	Status	Classe	RESULTADO FINAL Indicador	Status
Aspecto 2		Mantido	Aspecto 2		Mantido	Aspecto 2: Corrupção		Mantido
		Mantido			Mantido	ESS	SO2 Percentual e número total de <u>unidades</u> submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.	Alterado
		Mantido			Mantido	ESS	SO3 <u>Políticas e procedimentos anticorrupção da organização, seu processo de adoção e construção</u> , e o percentual de empregados formados.	Alterado
ESS	Descrição, número e medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	Alterado				ESS	SO4 Descrição, número e medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.	Mantido
Aspecto 3		Mantido	Aspecto 3		Mantido	Aspecto 3: Políticas públicas		Mantido
		Mantido			Mantido	ESS	SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .	Mantido
		Mantido			Mantido	ADI	SO6 Valor total de contribuições financeira e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.	Mantido
						ADI	[UPE_SO14] Posição, nível de consonância e articulação dos programas de extensão oferecidos pela IES quanto às políticas públicas e participação na construção.	Incluído
Aspecto 4		Mantido	Aspecto 4		Mantido	Aspecto 4: Concorrência desleal		Mantido
ADI	Obs: Há aspectos que podem gerar transformos às operações em função da concorrência desleal.	Mantido			Mantido	ADI	SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.	Mantido
						ADI	[UPE_SO15] Práticas e medidas de combate à concorrência desleal.	Incluído
Aspecto 5		Mantido	Aspecto 5		Mantido	Aspecto 5: Conformidade		Mantido
		Mantido			Mantido	ESS	SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.	Mantido
						ADI	[UPE_SO16] Iniciativas, práticas adotadas e medidas mitigatórias adotadas frente aos casos de não-conformidade com leis e regulamentos.	Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

A partir dos dados obtidos, segue a análise e discussão dos resultados que possibilitam a adequabilidade do relatório de sustentabilidade da GRI à IES em estudo.

4.3.3.5.1 Aspecto 1 - Comunidades Locais

O aspecto foi mantido por ambos os gestores, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Em entrevista ao Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários o mesmo explanou a deficiência e até mesmo a ausência do diagnóstico como fase da gestão dos impactos incididos sobre as comunidades locais e propôs que fosse inserido ao indicador SO1 original, resultando na reedição do indicador para descrever a “Natureza, escopo e eficácia de programas e práticas adotadas para diagnosticar, avaliar e gerir os impactos, incluindo a entrada, operação e saída”. O diagnóstico do impacto busca compreender a situação como um todo a fim de chegar não apenas a mitigação do impacto, mas também encontrar as causas e tratá-las de forma eficaz.

Durante as observações diretas ao *campus* não houveram mais informações, além das já abordadas, a serem acrescentadas ou alterações a serem feitas nestes indicadores. Nos documentos analisados não foi constatada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão deste indicador, mantendo o indicador como é dado pela GRI (2011).

Uma segunda entrevista foi realizada com a Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários e por esta foi proposta a manutenção do indicador, porém durante a explanação da importância deste indicador deixou claro que a análise criteriosa do impacto é essencial para seu tratamento, mostrando que a alteração proposta pelo Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários é válida, mantendo-se assim a proposta do primeiro gestor entrevistado.

A FUPF expõe no seu Balanço Social (UPF, 2011a) que busca auxiliar a comunidade regional em seu crescimento humano, social e econômico por intermédio de suas mantidas. Estas possuem atividades e operações que podem gerar além de impactos negativos também impactos positivos sobre a comunidade local. Este documento mostra que uma suplementação no indicador SO9 da GRI para descrever também os impactos positivos e a natureza destes pode melhor descrever o desempenho social da universidade sobre as comunidades locais. O indicador foi então reeditado para poder relatar as “Operações com significativos, potenciais ou reais impactos negativos e positivos sobre as comunidades locais e a sua natureza”.

O indicador SO10 “Medidas de prevenção e mitigação aplicadas em operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais” foi mantido em todas as modalidades de coleta de dados (entrevistas, observação direta e documentos). O indicador anterior SO9 trata de descrever quais são as operações que podem acarretar em impactos negativos, enquanto que o indicador SO10 se propõe a descrever quais medidas estão sendo adotadas a fim de prevenir estes impactos e, na ocorrência destes, quais ações são tomadas para contornar o impacto que incidiu sobre a comunidade local.

Foi proposta a inclusão de um novo indicador para realizar a “Descrição dos impactos negativos e positivos significativos sobre as comunidades locais, por tipo de operação, e a abrangência territorial e proporção do impacto sofrido” (UPF_SO11) e classificado como essencial pelo Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários, por considerar importante uma descrição mais profunda e detalhada dos impactos negativos e também positivos que incidem sobre as comunidades locais. A descrição, segundo o gestor, deve ser feita partindo do tipo de operação que é realizada pela IES (ensino, pesquisa, extensão, manutenção, administração, ampliação, etc.), qual a abrangência territorial que alcança (comunidade acadêmica no *campus*, funcionários, bairro, cidade, conjunto de cidades, regiões, estado) e a proporção do impacto sofrido (em escala a ser adotada pela IES conforme cada impacto, que pode variar de insignificante a significativa, de fraco a forte ou de brando a intenso).

Seguindo uma coerência na descrição, enquanto o indicador SO9 relata as operações que podem causar impacto e o SO10 as medidas de prevenção e mitigação, o novo indicador UPF_SO11 visa descrever de forma detalhada (por tipo de operação, sua abrangência territorial e a proporção do impacto sofrido) os impactos que cada operação pode acarretar sobre as comunidades locais.

Durante a entrevista, o gestor enfatizou a forte atuação da universidade nas comunidades locais com seus programas de extensão oferecidos. O Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitário sugeriu que fosse incluso um novo indicador como adicional que fizesse a “Descrição dos programas de extensão oferecidos pela IES e sua abrangência (territorial, social, cultural)” (UPF_SO12). Este quadro retrata fortemente o processo de intervenção, como instituição comunitária sobre a sociedade, em diferentes aspectos e a via de retorno se faz pela participação da comunidade, direta ou indiretamente, nos destinos da instituição e na sua sustentação financeira.

As relações que se estabelecem entre a IES e a comunidade de seu entorno indicam o nível de integração que ocorre entre ambas. Quanto mais relações (atividades, serviços) essas estabelecerem, maior o nível de integração. Quando as ações ocorrem em conjunto, entende-se que a Universidade passa a interagir com a comunidade e o grau de integração atinge seu mais alto nível.

Os investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos estão fortemente presente na universidade e está intrinsecamente relacionado à sua característica filantrópica, conforme a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996). São oferecidos serviços de saúde, programas de assistência social para comunidade.

Segundo a UPF (2012b), desde a sua origem, demonstra a intenção de assumir o compromisso com o desenvolvimento da região. Essa disposição da instituição, de ser um centro irradiador e transformador da estrutura cultural de sua área de intervenção, encontrou respaldo junto aos municípios de maior importância regional, o que levou à concretização do atual modelo de organização *multicampi*.

A Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários solicitou a inclusão de um novo indicador para fazer a “Descrição dos canais e níveis de participação das comunidades locais nas operações e programas de extensão oferecidos pela IES, por fases (planejamento, operação, verificação)” (UPF_SO13). De acordo com a gestora este indicador pode ser classificado como adicional, porém é importante haver a descrição detalhada da participação das comunidades locais nas fases de planejamento, operação e verificação de eficácia dos programas de extensão que a universidade oferece. O relato dos canais oferecidos e do nível de participação das comunidades locais para poderem debater, opinar, criticar, e assim obterem consonância com seus perfis e necessidades reais, resulta no bom desempenho, ajuste e sucesso do programa de extensão.

4.3.3.5.2 Aspecto 2 - Corrupção

O aspecto foi mantido por ambos os gestores, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários propôs reescrever o indicador SO2 mudando a descrição de “unidades de negócio” para “unidades” e assim estar mais adequado às atividades “Percentual e número total de unidades submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção”. A Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários

manteve o indicador da forma como é descritos pela GRI, inclusive sua classificação essencial, ressaltando que estaria adequado para o relato das informações a que se destina relatar. Através das observações não foram encontradas informações que alterassem o indicador. Durante a análise dos documentos não foi encontrada qualquer informação que pudesse acarretar em alteração ou exclusão deste indicador, mantendo este indicador como é dado originalmente pela GRI (2011).

O indicador SO3 teve sua descrição reeditada pelos dois gestores entrevistados para descrever as “Políticas e procedimentos anticorrupção da organização, seu processo de adoção e construção, e o percentual de empregados formados”. Foi proposto pelo Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários que o indicador ao invés de descrever o percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização que fosse acrescida a descrição do processo de adoção e construção das políticas anticorrupção e procedimentos adotados pela IES. A Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários também propôs mudança apontando para a descrição das políticas e procedimentos, além de mudar a expressão “treinados” por “formados”, por entender que ambos têm conceitos diferentes, onde o primeiro refere-se a habituar e adestrar. O segundo termo refere-se à construção do conhecimento e a habilitação do empregado.

Ambas as propostas dos gestores mostram que estão preocupados em deixar transparecer quais seus processos e percentuais de atendimento ao indicador. Nas observações diretas e documentos não haviam referências ao indicador.

O indicador SO4 das “Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção” foi mantido. Através das observações diretas evidenciou-se que o indicador poderia ser alterado para que pudessem ser relatados os casos de corrupção, enunciando o número de casos e a descrição de cada um deles, porém a proposta de alteração de um indicador através de observação direta tem menos peso diante da proposta de manutenção do indicador pelos gestores entrevistados. Os dois gestores entrevistados, a Vice-Reitora e o Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários mantiveram o indicador da forma como é descritos pela GRI, ressaltando que estaria adequado para o relato das informações a que se destina relatar.

Durante a análise dos documentos não foi encontrada qualquer informação que pudesse acarretar em alteração ou exclusão deste indicador. Ao findar da triangulação dos dados este indicador foi mantido como é dado originalmente pela GRI (2011), porém a

proposta de descrever e enumerar os casos de corrupção evidenciaria fortemente o compromisso com a transparência dos processos da instituição.

4.3.3.5.3 Aspecto 3 - Políticas públicas

O aspecto foi mantido por ambos os gestores, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Os indicadores SO5 e SO6 dados pela GRI para compor o protocolo de indicadores que se referem às políticas públicas foram mantidos por ambos os gestores, que ressaltaram estarem adequados para o relato das informações a que se destina relatar. Através das observações diretas não foram encontradas mais informações que pudessem ser acrescentadas ou que resultassem em alterações a este indicador, também durante a análise dos documentos não foi encontrada qualquer informação que pudesse acarretar em alteração ou exclusão deste indicador, mantendo este indicador como é dado originalmente pela GRI (2011).

Para suplementar os demais indicadores que foram mantidos e possibilitar a descrição da posição dos programas de extensão oferecidos pela universidade quanto a políticas públicas o Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários propôs um novo indicador. A Vice-Reitora Extensão e Assuntos Comunitários também sinalizou esta necessidade de suplementação dos indicadores da GRI com um novo indicador.

A proposta foi de incluir um indicador que pudesse descrever a posição dos programas de extensão oferecidos quanto a políticas públicas, assim como foi dito pelo Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários, e também de descrever qual o nível de consonância e articulação dos programas de extensão com as políticas públicas. Da fusão da proposta de ambos os gestores resultou a inclusão de um novo indicador que mostra a necessidade de expressar o ajuste de seus programas de extensão oferecidos às políticas públicas e de evidenciar sua missão como instituição comunitária.

O novo indicador UPF_SO14 foi incluído com o intuito de descrever a “Posição, nível de consonância e articulação dos programas de extensão oferecidos pela IES quanto às políticas públicas e participação na construção” e foi classificado como adicional.

4.3.3.5.4 Aspecto 4 - Concorrência desleal

O aspecto que trata da concorrência desleal foi automaticamente excluído pelo Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários quando optou por excluir o único indicador deste aspecto, porém a Vice-Reitora, ao manter o indicador e adicionar outro, promoveu a manutenção do aspecto dentro da dimensão social do Relatório de Sustentabilidade da universidade.

O indicador SO7 que trata do “Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados” foi excluído pelo Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários, pois acredita que a concorrência desleal está mais ligada a indústria e comércio, não estando em consonância com as operações de uma IES. Porém para a Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários o indicador deve ser mantido exatamente como é descrito pela GRI, pois a acredita que existem aspectos envolvidos na operação de uma IES que, quando exigidos de uma determinada instituição como o MEC e não exigidos de outras, alteram, por exemplo, o valor de mensalidade cobrado, o que suprime o ingresso de alunos e conseqüentemente diminui as receitas da instituição mais exigida. Na concepção da Vice-Reitora está é uma forma de concorrência desleal e acredita que o indicador deve ser mantido em função disto.

A manutenção do indicador SO7 foi determinada pelo fato de que durante as observações diretas, o contexto explanado pela Vice-Reitora, foi identificados e evidenciado diferentes aspectos que podem gerar transtornos às operações em função de uma concorrência desleal, para tanto o indicador foi mantido, e como adicional.

A Vice-Reitora de Extensão e Assuntos Comunitários apontou a necessidade de haver um novo indicador que suplemente o aspecto da concorrência desleal, pois o indicador SO7 apenas relata o número total de ações judiciais sofridas. O novo indicador UPF_SO15 visa divulgar as “Práticas e medidas de combate à concorrência desleal” adotadas pela instituição. O indicador foi classificado pela Vice-Reitora como adicional.

4.3.3.5.5 Aspecto 5 - Conformidade

O aspecto foi mantido por ambos os gestores, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Os dois gestores, a Vice-Reitora e o Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários, optaram por manter o indicador SO8 “Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos” como é originalmente descrito pela GRI (2011), que ressaltaram estar adequado para o relato das informações a que se destina relatar. Através das observações diretas não foram encontradas informações que pudessem ser acrescentadas ou que resultassem em alterações a este indicador, também durante a análise dos documentos não foi encontrada qualquer informação que pudesse acarretar em alteração ou exclusão deste indicador, mantendo este indicador como é dado originalmente pela GRI (2011).

Acredita o Coordenador de Extensão e Assuntos Comunitários que o indicador anterior SO8 é insuficiente para relatar a conformidade no que se refere às leis e regulamentos relacionados à sociedade. Sua proposta foi de suplementar o aspecto de conformidade com um indicador capaz de relatar as “Iniciativas, práticas adotadas e medidas mitigatórias adotadas frente aos casos de não-conformidade com leis e regulamentos” (UPF_SO16). O gestor classificou o novo indicador como adicional.

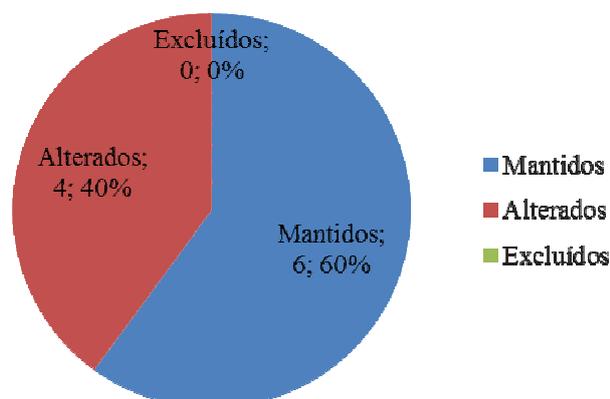
Numa visão geral das duas entrevistas realizadas, a entrevista com o Vice-Reitor Administrativo, o primeiro gestor entrevistado, resultou em maior número de alterações dos indicadores em comparação ao Presidente da FUPF, o segundo gestor entrevistado, que não propôs nenhuma alteração nos indicadores dados pela GRI.

Fazendo uma análise e discussão desta constatação, evidencia-se que os indicadores da GRI, mesmo sem alterações dos seus indicadores, de acordo com o Presidente da FUPF poderiam relatar satisfatoriamente o desempenho econômico da instituição.

Dentre as 6 (seis) alterações propostas pelo Vice-Reitor Administrativo 4 (quatro) foram evidenciadas e confirmadas através de observações diretas, 1 (uma) foi encontrada em documentos que foram analisados, o que mostra a consonância entre os resultados e com a realidade vivenciada pela universidade.

No resultado final, após a triangulação dos dados, de um total de 10 (dez) indicadores da GRI, 6 (seis) foram mantidos, representando 60%; 4 (quatro) sofreram alteração, mostrando 40% de adequação às atividades da IES (Figura 17).

Figura 17 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho social (SO)



Fonte: Elaborado pela Autora, 2013.

Foram propostos 2 (dois) novos indicadores, mostrando a necessidade de adequação e suplementação dos indicadores da GRI ao contexto da IES comunitária estudada.

Os 5 (cinco) aspectos do Conjunto de Protocolos de Indicadores referentes à Sociedade (I. Comunidades Locais, II. Corrupção, III. Políticas públicas, IV. Concorrência desleal e V. Conformidade) foram mantidos pelo gestor, observações diretas e pela análise de documentos. Nenhum novo aspecto foi incluído mostrando que os aspectos tratados pela GRI atendem ao relato desta categoria.

4.3.4 Responsabilidade pelo produto

4.3.4.1 Entrevista ao primeiro gestor social da categoria de Responsabilidade pelo Produto

A entrevistada mostrou-se dentro dos dois primeiros critérios de seleção, não atendendo apenas ao critério relacionado à experiência na instituição. Apresentou aptidão para a realização da entrevista, respondendo as perguntas filtro. A gestora assume cargo de Coordenadora de Comunicação e Marketing e trabalha há 5 (cinco) meses na instituição.

A análise do primeiro gestor social, relativa à categoria que trata da Responsabilidade pelo Produto, tem resultados apresentados no Quadro 27 mostrando que dentre os 5 (cinco) aspectos que são tratados dentro da categoria Responsabilidade pelo Produto, 4 (quatro) foram

mantidos e 1 (um) foi alterado pelo gestor. Dentre os 4 (quatro) indicadores essenciais dados pela GRI, 3 (três) foram mantidos, 1 (um) foi alterado e nenhum novo indicador foi apontado para ser incluído. Dentre os 5 (cinco) indicadores adicionais dados pela GRI, 4 (quatro) foram mantidos, 1 (um) foi excluído e 1 (um) novo indicador foi apontado.

Quadro 27 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao primeiro gestor social (RP)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Saúde e segurança do cliente	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Rotulagem de produtos e serviços	Alterado	1	-	1	-	-	2	1	-	1	-
Comunicações de marketing	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Privacidade do cliente	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1
Conformidade	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		4	3	1	-	-	5	4	-	1	1

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.4.2 Entrevista ao segundo gestor social da categoria de Responsabilidade pelo Produto

A entrevistada mostrou-se dentro de todos os critérios de seleção. Apresentou aptidão para a realização da entrevista, respondendo as perguntas filtro. A gestora da dimensão social, relacionado à categoria que trata da Responsabilidade pelo Produto, assume o cargo de Vice-Reitora de Graduação e trabalha há 29 (vinte e nove) anos na instituição, sendo destes 2 (dois) anos e meio na área social.

A análise do segundo gestor social, relativa à categoria que trata da Responsabilidade pelo Produto, e seus resultados estão no Quadro 28 e mostra que dentre os 5 (cinco) aspectos que são tratados dentro da categoria Responsabilidade pelo Produto, 4 (quatro) foram mantidos e 1 (um) foi alterado pelo gestor. Dentre os 4 (quatro) indicadores essenciais dados pela GRI, 3 (três) foram mantidos, 1 (um) foi alterado e nenhum novo indicador foi apontado para ser incluído. Dentre os 5 (cinco) indicadores adicionais dados pela GRI, 4 (quatro) foram mantidos, 1 (um) foi excluído e 2 (dois) novos indicadores foram apontados.

Quadro 28 - Resumo dos resultados obtidos na entrevista ao segundo gestor social (RP)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Saúde e segurança do cliente	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Rotulagem de produtos e serviços	Alterado	1	-	1	-	-	2	1	-	1	-
Comunicações de marketing	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Privacidade do cliente	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Conformidade	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	2
Totais		4	3	1	-	-	5	4	-	1	2

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.4.3 Observações diretas

Os resultados da análise relativa às observações diretas estão no Quadro 29 e mostram que todos os aspectos da categoria Responsabilidade pelo Produto foram mantidos; nenhum novo aspecto foi apontado e todos os indicadores essenciais dados pela GRI foram mantidos. Nenhum novo indicador foi apontado para ser incluído. Todos os indicadores adicionais dados pela GRI foram mantidos e 1 (um) novo indicador foi apontado.

Quadro 29 - Resumo dos resultados obtidos das observações diretas da dimensão social (RP)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Saúde e segurança do cliente	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Rotulagem de produtos e serviços	Mantido	1	1	-	-	-	2	2	-	-	-
Comunicações de marketing	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Privacidade do cliente	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	1
Conformidade	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		4	4	-	-	-	5	5	-	-	1

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.4.4 Documentos

Nenhum documento foi indicado pelo gestor social, dos Direitos Humanos, para ser analisado, porém foram selecionados como documentos relevantes a serem analisados o Balanço Social IBASE de 2010 (UPF, 2011a), o Plano de Desenvolvimento Institucional UPF 2012-2016 (UPF, 2012b), as Políticas de Responsabilidade Social da UPF (UPF, 2005) e as notícias da instituição dadas em sua página na rede mundial de computadores.

Os resultados relativos à análise dos documentos selecionados estão apresentados no Quadro 30 e mostram que todos os indicadores essenciais dados pela GRI foram mantidos. Nenhum novo indicador foi apontado para ser incluído. Todos os indicadores adicionais dados pela GRI foram mantidos e 1 (um) novo indicador foi apontado. Informações que contam no Balanço Social IBASE do ano de 2010 (UPF, 2011a) e PDI UPF 2012-2016 (UPF, 2012b) resultaram na inclusão do novo indicador adicional.

Quadro 30 - Resumo dos resultados obtidos dos documentos da dimensão social (RP)

Aspectos	Resultado frente ao aspecto	Nº indicadores essenciais GRI	Resultado				Nº indicadores adicionais GRI	Resultado			
			M	A	E	I		M	A	E	I
Saúde e segurança do cliente	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	1
Rotulagem de produtos e serviços	Mantido	1	1	-	-	-	2	2	-	-	-
Comunicações de marketing	Mantido	1	1	-	-	-	1	1	-	-	-
Privacidade do cliente	Mantido	-	-	-	-	-	1	1	-	-	-
Conformidade	Mantido	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais		4	4	-	-	-	5	5	-	-	1

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Legenda: M - mantidos | A - alterados | E - excluídos | I - novo indicador incluído

4.3.4.5 Análise, interpretação e discussão dos resultados

A análise e interpretação dos dados ocorreram através de triangulação dos dados que foi obtida com a elaboração de uma planilha eletrônica contendo 5 (cinco) seções, dentre elas a dos indicadores originais dados pela GRI, a dos resultados das entrevistas, a dos resultados das observações diretas, a dos resultados dos documentos e a do resultado final. Após alimentar de informações cada uma destas seções dos resultados, cada indicador passou individualmente pela interpretação de ambos os dados e assim resultando na manutenção, alteração ou exclusão do indicador ou ainda na inclusão de novos indicadores na seção do resultado final, conforme a Quadro 31.

Quadro 31 - Indicadores de desempenho social (RP) e resultados da coleta dados

Seção 1		Seção 2				
Classe	Indicador	Entrevista 1 Indicador	Status	Classe	Entrevista 2 Indicador	Status
CPI Desempenho Social (RP)_ GRI - G3.1 (2011)						
Aspetto 1: Saúde e Segurança do cliente	PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.		Mantido	Aspetto 1		Mantido
ESS			Mantido			Mantido
ADI	PR2 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.		Mantido			Mantido
Aspetto 2: Rotulagem de produtos e serviços						
ESS	PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.	Aspetto 2: Divulgação dos serviços Tipo de informações a serem dadas ao cliente sobre o ensino e percentual de atendimento a este requisito.	Alterado	Aspetto 2	Divulgação dos serviços Tipo de informações sobre produtos e serviços a serem dadas ao cliente.	Alterado
ADI	PR4 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.		Excluído			Excluído
ADI	PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.		Mantido			Mantido
Aspetto 3: Comunicações de marketing						
ESS	PR6 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.	Aspetto 3: Comunicações de marketing	Mantido	Aspetto 3		Mantido
ADI	PR7 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.		Mantido			Mantido
Aspetto 4: Privacidade do cliente						
ADI	PR8 Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.	Aspetto 4: Privacidade do cliente	Mantido	Aspetto 4		Mantido
		Programas e práticas adotadas em favor da privacidade do cliente.	Mantido			Mantido
Aspetto 5: Conformidade						
ESS	PR9 Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	Aspetto 5: Conformidade	Mantido	Aspetto 5		Mantido
			Mantido			Mantido
				ADI	Descrição dos mecanismos de avaliação (íntimos e externos) da conformidade de produtos e serviços.	Incluído
				ADI	Conceito atribuído ao fornecimento e uso de produtos e serviços.	Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 31 - Indicadores de desempenho social (RP) e resultados da coleta dados (continuação)

Seção 3			Seção 4			Seção 5		
Classe	Obs. Direta Indicador	Status	Classe	Documentos Indicador	Status	Classe	RESULTADO FINAL Indicador	Status
Aspecto 1		Mantido	Aspecto 1		Mantido	Aspecto 1: Saúde e Segurança do cliente		Mantido
		Mantido			Mantido	PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.		Mantido
		Mantido			Mantido	PR2 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.		Mantido
			ADI	Medidas adotadas visando a saúde e segurança do cliente.	Incluído	ADI [UPF-PR10] Medidas adotadas visando a saúde e segurança do cliente.		Incluído
Aspecto 2: Divulgação dos serviços		Alterado	Aspecto 2		Mantido	Aspecto 2: Divulgação dos serviços		Alterado
		Alterado			Mantido	PR3 Tipo de informações exigidas sobre produtos e serviços a serem dadas ao cliente.		Alterado
		Mantido			Mantido	PR4 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.		Excluído
		Mantido			Mantido	PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.		Mantido
Aspecto 3		Mantido	Aspecto 3		Mantido	Aspecto 3: Comunicações de marketing		Mantido
		Mantido			Mantido	PR6 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.		Mantido
		Mantido			Mantido	PR7 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.		Mantido
Aspecto 4		Mantido	Aspecto 4		Mantido	Aspecto 4: Privacidade do cliente		Mantido
		Mantido			Mantido	PR8 Número total de reclamações comprovadas relativas a violação de privacidade e perda de dados de clientes.		Mantido
ADI		Incluído				ADI [UPF-PR11] Programas, práticas, iniciativas e medidas adotadas em favor da privacidade do cliente.		Incluído
Aspecto 5		Mantido	Aspecto 5		Mantido	Aspecto 5: Conformidade		Mantido
		Mantido			Mantido	PR9 Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.		Mantido
ADI		Incluído				ADI [UPF-PR12] Descrição dos mecanismos de avaliação (ínteros e externos) da conformidade de produtos e serviços.		Incluído
						ADI [UPF-PR13] Conceito atribuído ao fornecimento e uso de produtos e serviços.		Incluído

Fonte: Desenvolvido a partir da GRI versão G3.1 (2011)

A partir dos dados obtidos, segue a análise e discussão dos resultados que possibilitam a adequabilidade do relatório de sustentabilidade da GRI à IES em estudo.

4.3.4.5.1 Aspecto 1 - Saúde e Segurança do cliente

O aspecto foi mantido por ambos os gestores, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O indicador PR1 trata do relato das “Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos” e o indicador PR2 visa relatar o “Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado”. Ambos foram mantidos, tanto pela Vice-Reitora de Graduação quanto a Coordenadora de Comunicação e Marketing, da forma como são descritos pela GRI, alegando estarem adequados para o relato das informações. Nas demais coletas de dados, por observação direta e análise de documentos, não houveram informações que alterassem ou excluíssem o indicador, resultando na sua manutenção como na GRI.

Um novo indicador (UPF_PR10) para o relato das “Medidas adotadas visando à saúde e segurança do cliente” foi incluído, pois durante a análise do Plano de Desenvolvimento Institucional UPF 2012-2016 (UPF, 2012b) constatou-se que medidas estão sendo adotadas pela IES com o objetivo de manter e melhorar a saúde e segurança dos alunos. Neste plano encontram-se descritos, além do quantitativo destinado às despesas de atendimento de saúde aos alunos, os serviços prestados pelo Setor de Atenção ao Estudante (Saes), entre eles o atendimento psicológico com atendimento e acompanhamento psicológico, encaminhamentos a serviços de saúde especializados, entre outros; o atendimento psicopedagógico com Programa de Apoio à Aprendizagem do Estudante e Laboratório de aprendizagem entre outros; e a Tecnologia Assistiva onde é promovida a mobilidade, adequação arquitetônica e mobiliária, e auxílio no deslocamento e apoio pedagógico especializado aos estudantes com necessidades especiais.

No plano analisado também foram encontradas ações relacionadas à criação de um programa de saúde e combate à dependência química dos membros da comunidade acadêmica, viabilização das condições de oferta de alimentação de qualidade e a baixo custo no campus, melhorias na gestão de trânsito no campus, entre outras evidências que refletem

medidas de atenção com a saúde e a segurança do cliente da instituição, e a criação deste novo indicador visa melhor relatar o desempenho neste aspecto.

Através das observações diretas também foi evidenciada a atenção prestada pela IES com relação à saúde e segurança dos alunos. O indicador foi classificado com adicional.

Madeira (2008) mostra em seu estudo a importância do relato de ações em prol da saúde e bem-estar no *Campus* através da existência de área ocupada por espaços verdes relativamente à área do *campus* e a área de implantação de edifícios relativamente à área total *campus*. Estas descrições podem fazer parte do novo indicador UPF_PR10.

Um indicador que não foi evidenciado através das coletas de dados que é encontrado no estudo de Madeira (2008) trata do relato do número de ocorrências relatadas anualmente relacionadas com a falta de segurança no *campus* por membro da comunidade acadêmica e pode demonstrar tanto o perfil negativo a ser melhorado, quanto um perfil positivo mostrando um baixo número de ocorrências ou mesmo a ausência destas.

4.3.4.5.2 Aspecto 2 - Rotulagem de produtos e serviços

O aspecto teve seu título alterado, pois foi contestado por ambos os gestores. A proposta de alteração da descrição “Rotulagem de produtos e serviços” por “Divulgação dos serviços” foi unânime entre a Coordenadora de Comunicação e Marketing e a Vice-Reitora de Graduação, por considerarem que as atividades da universidade se tratam essencialmente de um serviço e não de um produto.

Em vista a este contexto, também se propôs que o título do subconjunto de protocolo de indicadores “Responsabilidade pelo Produto” fosse alterado para “Responsabilidade pelos serviços”.

Originalmente o indicador PR3 da GRI trata do relato do “Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências”, porém conforme anteriormente mencionado, ambos os gestores consideram que por se tratar essencialmente de um serviço oferecido, e não da venda de um produto rotulado, a IES não está sujeita a exigências de rotulagem, porém possui produtos, como livros, por exemplo, resultando na alteração do indicador, mas mantendo as

informações exigidas destes produtos ao cliente. A descrição do indicador passou para “Tipo de informações exigidas sobre produtos e serviços a serem dadas ao cliente”.

A Coordenadora de Comunicação e Marketing considerou necessário o relato do “tipo de informações a serem dadas ao cliente sobre o ensino e percentual de atendimento a este requisito”, já a Vice-Reitora de Graduação também sobre produtos, caso a IES venha algo a fornecer. Neste caso o indicador foi alterado para atender ambos os gestores.

Durante as observações diretas foi verificada a aplicação das alterações feitas pelas gestoras e ficou evidenciado que a IES poderá fornecer produtos e a mesma deverá relatar quais os tipos de informações exigidas (sejam por leis, decretos, regulamentos, etc.) devem ser repassadas aos clientes para que tenha as características dos produtos que estarão sendo adquiridos.

Ambas as gestoras optaram por excluir o indicador PR4 por considerar desajustado e desnecessário o relato do “Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado”.

A Coordenadora de Comunicação e Marketing e também a Vice-Reitora de Graduação optaram por manter o indicador PR5 das “Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação”, como está descrito na GRI. Nas demais coletas de dados, por observação direta e análise de documentos, não houveram informações que apontassem para a exclusão ou alteração do indicador, resultando também na sua manutenção como é dado pela GRI.

A instituição mantém uma pesquisa da satisfação dos alunos que visa identificar pontos potenciais de melhoria da sua infraestrutura, corpo docente, processos e práticas educacionais. A manutenção do indicador PR5 torna capaz de fazer o relato deste processo.

4.3.4.5.3 Aspecto 3 - Comunicações de marketing

O aspecto foi mantido por ambos os gestores, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

Os indicadores PR6 e PR7 foram mantidos, tanto pela Vice-Reitora de Graduação quanto a Coordenadora de Comunicação e Marketing, como consta na GRI. Durante as observações diretas não houveram mais informações a serem acrescentadas ou alterações a

serem feitas nestes indicadores. Nos documentos analisados não foi constatada qualquer informação que pudesse resultar em alteração ou exclusão destes indicadores, mantendo todos estes indicadores como são dados pela GRI.

4.3.4.5.4 Aspecto 4 - Privacidade do cliente

O aspecto foi mantido por ambos os gestores, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

No indicador PR8, a descrição do “Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes” foi considerada importante pela Coordenadora de Comunicação e Marketing e também a Vice-Reitora de Graduação, porém a primeira propôs que houvesse um indicador fosse além do relato apenas do número de casos de reclamações, e sim que descrevesse quais medidas são tomadas. Esta proposta resultou no indicador descrito na sequência. Nas demais coletas de dados, por observação direta e análise de documentos, não houveram informações que apontassem para a exclusão ou alteração do indicador, resultando na sua manutenção como é dado pela GRI.

A perda de dados pode ocorrer tanto por meio digital como por registros em meio físico. Um exemplo disto foi o caso da exposição de dados de alunos pelo sistema do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), onde o estudante Jhonatan Benetti, de 23 anos, ao fazer acesso constatou que cerca de 900 mil estudantes tinham seus nomes, endereços e números de documentos expostos (ESTADÃO, 2012).

O indicador PR8 trata do quantitativo de reclamações, enquanto o indicador que segue propõe o relato dos meios adotados para garantir a privacidade e segurança de dados. A Coordenadora de Comunicação e Marketing considera que o relato das ações proativas tomadas antes da perda de privacidade é o que determina a responsabilidade da instituição pelo que fornece e para tanto sugeriu o um novo indicador de “Programas, práticas, iniciativas e medidas adotadas em favor da privacidade do cliente” (UPF_PR11).

4.3.4.5.5 Aspecto 5 - Conformidade

O aspecto foi mantido por ambos os gestores, e também foi mantido através das observações diretas e documentos.

O “Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços”, indicador PR9, foi mantido por ambas as gestoras. Também foi mantido após análise de documentos e de observações diretas, pois se comprova que numa perspectiva econômica, garantir a conformidade ajuda a reduzir os riscos financeiros que ocorrem diretamente através de multas ou indiretamente através de impactos sobre a reputação da IES.

A Vice-Reitora de Graduação salientou o valor das avaliações internas e externas como instrumento na busca pela conformidade de produtos e serviços prestados pela IES e sugeriu a inserção de um novo indicador para a “Descrição dos mecanismos de avaliação (internos e externos) da conformidade de produtos e serviços” (UPF_PR12). Estas avaliações ajudam a instituição a enumerar os pontos a serem revisados e melhorados, possibilitando corrigi-los e criar estratégias para não haverem novas ocorrências de não-conformidades.

O nível de não-conformidade de uma instituição é um indicador da capacidade de gestão para assegurar a conformidade das operações com alguns parâmetros de desempenho. As avaliações para tanto se mostram como uma ferramenta na busca pela excelência no fornecimento de produtos e serviços. O indicador foi classificado pela gestora como adicional.

De acordo com a Vice-Reitora de Graduação, o conceito do Ministério da Educação (MEC) para o Índice Geral de Cursos (IGC), é um indicador de qualidade para a IES, pois este indicador é baseado na qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação e deve aparecer na estrutura de indicadores de sustentabilidade da UPF. Esta necessidade fez com que fosse incluído o indicador do “Conceito atribuído ao fornecimento e uso de produtos e serviços” (UPF_PR13) e classificado como adicional pela gestora.

Para compor o IGC, o MEC usa o Conceito Preliminar de Curso (CPC) para os cursos de graduação e a nota da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para os cursos de Pós-graduação. Para o CPC utiliza diversos parâmetros como a infraestrutura da instituição, desempenho dos alunos, entre outros para definir a qualidade dos cursos de graduação. Para o CAPES são verificados requisito básico estabelecido pela legislação vigente para serem reconhecidos pelo Ministério da Educação.

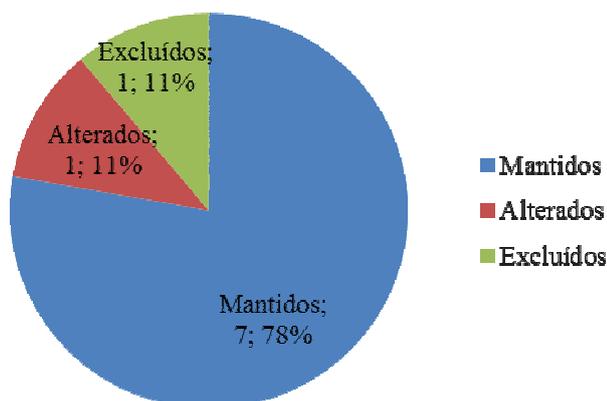
Numa visão geral das duas entrevistas realizadas, a entrevista com o Vice-Reitor Administrativo, o primeiro gestor entrevistado, resultou em maior número de alterações dos indicadores em comparação ao Presidente da FUPF, o segundo gestor entrevistado, que não propôs nenhuma alteração nos indicadores dados pela GRI.

Fazendo uma análise e discussão desta constatação, evidencia-se que os indicadores da GRI, mesmo sem alterações dos seus indicadores, de acordo com o Presidente da FUPF poderiam relatar satisfatoriamente o desempenho econômico da UPF.

Dentre as 6 (seis) alterações propostas pelo Vice-Reitor Administrativo 4 (quatro) foram evidenciadas e confirmadas através de observações diretas, 1 (uma) foi encontrada em documentos que foram analisados, o que mostra a consonância entre os resultados e com a realidade vivenciada pela IES.

Dos 9 (nove) indicadores da GRI, 7 (sete) se mantiveram inalterados, representando 78% do total (Figura 18), o que mostra boa compatibilidade com o intento do relato da IES.

Figura 18 - Proporção entre resultados dos indicadores de desempenho social (RP)



Fonte: Elaborado pela Autora, 2013.

Foram propostos 4 (quatro) novos indicadores, mostrando a necessidade de adequação e suplementação dos indicadores da GRI ao contexto da universidade.

Os 5 (cinco) aspectos do Conjunto de Protocolos de Indicadores referentes à Responsabilidade do Produto (I. Comunidades Locais, II. Corrupção, III. Políticas públicas, IV. Concorrência desleal e V. Conformidade) foram mantidos pelo gestor, observações diretas e pela análise de documentos. Nenhum novo aspecto foi incluído mostrando que os aspectos tratados pela GRI atendem ao relato desta categoria.

4.4 Estrutura de indicadores para o Relatório de Sustentabilidade da IES estudada

Neste capítulo é apresentado o quadro com a estrutura de indicadores resultantes da triangulação dos resultados que foram obtidos através das entrevistas, das observações diretas e dos apontamentos nos documentos analisados. Como forma de identificação rápida, estão em **negrito** as informações alteradas e/ou acrescentadas aos indicadores da GRI, assim como os novos indicadores suplementados que também estão indicados com o código iniciado por UPF e seguido do número de ordem. Os demais indicadores que se mantiveram da mesma forma como é descrito nas Diretrizes para Elaboração de um Relatório de Sustentabilidade da GRI (2011) não possuem diferenciação.

A estrutura de indicadores de sustentabilidade para a Universidade de Passo Fundo é apresentada nos Quadros 32, 33 e 34.

Quadro 32 - Estrutura de indicadores de desempenho econômico para Relatório de Sustentabilidade da UPF

INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÔMICO	
Classe	Indicador
Aspecto: Desempenho econômico	
ESS	EC1 Valor econômico direto gerado, investido e distribuído, incluindo mensalidades , receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.
ESS	EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.
ESS	EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido e de contribuição definida que a organização oferece.
ESS	EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo.
ADI	[UPF_EC10] Progressão, ao longo do tempo, da ajuda recebida do governo, por tipo e instância.
ADI	[UPF_EC11] Taxa de crescimento no orçamento.
Aspecto: Presença no mercado	
ESS	EC5 Proporção entre salário mais alto, mais baixo e salário mínimo.
ESS	EC6 Políticas e prática de gastos com fornecedores e proporção de fornecedores locais.
ESS	EC7 Descrição dos procedimentos de contratação.
Aspecto: Impactos econômicos indiretos	
ESS	EC8 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro bono</i> (para o bem do povo).
ESS	EC9 Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos negativos e positivos significativos, incluindo a extensão dos impactos.

Fonte: Desenvolvida a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 33 - Estrutura de indicadores de desempenho ambiental para Relatório de Sustentabilidade da UPF

INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL	
Classe	Indicador
Aspecto 1: Materiais	
ESS	EN1 Materiais usados por peso ou volume.
ESS	EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
Aspecto 2: Energia	
ESS	EN3 Consumo de energia direta, discriminado por fonte de energia primária.
ESS	EN4 Consumo de energia indireta, discriminado por fonte de energia primária.
ADI	EN5 Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.
ADI	EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.
ADI	EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.
ADI	[UPF_EN31] Progressão na substituição da energia não renovável pela energia renovável.
Aspecto 3: Água	
ESS	EN8 Total de retirada de água por fonte.
ADI	EN9 Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.
ADI	EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.
ADI	[UPF_EN32] Progressão ao longo do tempo da adesão ao aproveitamento de água da chuva, de reuso ou para reciclagem.
Aspecto 4: Biodiversidade	
ESS	EN11 Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
ESS	EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
ADI	EN13 Habitats protegidos ou restaurados.
ESS	EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.
ADI	EN15 Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.
Aspecto 5: Emissões, efluentes e resíduos.	
ESS	EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.
ESS	EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.
ESS	EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.
ESS	EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
ESS	EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.
ESS	EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação.
ESS	EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
ESS	EN23 Número e volume total de derramamentos significativos.
ADI	EN24 Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia ⁸ – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.
ADI	EN25 Identificação, tamanho, <i>status</i> de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats

⁸ A Convenção da Basileia para o Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua disposição foi promovida em março de 1988 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), na Basileia, Suíça, e entrou em vigor em maio de 1992

	relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.
ADI	[UPF_EN33] Estratégias, medidas e planos futuros para a gestão de impactos das emissões, efluentes e resíduos.
Aspecto 6: Produtos e serviços	
ESS	EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
ESS	EN27 Percentual de produtos e embalagens recuperados após seu uso nos serviços, por categoria de produto.
Aspecto 7: Conformidade	
ESS	EN28 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.
ADI	[UPF_EN34] Estratégias, medidas e planos de gestão da conformidade com leis e regulamentos ambientais.
Aspecto 8: Transporte	
ADI	EN29 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos, bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores e usuário dos serviços (alunos) e medidas tomadas.
ADI	[UPF_EN35] Iniciativas no processo de substituição do transporte automotivo individual (maior impacto) para o transporte automotivo coletivo (menor impacto).
ADI	[UPF_EN36] Iniciativas no processo de substituição de transporte automotivo pelo transporte alternativo (caminhada, bicicleta, por exemplo)
ADI	[UPF_EN37] Adesão a programas e campanhas que visam diminuir impacto do transporte.
Aspecto 9: Geral	
ADI	EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.
ADI	[UPF_EN38] Iniciativas de treinamento e conscientização dos funcionários e comunidade acadêmica em ações ambientais, por temas.

Fonte: Desenvolvida a partir da GRI versão G3.1 (2011)

Quadro 34 - Estrutura de indicadores de desempenho social para Relatório de Sustentabilidade da UPF

INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL	
PRÁTICAS TRABALHISTAS E TRABALHO DECENTE	
Classe	Indicador
Aspecto: 1 Emprego	
ESS	LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.
ESS	LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.
ESS	LA3 Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.
ESS	LA15 Retorno ao trabalho e as taxas de retenção após a licença parental, por sexo.
ESS	[UPF_LA16] Retorno ao trabalho e taxas de retenção após afastamento por doença e acidente de trabalho.
Aspecto 2: Relações entre trabalhadores e a governança	
ESS	LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.
ESS	LA5 Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.
Aspecto 3: Saúde e segurança	
ADI	LA6 Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.

ESS	LA7 Descrição e taxas de acidentes, lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por unidade.
ESS	LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.
ADI	LA9 Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.
ADI	[UPF_LA17] Adesão a campanhas e programas nacionais que visam diminuir acidente e doenças ocupacionais.
ADI	[UPF_LA18] Média de horas de treinamento por ano, por assunto e taxas de participação.
Aspecto 4: Treinamento e educação	
ESS	LA10 Média de horas ofertadas e taxa de participação em treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional
ESS	LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.
ESS	LA12 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.
Aspecto 5: Diversidade e igualdade de oportunidades	
ESS	LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.
ADI	[UPF_LA19] Percentual de atendimento às cotas de inclusão (Pessoas com deficiências - PCDs, raciais e outros).
Aspecto 6: Igual remuneração para mulheres e homens	
ESS	LA14 Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.
DIREITOS HUMANOS	
Classe	Indicador
Aspecto 1: Práticas de investimentos e de processos de compra	
ESS	HR1 Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.
ESS	HR2 Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.
ESS	HR3 Percentual de participação e total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, por unidade.
Aspecto 2: Não-discriminação	
ESS	HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.
ESS	[UPF_HR12] Descrição das políticas e práticas adotadas contra atos de discriminação.
Aspecto 3: Liberdade de associação e negociação coletiva	
ESS	HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.
Aspecto 4: Trabalho infantil	
ESS	HR6 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.
Aspecto 5: Trabalho forçado ou análogo ao escravo	
ESS	HR7 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.
Aspecto 6: Práticas de segurança	
ESS	HR8 Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.
ESS	[UPF_HR13] Temas abordados e percentual de participação em treinamentos que o pessoal de segurança recebe visando atender aos direitos humanos

Aspecto 7: Direitos indígenas	
ADI	HR9 Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.
Aspecto 8: Avaliação	
ESS	HR10 Percentual e número total de operações que tenham sido objeto de críticas de direitos humanos e/ou avaliações de impacto.
ADI	[UPF_HR14] Numero de unidades avaliadas e treinadas no atendimento aos direitos humanos e temas abordados.
Aspecto 9: Remediação	
ESS	HR11 Descrição dos mecanismos de queixa formal e número de queixas relacionadas aos direitos humanos, por tipo de abordagem (arquivados, apurados e resolvidos), por tipo de caso.
SOCIEDADE	
Classe	Indicador
Aspecto 1: Comunidades Locais	
ESS	SO1 Natureza, escopo e eficácia de programas e práticas adotadas para diagnosticar , avaliar e gerir os impactos, incluindo a entrada, operação e saída.
ESS	SO9 Operações com significativos, potenciais ou reais, impactos negativos e positivos sobre as comunidades locais e a sua natureza.
ESS	SO10 Medidas de prevenção e mitigação aplicadas em operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais.
ESS	[UPF_SO11] Descrição dos impactos negativos e positivos significativos sobre as comunidades locais, por tipo de operação, e a abrangência territorial e proporção do impacto sofrido.
ADI	[UPF_SO12] Descrição dos programas de extensão oferecidos pela IES e sua abrangência (territorial, social, cultural).
ADI	[UPF_SO13] Descrição dos canais e níveis de participação das comunidades locais nas operações e programas de extensão oferecidos pela IES, por fases (planejamento, operação, verificação).
Aspecto 2: Corrupção	
ESS	SO2 Percentual e número total de unidades submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.
ESS	SO3 Políticas e procedimentos anticorrupção da organização, seu processo de adoção e construção, e o percentual de empregados formados.
ESS	SO4 Descrição, número e medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
Aspecto 3: Políticas públicas	
ESS	SO5 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .
ADI	SO6 Valor total de contribuições financeira e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.
ADI	[UPF_SO14] Posição, nível de consonância e articulação dos programas de extensão oferecidos pela IES quanto às políticas públicas e participação na construção.
Aspecto 4: Concorrência desleal	
ADI	SO7 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.
ADI	[UPF_SO15] Práticas e medidas de combate à concorrência desleal.
Aspecto 5: Conformidade	
ESS	SO8 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.
ADI	[UPF_SO16] Iniciativas, práticas adotadas e medidas mitigatórias adotadas frente aos casos de não-conformidade com leis e regulamentos.
RESPONSABILIDADE PELO SERVIÇO	
Classe	Indicador
Aspecto 1: Saúde e Segurança do cliente	
ESS	PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.

ADI	PR2 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.
ADI	[UPF_PR10] Medidas adotadas visando à saúde e segurança do cliente.
Aspecto 2: Divulgação dos serviços	
ESS	PR3 Tipo de informações exigidas sobre produtos e serviços a serem dadas ao cliente.
ADI	PR4 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.
ADI	PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.
Aspecto 3: Comunicações de marketing	
ESS	PR6 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
ADI	PR7 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.
Aspecto 4: Privacidade do cliente	
ADI	PR8 Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.
ADI	[UPF_PR11] Programas, práticas, iniciativas e medidas adotadas em favor da privacidade do cliente.
Aspecto 5: Conformidade	
ESS	PR9 Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.
ADI	[UPF_PR12] Descrição dos mecanismos de avaliação (internos e externos) da conformidade de produtos e serviços.
ADI	[UPF_PR13] Conceito atribuído ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Fonte: Desenvolvida a partir da GRI versão G3.1 (2011)

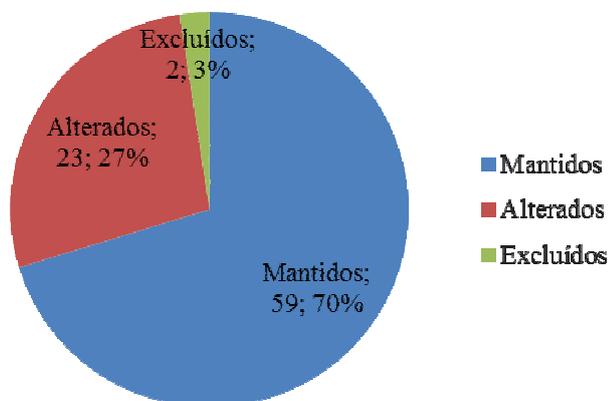
Dentre todas as dimensões (econômica, ambiental e social), nenhum novo aspecto foi apontado para ser incluído nos Conjuntos de Protocolos de Indicadores, fazendo com que permanecessem os mesmos 37 (trinta e sete) aspectos originalmente descritos pela GRI, o que mostra consonância com o perfil de atividade da universidade.

De um total de 84 (oitenta e quatro) indicadores da GRI, 2 (dois) indicadores foram excluídos, ambos pelos gestores, durante as entrevistas (um deles foi excluído pelo gestor da dimensão social, que trata das Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente e o outro por ambos os gestores da dimensão social, que trata da Responsabilidade pelo Produto). Mostrando 2,38% de incompatibilidade dos indicadores da GRI com as atividades da IES.

Do total de 84 (oitenta e quatro) indicadores da GRI, 23 (vinte e três) sofreram alterações, com complementação nas suas descrições ou alteração em suas edições, mostrando que 27% dos indicadores da GRI necessitaram adequação às atividades da IES. Foram mantidos, da mesma forma como são descritos originalmente pela GRI, 59 (cinquenta e nove)

indicadores, mostrando que 70% dos indicadores se mostraram compatíveis com as atividades da IES (Figura 19).

Figura 19 - Proporção do resultado entre indicadores da GRI

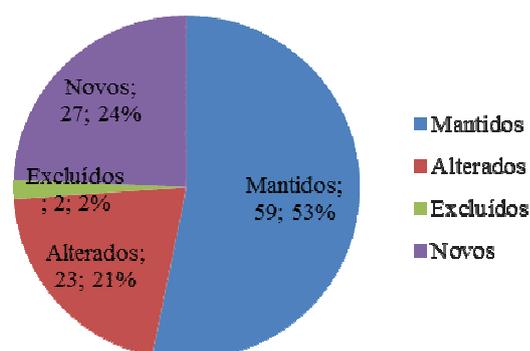


Fonte: Elaborado pela Autora, 2013.

Ao finalizar a triangulação e análise dos dados da pesquisa obteve-se um total de 111 (cento e onze) indicadores, sendo destes 59 (cinquenta e nove) que representam 70% dos que se mantiveram idênticos aos da GRI, mostrando grande compatibilidade do modelo ao intento do relato da sustentabilidade na IES.

Sofreram alterações 23 (vinte e três) indicadores, o que representam 21% dos que tiveram mudanças em sua edição, descrição ou classe. Foram excluídos 2 (dois) indicadores representaram 2% de exclusão. Foram incluídos 27 (vinte e sete) indicadores, mostrando que 24% da estrutura obtida através da pesquisa foi suplementada com indicadores totalmente novos (Figura 20).

Figura 20 - Proporção de indicadores da estrutura do Relatório de Sustentabilidade da UPF



Fonte: Elaborado pela Autora, 2013.

Analisando a estrutura de indicadores que se obteve com esta pesquisa, pode-se observar a forte aderência à estrutura original da GRI, o que a evidencia como um modelo unânime entre organizações de diversas naturezas. Os aspectos de cada dimensão também se mantiveram análogos aos da GRI.

Contudo, as propostas de alterações e adição de novos indicadores evidenciaram a necessidade de ajustes e aporte do modelo da GRI para que se obtenha um relato mais característico ao perfil da IES e capazes de ampliar a transparência no relato do desempenho de sustentabilidade.

Porém, algum dos indicadores da GRI que sofreram alterações ou tiveram sua classe alterada de essencial para adicional, por exemplo, devem ser mais bem estudados, pois tais alterações decorrem da opinião e experiência do gestor, o que perde valor frente a uma estrutura de indicadores estudada e consolidada mundialmente como é a da GRI.

Os indicadores com classe alterada, quanto à realidade da UPF, são específicos e relevantes, porém se o objetivo for a criação de um suplemento setorial para ser utilizado mundialmente, para outra universidade um indicador talvez deva se manter como essencial.

No estudo de caso realizado por Trentin (2011), na mesma universidade desta pesquisa, foi analisada a vinculação entre os indicadores da GRI e o Balanço Social IBASE 2009 da instituição. O autor buscou encontrar informações no Balanço Social que possuíssem relação com os indicadores da GRI, ou seja, o que já haveria de informações no documento elaborado pela IES para fazer parte da elaboração de um RS da GRI.

Este estudo evidencia que poucas informações contidas no Balanço Social IBASE da instituição poderiam responder aos indicadores da GRI. Mostrando que as ações em prol da sustentabilidade ainda se mostram desarticuladas. Tais ações se mostram parte do dia a dia da universidade, e aparecem em diferentes atividades e níveis, porém apresentam-se de forma isolada e proveniente das percepções de seus gestores em função de garantir o atendimento a normas, leis e regulamentos.

Esta desconexão também é mostrada no estudo de Termignoni (2012) que argumenta que as pesquisas relacionadas ao desenvolvimento sustentável nas universidades enfocam principalmente a dimensão ambiental, mostrando separação na gestão das dimensões, o que

dificulta e se mostra na contramão da perspectiva de uma ampla análise e divulgação da sustentabilidade das universidades, requerendo estudos mais abrangentes.

É relevante apontar que os gestores mostraram ter diferentes entendimentos do conceito de sustentabilidade e carências nos aspectos técnicos, revelando que, assim como suas ações refletem características individuais, suas gestões são passíveis de serem implementadas de forma distinta e não unificada. Todavia, vale ressaltar que, todos trataram como importante a busca contínua da incorporação da sustentabilidade nas suas gestões, e reconheceram que ainda precisam amadurecer e se articular em busca de um modelo que integre as três dimensões.

A inclusão de novos aspectos não foi aderida pelos gestores, assim como também se pode evidenciar no estudo realizado por Termignoni (2012), que propôs um *framework* com os principais temas que uma IES comunitária deve trabalhar em sua gestão.

A semelhança entre os estudos se dá por ambos terem indicadores que visam o relato das práticas e campanhas de conscientização dos usuários na economia de água e energia, dos programas de educação ambiental e dos impactos ambientais significativos dos transportes (alunos, funcionários, frota, bens/ materiais). Outro, descrito de forma distinta, porém com o mesmo intuito, é a existência de estruturas e ações voltadas à promoção e difusão cultural, uma vez que a UPF possui diversificadas ações com este fim.

Outros, porém, aparecem exclusivamente no *framework* de Termignoni, como a descrição da utilização de materiais reciclados e a utilização como matéria-prima de resíduos provenientes de outros processos, e também das construções e reformas das edificações com utilização de critérios ambientais. Outro diferencial está no indicador que busca o relato das empresas contratadas e fornecedores críticos que passam por avaliações com critérios socioambientais para suas contratações em caso de empate de licitações e tomadas de preço.

Comparativamente, a estrutura de indicadores de Termignoni (2012) tem resultado semelhante ao obtido pela pesquisa.

Já em comparação ao estudo de Madeira (2008), esta pesquisa resultou em poucos indicadores diretamente relacionados às atividades do setor educacional. Na estrutura da autora, na seção suplementar voltada para o setor de educação, aparecem indicadores que caracterizam a comunidade acadêmica onde, relativo aos alunos, está o relato da distribuição dos alunos segundo o gênero, a origem geográfica, a idade; percentagem de alunos pertencentes a minorias étnicas e com incapacidades; número de alunos com bolsas e

financiamentos educacionais relativamente ao número total de alunos; percentagem de organizações estudantis cuja função se encontra relacionada com a sustentabilidade. Em relação aos funcionários, os mesmos indicadores que traçam um perfil, acrescidos dos que relatam a proporção de funcionários cujo trabalho se encontra relacionado com a sustentabilidade.

No estudo de Madeira (2008) aparecem indicadores do desenvolvimento de projetos de pesquisa em prol da sustentabilidade, para relatar o valor e a percentagem anual de financiamento de projetos de pesquisa em sustentabilidade em relação ao financiamento total dos projetos de pesquisa e também a percentagem de alunos de pós-graduação que fazem pesquisa em áreas afins à sustentabilidade, por ano e a percentagem de docentes e investigadores que fazem pesquisa na área da sustentabilidade, por ano. Todos estes com a finalidade de revelar grau de envolvimento, o nível de comprometimento e o direcionamento das pesquisas para os assuntos relacionados à sustentabilidade.

Ainda, em relação às publicações, a descrição da percentagem de artigos publicados anualmente em revistas científicas nacionais e internacionais que são relativos a áreas afins à sustentabilidade.

Durante a pesquisa não foram apontados pelos gestores indicadores que se relacionassem ao número, percentual de pesquisas e publicações relacionadas com a sustentabilidade, o que teria grande valia para um melhor encaminhamento das pesquisas conforme as necessidades da sociedade, principalmente da comunidade regional e local.

Há também os indicadores destinados a transparecer a qualidade dos cursos com conteúdos em sustentabilidade, que buscam descrever o número de cursos com conteúdo programático relevante relacionado à sustentabilidade que tenham tido uma boa classificação em avaliações, face ao número total de cursos com boa classificação em avaliações.

Já os indicadores da formação da comunidade acadêmica para a sustentabilidade são igualmente encontrados na estrutura de Madeira (2008).

Quanto aos indicadores suplementares que se obteve, em comparação aos de outros suplementos setoriais da GRI possui diferenciações relacionadas em ambas as três dimensões e a criação de novas seções relacionadas a cada setor.

Como exemplo, destaca-se o Suplemento do Setorial de alimento que possui uma seção exclusiva para as práticas de Compra, com indicadores de Percentual de volume comprado de fornecedores em conformidade com a política de práticas de compra da empresa

e de volume comprado submetido à verificação de conformidade com normas de produção responsável reconhecidas internacionalmente, discriminado por norma.

Nos indicadores de desempenho ambiental aparece um que requer a especificação dos animais aquáticos provenientes de pesca e aquicultura e outras matérias-primas utilizadas para a fabricação de seus produtos.

Nos de desempenho social, o percentual de horas de trabalho perdidas devido a disputas trabalhistas, greves e/ou greves patronais também mostra um diferencial de relato para as práticas trabalhistas uma vez que este setor conta com um grande número destes eventos, o que não é visto com frequência nas universidades comunitárias, porém pode ser para as universidades estaduais e federais onde a incidência é maior.

O aspecto mais fortemente mencionado diz respeito à Saúde e Segurança do Consumidor dos alimentos, na categoria de responsabilidade pelo produto, em função da expectativa e precaução de seus *stakeholders*, o que para a universidade já não se mostra tão importante uma vez que fatos relacionados a prejuízos a saúde e/ou segurança da comunidade acadêmica não são relevantes.

O suplemento do setor de alimentos focaliza o envolvimento com as áreas rurais de países em desenvolvimento; a disponibilidade de alimentos seguros, saudáveis e com preço acessível; a vulnerabilidade e capacidade de pequenos produtores nas cadeias de suprimentos de alimentos; a influência na saúde e bem-estar dos consumidores; os impactos e as consequências da exaustão dos recursos naturais e dependência de recursos naturais e o uso de embalagens que minimizem os impactos a elas associados no meio ambiente e na saúde.

Em suma, o foco dos indicadores que compõem o suplemento do setor de alimentos se difere dos obtidos para a IES em função da sua atividade característica, assim como os indicadores do suplemento setorial dos serviços financeiros, que se diferem por aparecem divididos em quatro principais linhas de negócio (serviços bancários para pessoa física, serviços bancários para pessoa jurídica e banco de atacado, gestão de ativos e seguros).

Para ambas as linhas de negócios os indicadores se diferenciam, todavia alguns são unânimes, como os indicadores que buscam o relato de emissões de gases de efeito estufa relacionadas a viagens de negócios e a geração e destinação detalhada de resíduos como o papel e o lixo eletrônico.

Na dimensão social, relativo ao aspecto das práticas trabalhistas, encontram-se indicadores destinados a narrar as políticas e práticas em vigor para dar assistência a

colaboradores, seus familiares e membros da comunidade contra ameaças e violência; e no aspecto relativo a comunidade, expor os pontos de acesso em áreas com baixa densidade populacional ou economicamente desfavorecidas, discriminados por tipo, assim como as iniciativas para melhorar o acesso dos serviços financeiros para pessoas desfavorecidas e para o aumento da educação financeira, por tipo de beneficiário.

Assim como no suplemento do setor de alimentos, o suplemento do setor financeiro conta com uma seção específica. Esta seção se destina a relatar informações sobre a forma de gestão e desempenho referentes ao impacto de produtos e serviços, como por exemplo, políticas com componentes socioambientais específicos e procedimentos para avaliação e triagem de riscos socioambientais nas linhas de negócios.

Observa-se que o foco de cada suplemento de indicadores é bastante distinto em função das particularidades das atividades de cada setor, assim como é evidenciado para o setor de educação onde, através do suplemento obtido com esta pesquisa, os 27 (vinte e sete) novos indicadores, mostram que 24% da estrutura foi acrescida de indicadores totalmente específicos e característicos ao funcionamento da universidade. A estrutura, com os novos indicadores incluídos, demonstra a urgência do desenvolvimento de um suplemento setorial com indicadores específico para o setor de educação.

Componentes de um Relatório de Sustentabilidade, estes indicadores são capazes de traçar um comparativo entre instituições da mesma natureza, que também elaboram o documento para que suas ações voltadas para a sustentabilidade sejam amplamente percebidas e reconhecidas diante de outras instituições que não as tem de forma tão evidente. Esta pseudoconcorrência torna a busca pela melhor imagem um bom aliado também na busca pelas melhores ações em sustentabilidade, fazendo com que seus resultados sejam sempre motivo de análise e busca contínua de melhorias.

5 CONCLUSÃO

Através desta pesquisa alcançou-se o objetivo principal que foi o de construir uma estrutura de indicadores para Relatório de Sustentabilidade (RS), baseada nos moldes da *Global Reporting Initiative* (GRI), que estivesse alinhada ao particular contexto das atividades de uma Instituição de Ensino Superior (IES) comunitária do Rio Grande do Sul, a Universidade de Passo Fundo (UPF).

Além disto, conseguiu-se atingir todos os objetivos específicos, ao identificar aspectos e indicadores da GRI adequados para o RS da UPF e novos aspectos e indicadores específicos às atividades da IES comunitária. Também obteve a consolidação dos dados propostos pelos gestores com os evidenciados, pelas observações diretas ao *campus* e pela análise dos documentos da instituição, através da construção de uma base de inserção e triangulação de dados, com a qual se obteve a estrutura de indicadores específicos para o Relatório de Sustentabilidade da IES comunitária.

Pode-se concluir que a IES estudada já inclui de diversas maneiras as questões de sustentabilidade em suas estratégias, através da inclusão no seu planejamento estratégico e plano de desenvolvimento institucional, por exemplo, reforçando a importância da sustentabilidade e do relato do seu desempenho como suporte para as ações em desenvolvimento e metas almejadas para o futuro.

Através da análise dos resultados obtidos, evidencia-se que o modelo de Relatório de Sustentabilidade da GRI é adequado para a divulgação da sustentabilidade da instituição, uma vez que 70% dos indicadores foram mantidos, mostrando alinhamento com as questões tratadas. Todavia, a percentagem de indicadores alterados e incluídos mostra que há necessidade de adequação e complementação, de acordo com as atividades desenvolvidas na instituição, para obter um relato mais abrangente, característico e assertivo das questões relativas à sustentabilidade.

Ao utilizar a estrutura de indicadores construída através desta pesquisa, a UPF poderá melhor demonstrar seu desempenho econômico, ambiental e social, também alinhar as operações da instituição aos preceitos de sustentabilidade, além de dotar suas partes interessadas de consciência e formação sobre a importância e, sobretudo, a necessidade da adoção de práticas sustentáveis.

Como contribuições para o meio acadêmico a pesquisa possibilita o entendimento da realidade de uma universidade comunitária expressa em indicadores exclusivos, no que tange às suas atividades e características específicas como IES e também na necessidade, frente a isto, de adequação e suplementação do Relatório de Sustentabilidade que é dado pela GRI.

Para a universidade que foi estudada esta pesquisa possibilita uma reflexão sobre a incorporação da sustentabilidade na sua gestão, integrando as três dimensões tratadas pelo estudo. Também possibilita que se utilize da estrutura de indicadores para guiar suas ações na gestão do *campus* universitário, observando e fortalecendo as já existentes e alavancando outras que possibilitem avanço e melhora no seu desempenho.

A estrutura de indicadores proposta pela pesquisa possibilita ainda que a instituição utilize-a como ferramenta para desenvolver políticas, planos e ações, levando em conta a sustentabilidade como um todo, abandonando ações isoladas e desconexas, abrangendo de forma integral e integrada as dimensões econômica, ambiental e social.

5.1 Sugestões para trabalhos futuros

Sugerem-se pesquisas em diferentes universidades comunitárias, com características, perfis e localizações distintas no estado do Rio Grande do Sul, também em outros estados e ainda universidades de outras naturezas (privadas, federais, estaduais) para que ambas sejam avaliadas e, por fim, possibilitem um comparativo dos resultados alcançados.

Sugere-se que seja ampliado o escopo desta pesquisa para que abranja as demais partes componentes das Diretrizes para Elaboração do Relatório de Sustentabilidade da GRI (perfil da empresa, desempenho de governança corporativa, forma de gestão), além dos Conjuntos de Protocolos de Indicadores de Desempenho Econômico, Ambiental e Social que foram tratados nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas. ABNT NBR ISO 26.000. **Diretrizes sobre responsabilidade social**. Rio de Janeiro: ABNT, 2010.

_____. ABNT NBR ISO 14.001. **Sistemas da gestão ambiental - Requisitos com orientações para uso**. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

_____. ABNT NBR ISO 14.004. **Sistemas da gestão ambiental – Diretrizes gerais sobre princípios, sistemas e técnicas de apoio**. Rio de Janeiro: ABNT, 2005.

ABRUC - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias. Disponível em: <<http://www.abruc.org.br/sites/500/516/00002560.pdf>> Acesso em: Ago. 2012.

ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais. **Como atuam as comunitárias**. Disponível em: < <http://www.universidadecomunitaria.com.br>> Acesso em: fev. 2012.

ACCENTURE. **High Performance - Delivered**. Disponível em: <<http://www.accenture.com>> Acesso em: Abr.2013.

AMBIENTE BRASIL. **Luta para evitar fracasso da conferência Rio+20**. 2012. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2012/06/07/84071-secretario-geral-da-onu-luta-para-evitar-fracasso-da-conferencia-rio20.html>> Acesso em: jun. 2012.

AZAPAGIC, A. **Systems approach to corporate sustainability: a general management framework**. New Jersey: v. 81, n. 5, p. 303-316, 2003.

BALAS, D.F.; BUCKLAND, H.; MINGO, M. *Explorations on the University's role in society for sustainable development through a systems transition approach. Case-study of the Technical University of Catalonia (UPC)*. **Journal of Cleaner Production**, v.17, n. 12, 2009, p.1075-1085.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004. 328 p.

BCSD - Business Council for Sustainable Development. **Coletânea Revista Inovação, Tecnologia, Sustentabilidade e Sociedade**. Portugal: BCSD-Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, 2007.

BERTOLIN, Júlio C.G.; SOUZA, José C.C de (Org.). **Planejamento institucional de uma universidade comunitária: Ideias, propostas e experiências na UPF**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012.

BINKOWSKI, G. **Aderir à GRI é um investimento**. 2008. Disponível em: <http://www.acionista.com.br/sustentabilidade/150908_GRI_investimentos.htm> Acesso em: jan. 2012.

BITTAR, M. **Universidade comunitária: uma identidade em construção**. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de São Carlos, Programa de Pós-graduação em Educação, São Carlos, 1999.

BLEWITT, John. **Good Practice in Sustainable Development Education: Evaluation Report and Good Practice Guide**. 2001. Disponível em: <http://www.desd.org.uk/UserFiles/File/new_articles/england/llda_lsn/LSDA_2002-Good_practice_in_ESD.pdf> Acesso em: mai. 2012.

BOSSEL, Hartmut. **Indicators for Sustainable Development**. Theory, Method, Applications: a report to the Balaton Group. Winnipeg: The International Institute for Sustainable Development (IISD), 1999.

BROWER, Cara (Org.). **Diseño Eco Experimental**. Barcelona: Gg, 2004. 163 p.

BROWN, D.; DILLARD J. R. e MARSHALL S. **Triple Bottom Line: a business metaphor for a social construct**. Documento de trabalho, Universidade Autônoma de Barcelona, 2006. Disponível em: <<http://www.recercat.net/handle/2072/2223>>. Acesso em: abr. 2012.

CEBDS - Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **Relatório de Sustentabilidade 2008/2010**. Rio de Janeiro: CEBDS, 2010.

CLARK, B.R. **Sustaining Change in Universities: Continuities in Case Studies and Concepts**. Tertiary Education and Management. The Netherlands: v. 9, n.2, 2003, p. 99-116.

CARETO, Hélder; VENDEIRINHO, Raquel. **Sistemas de Gestão Ambiental em Universidades: Caso do Instituto Superior Técnico de Portugal**. Relatório Final de Curso, Outubro de 2003. Disponível em: <http://meteo.ist.utl.pt/~jjdd/LEAMB/LEAmb%20TFC%20site%20v1/2002-2003/HCareto_RVendeirinho%20artigo.pdf>. Acesso em: mai. 2012.

CASSOL, Maurício. **Uma proposta de balanced scorecard e mapa estratégico para a gestão estratégica de uma instituição de ensino superior privada**. Porto Alegre, 2006. 188 f. Dissertação (Mestrado em Administração e Negócios) - PUCRS, Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia.

CLUGSTON, R. M.; CALDER, W. **Critical Dimensions of Sustainability in Higher Education**. In: FILHO, W. L. **Sustainability and University Life**. Peter Lang, 1999.

CMMAD - Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Nosso Futuro Comum**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, XVIII, 430p. 1991.

COOPER, Donald R., SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. 640p.

COMUNG - Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. **O maior sistema de educação superior em atuação no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.comung.org.br/comung>> Acesso em: jan. 2012.

CONTO, Suzana. Gestão de resíduos em universidades: uma complexa relação que se estabelece entre heterogeneidade de resíduos, gestão acadêmica e mudanças comportamentais. In: CONTO, Suzana. **Gestão de resíduos em universidades**. Caxias do Sul: Educus, 2010.

CORDANI, U. G. As Ciências da Terra e a Mundialização das Sociedades. **Estudos Avançados**, v. 25, p. 13-27, 1995.

CORPORATE REGISTER. **Estatísticas GRI**. Disponível em: <www.corporateregister.com> Acesso em: jan. 2012.

CORTESE, A. D. *The critical role of Higher Education in creating a sustainable future. Planning for Higher Education*. S.N. 2003, p. 15-22.

CUT - Central Única dos Trabalhadores. **Igualdade de remuneração entre homens e mulheres: Experiências e Desafios**. São Paulo: Dez 2010. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/07822.pdf>> Acesso em: mai. 2013.

DYLLICK, T.; HOCKERTS, K. *Beyond the business case for corporate sustainability. Business Strategy and the Environment*, New York, v. 11, n. 2, p. 130-141, 2002.

DJSI – Índice Dow Jones de Sustentabilidade. **Guide Book, version 11 (2009)**. Disponível em: <<http://www.sustainability-index.com/default.html>>. Acesso em: mar. 2012.

ELKINGTON, John. **Sustentabilidade, canibais de garfo e faca**. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda., 2011. 488p.

ESTADÃO. **Estudante descobre falha no site do Fies**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/vidae,estudante-descobre-falha-no-site-do-fies,906052,0.htm>> Acesso em: jul. 2012.

EVANGELINOS, K. I.; JONES, N.; PANORIOU, E. M. *Challenges and opportunities for sustainability in regional universities: a case study in Mytilene, Greece*. **Journal of Cleaner Production**, v. 17, p. 1154-1161, 2009.

FDC - Fundação Dom Cabral. **Global Reporting Initiative (GRI)**. 06 mar 2012. Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/blog_sustentabilidade/Lists/Postagens/Post.aspx?ID=34#Comments.> Acesso em: mar. 2012.

FNQ - Fundação Nacional da Qualidade. **Estruturação do Sistema de Indicadores**. 2012. Disponível em: <<http://fnq.org.br/site/cursosId=269/586/default.aspx>> Acesso em: set. 2012.

FOUTO, Ana R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais**. Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais Relações Internacionais do Ambiente, 2002. Disponível em: <http://campus.fct.unl.pt/campusverde/W_RIA_ARFF.doc> Acesso em: fev. 2012.

FRAGA, K.T. **Avaliação da Sustentabilidade Ambiental da Universidade de Passo Fundo**. Dissertação de mestrado. Universidade de Passo Fundo. 2011. Disponível em: <<http://www.ppgeng.upf.br/images/stories/2009%20kellen%20fraga.pdf>> Acesso em: jan. 2012.

GANTSCH. *Global Action Network for Transparency in the Supply Chain Program*. 2009. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resource/library/Global-Action-Network-for-Transparency-in-the-Supply-Chain-Program-Overview.pdf>> Acesso em: mar. 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4^o ed. São Paulo: Atlas, 2002. 175p.

GRI – *Global Reporting Initiative*. 2012. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: jan. 2012.

_____. *Sustainability Reporting Guidelines G.3.1*. 2011. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: mai. 2012.

_____. *Sustainability Reporting Guidelines G.3*. 2006. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: mai. 2012.

_____. *GRI Sustainability Reporting Statistics - 2010*. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org>>. Acesso em: jan. 2012.

GUMMESSON, E. *Case study research and network theory: birds of a feather*. Qualitative Research in Organizations and Management: **International Journal**, v. 2, n. 3, p. 226-248, 2007.

HARDI, P., ZDAN, T. J. *The Dashboard of Sustainability*. Papel de Rascunho. Winnipeg: IISD, 2000.

HARDJONO, T. W.; van MARREWIJK, M. *The social dimensions of business excellence*. New York: *Corporate Environmental Strategy*, v. 8, n. 3, p. 223-233, 2001.

HARRIS, J. M. *Basic Principles of Sustainable Development*. G-DAE, 2000. Disponível em: <http://ase.tufts.edu/gdae/publications/working_papers/Sustainable%20Development.PDF> Acesso em: out. 2011.

HECKTHEUER, Daniel A. **Avaliação da sustentabilidade ambiental nos institutos federais**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia, Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Universidade de Passo Fundo. 2012. Disponível em: <<http://www.ppgeng.upf.br/images/stories/2010%20daniel%20hecktheuer.pdf>> Acesso em: jul. 2012.

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso em: mar. 2012.

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. **Desencalhe a Etiqueta!** 2012. Disponível em: <<http://www.idec.org.br/mobilize-se/campanhas/desencalheetiqueta>> Acesso em: set. 2012.

IIRC - International Integrated Reporting Committee. **Integrated Reporting**. Disponível em: <<http://www.theiirc.org>> Acesso em: Mai. 2013

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Indicador de qualidade das instituições de educação superior**. 2010. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br>> Acesso em: mai. 2012.

INSTITUTO ETHOS. **Relatório de Sustentabilidade GRI**. Disponível em: <http://www1.ethos.org.br/EthosWeb/pt/1400/o_instituto_ethos/o_unietho.aspx>. Acesso em: jan. 2012.

_____. Disponível em: <<http://www1.ethos.org.br>>. Acesso em: abr. 2012.

_____. **Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial 2007**. São Paulo: Instituto Ethos, 2007.[

IUCN - International Union for Conservation of Nature. **Salvar a rede da vida**. Disponível em: < <http://iucn.org/about/work/programmes/species/?10167/5/Salvar-a-rede-da-vidar>>. Acesso em: jun. 2012.

JAMALI, D. *Insights into the triple bottom line integration from a learning organization perspective*. New York: **Business Process Management Journal**, v. 12, n. 6, p. 809-821, 2006.

JARA, Carlos Júlio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local: desafios de um processo em construção**. Brasília: Instituto interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA); Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco - Seplan, 1998

KRAEMER, M. E. P. A universidade do século XXI rumo ao desenvolvimento sustentável. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, vol.3, n° 2, 2004.

KRUZ, Michael. **Relatório Único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável**. São Paulo: Editora Saint Paul, 2011. 216 p.

LEGITIMUS, Relações Governamentais e Institucionais. **GRI**. Disponível em: <<http://www.legitimus.com.br/index.php/content/view/265/GRI.html>> Acesso em: jan. 2012.

MADEIRA, A.C.F.D. **Indicadores de Sustentabilidade para Instituições de Ensino Superior**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. 2008. 220 pg.

MANZINI, E. Design para a inovação social e sustentabilidade: Comunidades Criativas. Rio de Janeiro: **Cadernos do Grupo de Altos Estudos**, vol. I, Programa de Engenharia de Produção da Coppe/UFRJ, 2008.

MARTINS, G. A. Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 2, p. 9-18, jan./abr., 2008.

MCNEELY, J.A. et al. *Conserving World's Biological Diversity*. Washington: IUCN/WRI/Conservation International/World Wildlife Fund-US/The World Bank, 1990.

MEC – Ministério da Educação. **Lei N° 9.394, de 20 de Dezembro de 1996 - Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19394.htm>. Acesso em: abr. 2012.

_____.Ministério da Educação. **Portal do Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>> Acesso em: set. 2012.

MENEZES, A. L. T.; SÍVERES, Luiz (Org.). **Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão das instituições comunitárias de ensino superior (ICES)**. Santa Cruz do Sul: UDUNISC, 2011.

MINAYO, M.C. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. Rio de Janeiro: Abrasco, 2007.

MIT - Massachusetts Institute of Technology. *Sustainability: The 'Embracers' Seize Advantage*. **MIT Sloan Management Review**. 2011. Disponível em: <<http://sloanreview.mit.edu/>> Acesso em: Jan. 2013.

NICOLADES, A. *The implementation of environmental management towards sustainable universities and education for sustainable development as ethical imperative*. **International Journal of Sustainability in Higher Education**, Vol.7, n.4, p. 414-424, 2006.

NOVO CÓDIGO CIVIL. **Lei nº 10.406, de 10.01.2002**. Disponível em: <http://www.jucepa.pa.gov.br/downloads/docs/pdf/Novo_codigo_civil.pdf>. Acesso em: set 2012.

NOVO NORDISK. *Blueprint for change: the climate change challenge*. 2010. Disponível em: <<http://www.novonordisk.com/images/Sustainability/PDFs/Blueprint%20for%20change%20-%20Climate.pdf>> Acesso em: Mai. 2013.

BSI - The British Standards Institution. **BS OHSAS 18001:2007 - Occupational health and safety management systems – Requirements**. BSI - OHSAS Project Group, 2007

ONU/BR - Organização das Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<http://www.onu.org.br>> Acesso em: fev. 2012.

PAIVA, Aerton. **GRI G4 – Quando menos pode ser mais**. Disponível em: <<http://gestaorigami.com.br/aertonpaiva/metricas/gri-g4-quando-menos-pode-ser-mais/>> Acesso em set. 2012.

PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Gestão Cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2002.

POLIDORI, Marlis Morosini. Qualidade e avaliação institucional. In.: organizadoras, FRANCO, Maria Estela Dal Pai; MOROSINI, Marília Costa. **Qualidade da educação superior: dimensões e indicadores**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2011. p.562- 577. 672p.

REVISTA ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL. **Políticas de Divulgação e informação**. 2011. Disponível em: <<http://www.analise.com/site/publicacoes/exibe/3/analise-gestao-ambiental>>. Acesso em: jan. 2012

ROBINSON, S. *Key survival issues: practical steps toward corporate environmental sustainability*. **Corporate Environmental Strategy**, New York, v. 7, n. 1, p. 92-105, 2000.

RUPPEL, Dirlene. **A influência da cultura organizacional no processo de administração estratégica de instituições de ensino superior sob a perspectiva dos seus gestores estratégicos**. Curitiba, 2005. 163 pg. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – CEFET, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para Pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p. 29-56.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SALGADO, Maria Francisca M. A. **Desenvolvimento de programa de gestão ambiental para Instituições de Ensino Superior. Estudo de caso: Instituto Esperança de Ensino Superior**. Niterói, 2006. 144 f. Dissertação de Mestrado em Sistemas de Gestão - UFF, Fac. de Administração.

SAVITZ, Andrew W. **A empresa sustentável: o verdadeiro sucesso é o lucro com responsabilidade social e ambiental**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

SCHIMIDT, J. P. (Organizador). **Instituições comunitárias: instituições públicas não-estatais**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. Disponível em: <http://www.comung.org.br/e-book_instituicoes_comunitarias.pdf> Acesso em: Set. 2012.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Herder, 1967.

SILVA, Renato. **Balanced Scorecard – BSC Gestão do ensino superior**. Gestão profissionalizada e qualidade de ensino para instituições de ensino superior privado. Curitiba: Juruá, 2009.

SIEMENS. **Portfolio Ambiental da Siemens AG**. 2011. Disponível em: <<http://www.siemens.com/sustainability/en/index.php>> Acesso em: Jun. 2013.

SIQUEIRA, Jairo. O Modelo de Maturidade de Processos: como maximizar o retorno dos investimentos em melhoria da qualidade e produtividade. 60º ABM CONGRESS, July, 25th to 28th, 2005, Belo Horizonte – MG: **Quality and Institutional Development Manager**. IBQN – Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear

SÜSSEKIND, Arnaldo. **Convenções da OIT**. Ed. LTR, 2ª edição, 1998. 338p.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: Estratégias de negócios focadas na realidade brasileira**. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2004.

TAUCHEN, J. A. **Um modelo de gestão ambiental para implantação em instituição de ensino superior**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia, Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Universidade de Passo Fundo. 2007. Disponível em: <<http://www.ppgeng.upf.br/images/stories/2005joeltauchen.pdf>> Acesso em: jan. 2012.

TERMIGNONI, L. D. F. **Framework de sustentabilidade para instituições de ensino superior comunitárias**. Porto Alegre, 2012. Dissertação (Mestrado em Administração e Negócios) – Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

TRENTIN, Adan. **A Utilização da GRI na Transformação de um Balanço Social em Relatório de Sustentabilidade: Estudo de Caso Fundação Universidade de Passo Fundo**. Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental). Faculdade de Engenharia e Arquitetura, Universidade de Passo Fundo. 2011.

ULSF - *Association of University Leaders for a Sustainable Future. The Declaration*. Vol. 3, No.1, 1999.

UNIETHOS – **Relatório de sustentabilidade GRI**. Disponível em: <<http://www.siteuniethos.org.br/2009/12/relatorio-de-sustentabilidade-gri/>> Acesso em: set. 2012.

UNSW - University of New South Wales. **Triple-Bottom Line Reporting**. Disponível em: <<http://water.unsw.edu.au/site/research/sustainability-assessment/triple-bottom-line-reporting/>> Acesso em: mar 2012.

UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. **Balanço Social IBASE UPF/2010**. 2011a. Disponível em: <http://www.upf.br/fupf/download/balanco_social_2010/balancosocial2010.swf> Acesso em: Abr. 2012.

_____. **Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental 2010**. 2011b. Disponível em: <http://www.upf.br/fupf/download/balanco_social_2010/fscommand/demonstracao_informacoes.pdf> Acesso em: Abr. 2012.

_____. **Planejamento Estratégico 2010-2014 / Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012a.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) UPF 2012-2016**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2012b.

_____. **Política de extensão e assuntos comunitários / Vice-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2011c.

_____. **Políticas de Responsabilidade Social da Universidade de Passo Fundo.** Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Florianópolis, 2002. 220p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Faculdade de Engenharia (UFSC).

VELAZQUEZ, L.; MUNGUIA, N.; PLATT, A.; TADDEI, J. *Sustainable University: what can be the matter?* **Journal of Cleaner Production**, v.14, p. 810-819, 2006.

VELAZQUEZ, L.; MUNGUIA, N.; SANCHEZ, M. *Deterring sustainability in higher education institutions.* **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 6, n. 4, p. 383-391, 2005.

WACKERNAGEL, M.; REES, W. **Our Ecological Footprint.** Gabriola Island, BC and Stony Creek. CT: New Society Publishers, 1996.

WEENEN, Van H. *Towards a vision of a sustainable university.* **International Journal of Sustainability in Higher Education**, v. 1, n. 1, p. 20-34, 2000.

WRIGHT, T. S. A. *The Role of Research in Achieving a Sustainable Future?* **Holmberg, Drivers and Barriers for Implementing Sustainable Development in Higher Education, Goteborg Workshop**, 2005, p. 121-25. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001484/148466E.pdf>>. Acesso em: mar. 2012.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZITZKE, Valdir Aquino. **Educação ambiental e eco desenvolvimento.** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, 9, p.175-188, jul.- dez. 2002.

APÊNDICE A - PROTOCOLO DO ESTUDO DE CASO

- PROTOCOLO DE ESTUDO DE CASO -
I – VISÃO GLOBAL DO PROJETO
<p>OBJETIVO Através das contribuições dadas em entrevistas, pelas observações diretas do <i>Campus</i> e evidenciadas por documentos, a pesquisa objetiva construir uma estrutura de indicadores capazes de retratar o desempenho das atividades particulares a uma Instituição de Ensino Superior (IES) comunitária para um Relatório de Sustentabilidade mais específico e abrangente.</p>
<p>CENÁRIO O estudo de caso se dá em uma IES comunitária ao norte do estado do Rio grande do Sul, no Brasil, fundada em 1968. Seu <i>Campus</i> principal possui área total de 930.000,00 m² e área construída de 108.183,65 m² e numero de alunos aprox. 21mil alunos.</p>
<p>LEITURAS APROPRIADAS PARA CONHECIMENTO DO ASSUNTO a) Conceito e dimensões da sustentabilidade; b) Comunicação e divulgação da sustentabilidade pelas organizações; c) Relatórios de Sustentabilidade versão G3.1 da <i>Global Reporting Initiative</i> (GRI); d) IES e o desenvolvimento sustentável; e) Características e gestão das IES comunitárias.</p>
II – PROCEDIMENTOS DE CAMPO
<p>SELEÇÃO DA IES a) Organização acadêmica classificada como universidade (Decreto 2.306/97, Art. 8); b) Categoria administrativa classificada como Privada Comunitária (LDB 9.394/96, Art. 19 e 20); c) Natureza jurídica como associação ou fundação (Novo código civil, Lei nº 10.406/02, Art. 40 e 44); d) Porte e estrutura: mínimo um <i>campus</i> universitário com diferentes unidades autônomas; e) Infraestrutura: unidades autônomas e instalações de apoio como cantinas, restaurantes, livrarias, bancos, central de cópias, centros de convivência, etc.; f) Qualidade acadêmica: obtenção de uma boa avaliação no MEC através do SINAES.</p>
<p>FONTES DE INFORMAÇÃO a) entrevistas a serem realizadas na IES; b) observação direta no <i>campus</i> principal da IES; c) documentos, registros e demais informações da IES.</p>
<p>INSTRUMENTOS a) O presente Protocolo de Estudo de Caso; b) Roteiros de Entrevista (econômico, ambiental e social); c) Roteiro de Observação Direta.</p>
<p>SELEÇÃO DOS ENTREVISTADOS a) colaboradores que participem da gestão das dimensões econômica, ambiental e social da IES;</p>

- b) colaboradores que estejam diretamente relacionados à incorporação da sustentabilidade na IES;
- c) colaboradores que aceitem e tenham disponibilidade de participar da pesquisa.

MARCAÇÃO DAS ENTREVISTAS

- a) identificação dos entrevistados;
- b) contatar os participantes pessoalmente ou por telefone explicando o objetivo da pesquisa e verificando seu interesse e disponibilidade;
- c) confirmada a participação, conferir a disponibilidade do entrevistado incluindo data e horário, informando que a duração média da entrevista é de uma hora;
- d) depois de agendadas as datas e horários disponíveis, organizar uma agenda de entrevistas e confirmar a data e horário com os entrevistados via telefone ou e-mail, solicitando confirmação;
- e) após receber a confirmação, organizar o material necessário para realizar a entrevista.

EXECUÇÃO DAS ENTREVISTAS

- a) Comparecer à instituição 15 minutos antes da hora marcada para a entrevista;
- b) Agradecer ao entrevistado seu interesse e disponibilidade para o desenvolvimento da pesquisa;
- c) Ler o prefácio do roteiro de entrevista: explicar o objetivo da pesquisa, explicar que as informações dadas não visam avaliar a instituição, explicar que o nome do entrevistado não estará associado aos resultados da pesquisa;
- d) Esclarecer que a entrevista busca apenas a percepção do entrevistado frente às questões abordadas e não avaliar seu conhecimento;
- e) Dar o entendimento dos temas: sustentabilidade, GRI, Relatório da GRI e IES comunitária;
- f) Pedir autorização para a gravação da entrevista;
- g) Iniciar a entrevista com o uso do roteiro de entrevistas como instrumento de coleta de dados;
- h) Anotar as principais informações apontadas pelo entrevistado;
- i) Agradecer novamente a participação e se colocar a disposição para eventuais dúvidas e sugestões;
- j) Finalizar a entrevista.

REALIZAÇÃO DAS OBSERVAÇÕES DIRETAS

- a) Utilizar o roteiro de observação direta como referência;
- b) Se ocorrerem situações diferentes das expressas pelos indicadores da GRI (versão G3.1) que sejam relacionadas à pesquisa, incluir nas observações diretamente;
- c) Anotar no roteiro todas as observações realizadas;
- d) Finalizar a observação.

COLETA DE DOCUMENTOS E REGISTROS EM ARQUIVOS

- a) Solicitar nas entrevistas a indicação de documentos e registros em arquivos que complementem, aprofunde ou evidenciem as informações obtidas;
- b) Utilizar documentos disponíveis ao público externo pela instituição que complementem as informações obtidas. Ex.: Balanço Social, Demonstrativos, Relatórios diversos, Reportagens, etc.
- c) Analisar o material reunido e filtrar as informações mais relevantes.

ANÁLISE DOS DADOS

- a) Após transcrição dos dados gravados nas entrevistas, realizar a análise comparativa dos dados;
- b) Analisar o conteúdo dos dados.

III – QUESTÕES DA PESQUISA

- a) Avaliar a percepção dos gestores, por meio de roteiros de entrevista, acerca da relação que os indicadores da GRI mantêm com o contexto da IES em estudo.
- b) Obter com os gestores, por meio de roteiros de entrevista, a indicação de novos indicadores que considerem essenciais para relatar o desempenho sustentável da IES em estudo.
- c) Levantar, por meio de roteiro de observação direta, aspectos dos indicadores da GRI e outros diferenciados que possam suplementá-los;
- d) Levantar, por meio de análise documental, evidências das informações dadas pelo item a e b, e encontradas no item c e demais contribuições;
- e) Confrontar os dados obtidos com os gestores em entrevistas, relacionadas no item a e b, com os dados obtidos por observação direta, descritos no item c;
- f) A partir dos dados coletados nos itens anteriores, apontar abordagens e indicadores da GRI que devem ser modificados ou excluídos, e ainda os novos que devem suplementar a estrutura de

indicadores para o Relatório de Sustentabilidade da IES em estudo.

IV – GUIA PARA A ESTRUTURA DE INDICADORES

- a) Revisar a fundamentação teórica quando necessário;
- b) Revisar e seguir o método;
- c) Analisar e organizar os resultados;
- d) Cruzar os dados;
- e) Expor os resultados.

- Fim do protocolo -

Fonte: Elaborado pela Autora segundo Yin (2001. p.89 apud GIL, 2002)

APÊNDICE B - ROTEIROS DE ENTREVISTA



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE ENGENHARIA E ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA
Área de Concentração Infraestrutura e Meio Ambiente



ESTRUTURA DE INDICADORES PARA RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR

A sustentabilidade pode estar inserida em diferentes níveis de atuação dentro da universidade, como a sua missão, valores, educação, pesquisa, operação dos *campi* e vida universitária. O foco é a comunicação do desempenho de sustentabilidade frente à sociedade (e demais partes interessadas) conforme abordado no estudo de Fouto (2002) e verificado na Figura 1.

Figura1 - O papel da universidade na sociedade frente ao desenvolvimento sustentável



Fonte: Fouto (2002)

O objetivo desta pesquisa é a proposição de uma estrutura onde constem indicadores relevantes para um Relatório de Sustentabilidade a ser divulgado pela universidade.

Esta estrutura de indicadores visa, além de melhor relatar o desempenho da universidade, auxiliar na criação de estratégias e no desenvolvimento de ações voltadas às dimensões econômica, ambiental e social que compõem o conceito de sustentabilidade.

A finalidade da entrevista é avaliar a percepção dos entrevistados quanto aos indicadores estarem em consonância com as atividades e operações do *campus*.

Esclarece-se que não é objetivo avaliar se a universidade realiza ou não as ações descritas, mas sim, se estão ligadas as suas realidades.

Destaca-se que a participação do entrevistado é de suma importância para a consecução dos objetivos e, desde já, gostaríamos de agradecer a disponibilidade e atenção.

Para o adequado alcance dos objetivos da pesquisa, será necessária a gravação da entrevista, bem como, sua respectiva transcrição, para garantir o nível de qualidade pretendida na etapa da análise dos dados. Cabe reiterar que as informações coletadas através deste instrumento e posteriormente analisadas, serão mantidas em sigilo institucional caso os respondentes não autorizem sua expressa divulgação.

Caso deseje maiores esclarecimentos, solicita-se contatar:

Janaina Pasinato - Mestranda do Programa de Pós-graduação Mestrado em Engenharia de Infraestrutura e Meio Ambiente (UPF - FEAR - PPGEng) Fone: (54) 9966.0026 E-mail: 24213@upf.br

Outras informações:

<http://www.ppgeng.upf.br/>

Agradece-se a sua colaboração.

REFERÊNCIAS:

FOUTO, Ana R. F. **O papel das universidades rumo ao desenvolvimento sustentável: das relações internacionais às práticas locais.** Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais Relações Internacionais do Ambiente, 2002.

DIMENSÃO ECONÔMICA

DADOS GERAIS DA ENTREVISTA

Data: ____/____/____ Início da entrevista: ____h ____min Término da entrevista: ____h ____min

Entrevistador: _____ Local da entrevista: _____

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Cargo: _____

Formação acadêmica: _____

Experiência profissional: _____

DADOS EM QUESTÃO

1. O que se entende por sustentabilidade?

2. Na gestão de uma universidade, qual a importância da sustentabilidade, envolvendo suas três dimensões (econômica, ambiental e social)?

3. Você julga importante* a adoção de uma estratégia relacionada à gestão da dimensão econômica** da universidade? Se positivo, explique.

* Por importante entende-se o tema que a organização utilizaria no seu planejamento e gestão.

** A dimensão econômica envolve desempenho econômico, presença no mercado e impactos econômicos indiretos.

Aspecto: DESEMPENHO ECONÔMICO

Esta categoria de indicadores aborda os impactos econômicos diretos das atividades da universidade e o valor econômico agregado por essas atividades.

4. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam o desempenho econômico estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

5. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão econômica na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	EC1 Valor econômico gerado e distribuído			
ESS	EC2 Riscos e oportunidades relacionadas a mudanças climáticas			
ESS	EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão			
ESS	EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo			

6. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

7. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: PRESENÇA NO MERCADO

Esta categoria de indicadores fornece informações sobre as interações em mercados específicos.

8. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam a presença no mercado estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

9. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão econômica na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ADI	EC5 Proporção entre salário mais baixo e salário mínimo			
ESS	EC6 Políticas e gastos com fornecedores locais			
ESS	EC7 Procedimentos para contratação local			

10. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

11. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: IMPACTOS ECONÔMICOS INDIRETOS

Esta categoria de indicadores mede os impactos econômicos resultantes das atividades econômicas da universidade.

12. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam os impactos econômicos indiretos estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

13. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão econômica na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	EC8 Investimentos em infraestrutura para benefício público			
ADI	EC9 Impactos econômicos indiretos significativos			

14. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

15. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

16. De acordo com a sua experiência, estes indicadores seriam suficientes para relatar a sustentabilidade, da dimensão econômica, na Universidade? Há algum comentário adicional?

17. Há alguma outra categoria e indicadores que possam ser acrescentados? Se positivo, descreva.

18. Há alguma outra sugestão importante que possa ser dada para a construção de uma estrutura mais abrangente de indicadores de desempenho econômico para a Universidade?

DIMENSÃO AMBIENTAL

DADOS GERAIS DA ENTREVISTA

Data: ____/____/____ Início da entrevista: ____ h ____ min Término da entrevista: ____ h ____ min

Entrevistador: _____ Local da entrevista: _____

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Cargo: _____

Formação acadêmica: _____

Experiência profissional: _____

DADOS EM QUESTÃO

1. O que se entende por sustentabilidade?

2. Na gestão de uma universidade, qual a importância da sustentabilidade, envolvendo suas três dimensões (econômica, ambiental e social)?

3. Você julga importante* a adoção de uma estratégia relacionada à gestão da dimensão ambiental** da universidade? Se positivo, explique.

* Por importante entende-se o tema que a organização utilizaria no seu planejamento e gestão.

** A dimensão ambiental envolve desempenho relativo aos materiais, energia, água, biodiversidade, emissões, efluentes, resíduos, produtos e serviços, conformidade, transporte e outros.

Aspecto: MATERIAIS

Esta categoria de indicadores fornece informações sobre materiais usados na organização.

4. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam o uso de materiais estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

5. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão ambiental na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	EN1 Materiais usados por peso ou volume			
ESS	EN2 Materiais provenientes de reciclagem			

6. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

7. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: ENERGIA

8. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam o uso de energia estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

9. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão ambiental na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	EN3 Consumo de energia direta			
ESS	EN4 Consumo de energia indireta			
ADI	EN5 Energia economizada			
ADI	EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia			
ADI	EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta			

10. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

11. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: AGUA

12. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam o uso de água estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

13. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão ambiental na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	EN8 Total de água por fonte			
ADI	EN9 Fontes hídricas afetadas			
ADI	EN10 Percentual de água reciclada e reutilizada			

14. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

15. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: BIODIVERSIDADE

16. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam a biodiversidade estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

17. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão ambiental na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	EN11 Localização e tamanho de área possuída			
ESS	EN12 Impactos na biodiversidade			
ADI	EN13 Habitats protegidos ou restaurados			
ADI	EN14 Gestão de impactos na biodiversidade			
ADI	EN15 Espécies da Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais com habitats em áreas afetadas pela operação			

18. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

19. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: EMISSÕES, EFLUENTES E RESÍDUOS.

20. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam as emissões, efluentes e resíduos estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

21. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão ambiental na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	EN16 Total de emissões de gases de efeito estufa			

ESS	EN17 Outras emissões relevantes de gases de efeito estufa			
ADI	EN18 Iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa			
ESS	EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio			
ESS	EN20 NOx, SOx e outras emissões atmosféricas significativas			
ESS	EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação			
ESS	EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição			
ESS	EN23 Número e volume total de derramamentos significativos			
ADI	EN24 Resíduos transportados			
ADI	EN25 Identificação e status de proteção de fontes hídricas			

22. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

23. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: PRODUTOS E SERVIÇOS

24. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam as produtos e serviços estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

25. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão ambiental na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	EN26 Iniciativas para mitigar impactos ambientais de produtos e serviços			
ESS	EN27 Produtos e embalagens recuperadas			

26. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

27. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: CONFORMIDADE

28. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam a conformidade estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

29. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão ambiental na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	EN28 Valor monetário de multas significativas			

30. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

31. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: TRANSPORTE

32. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam o transporte estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

33. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão ambiental na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ADI	EN29 Impactos do transporte de produtos, bens e materiais			

34. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

35. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: GERAL

36. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores gerais estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

37. Se os indicadores mostrados abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão ambiental na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ADI	EN30 Investimento em proteção ambiental			

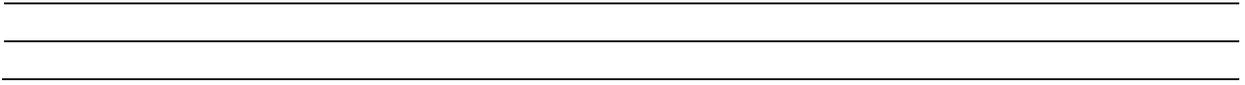
38. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

39. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

40. De acordo com a sua experiência, estes indicadores seriam suficientes para relatar a sustentabilidade, da dimensão ambiental, na Universidade? Há algum comentário adicional?

41. Há alguma outra categoria e indicadores que possam ser acrescentados? Se positivo, descreva.

42. Há alguma outra sugestão importante que possa ser dada para a construção de uma estrutura mais abrangente de indicadores de desempenho ambiental para a Universidade?



DIMENSÃO SOCIAL - Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente

DADOS GERAIS DA ENTREVISTA

Data: ____/____/____ Início da entrevista: ____h ____min Término da entrevista: ____h ____min
 Entrevistador: _____ Local da entrevista: _____

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Cargo: _____

Formação acadêmica: _____

Experiência profissional: _____

DADOS EM QUESTÃO

1. O que se entende por sustentabilidade?

2. Na gestão de uma universidade, qual a importância da sustentabilidade, envolvendo suas três dimensões (econômica, ambiental e social)?

3. Você julga importante* a adoção de uma estratégia relacionada à gestão da dimensão social** da universidade? Se positivo, explique.

* Por importante entende-se o tema que a organização utilizaria no seu planejamento e gestão.

** A dimensão social envolvem Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto.

Aspecto: EMPREGO

4. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam as relações de emprego estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

5. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato e região			
ESS	LA2 Número de trabalhadores e taxa de rotatividade de empregados			
ADI	LA3 Benefícios oferecidos a empregados			
ESS	LA15 Retorno ao trabalho e taxas de retenção após licença parental, por sexo			

6. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

7. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: **RELAÇÕES ENTRE TRABALHADORES E A GOVERNANÇA**

8. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam as relações entre trabalhadores e a governança estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

9. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	LA4 Percentual de empregados com acordos de negociação coletiva			
ESS	LA5 Prazo para notificação sobre mudanças na operação			

10. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

11. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: SAÚDE E SEGURANÇA

12. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam a saúde e segurança estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

13. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ADI	LA6 Representação em comitês de saúde e segurança			
ESS	LA7 Acidentes e doenças ocupacionais			
ESS	LA8 Educação e treinamento			
ADI	LA9 Temas de saúde e segurança em acordos com sindicatos			

14. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

15. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: TREINAMENTO E EDUCAÇÃO

16. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam treinamentos e educação estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

17. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	LA10 Horas de treinamento			
ADI	LA11 Gestão de competências e aprendizagem contínua			
ADI	LA12 Retorno com análise de desempenho			

18. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

19. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

20. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam a diversidade e igualdade de oportunidades estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

21. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	LA13 Composição de grupos responsáveis pela governança			

22. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

23. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: IGUAL REMUNERAÇÃO PARA MULHERES E HOMENS

24. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam a igualdade na remuneração de mulheres e homens estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

25. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	LA14 Proporção de salário base e remuneração das mulheres aos homens			

26. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

27. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

DIMENSÃO SOCIAL - Direitos Humanos

DADOS GERAIS DA ENTREVISTA

Data: ____/____/____ Início da entrevista: ____h ____min Término da entrevista: ____h ____min
Entrevistador: _____ Local da entrevista: _____

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Cargo: _____

Formação acadêmica: _____

Experiência profissional: _____

DADOS EM QUESTÃO

1. O que se entende por sustentabilidade?

2. Na gestão de uma universidade, qual a importância da sustentabilidade, envolvendo suas três dimensões (econômica, ambiental e social)?

3. Você julga importante* a adoção de uma estratégia relacionada à gestão da dimensão social** da universidade? Se positivo, explique.

* Por importante entende-se o tema que a organização utilizaria no seu planejamento e gestão.

** A dimensão social envolve Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto.

Aspecto: PRÁTICAS DE INVESTIMENTOS E DE PROCESSOS DE COMPRA

4. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam as práticas de investimentos e de processos de compra estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

5. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	HR1 Número de contratos de investimentos com cláusula referente a direitos humanos			
ESS	HR2 Percentual de empresas contratadas e fornecedores submetidos a avaliações referentes a direitos humanos			
ESS	HR3 Total de horas e percentual de empregados com treinamento referente a aspectos de direitos humanos			

6. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

7. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: NÃO-DISCRIMINAÇÃO

8. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam as práticas de não-discriminação estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

9. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas			

10. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

11. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

12. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam a liberdade de associação e negociação coletiva estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

13. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	HR5 Medidas tomadas para apoiar a liberdade de associação e a negociação coletiva			

14. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

15. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: TRABALHO INFANTIL

16. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam trabalho infantil coletiva estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

17. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	HR6 Medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil			

18. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

19. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

20. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam trabalho forçado ou análogo ao escravo estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

21. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	HR7 Medidas tomadas para erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo			

22. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

23. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: PRÁTICAS DE SEGURANÇA

24. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam práticas de segurança estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

25. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ADI	HR8 Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos aos direitos humanos			

26. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

27. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: DIREITOS INDÍGENAS

28. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam os direitos indígenas estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

29. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ADI	HR9 Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas			

30. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

31. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: AVALIAÇÃO

32. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam as avaliações estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

33. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	HR10 Percentual e número total de operações que tenham sido objeto de críticas de direitos humanos e/ou avaliações de impacto.			

34. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

35. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: REMEDIAÇÃO

36. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam as remediações estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

37. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	HR11 Número de queixas relacionadas com os direitos humanos arquivado, abordados e resolvidos através de mecanismos de queixa formal.			

38. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

39. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

DIMENSÃO SOCIAL - Sociedade

DADOS GERAIS DA ENTREVISTA

Data: ____/____/____ Início da entrevista: ____h ____min Término da entrevista: ____h ____min

Entrevistador: _____ Local da entrevista: _____

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Cargo: _____

Formação acadêmica: _____

Experiência profissional: _____

DADOS EM QUESTÃO

1. O que se entende por sustentabilidade?

2. Na gestão de uma universidade, qual a importância da sustentabilidade, envolvendo suas três dimensões (econômica, ambiental e social)?

3. Você julga importante* a adoção de uma estratégia relacionada à gestão da dimensão social** da universidade? Se positivo, explique.

* Por importante entende-se o tema que a organização utilizaria no seu planejamento e gestão.

** A dimensão social envolve Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto.

Aspecto: COMUNIDADES LOCAIS

4. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam as relações com comunidades locais estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

5. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	S01 Programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades			
ESS	SO9 Operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais.			
ESS	SO10 Medidas de prevenção e mitigação aplicadas em operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais.			

6. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

7. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: CORRUPÇÃO

8. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam a corrupção estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

9. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	S02 Percentual e número total de unidades submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção			
ESS	S03 Percentual e número de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização			
ESS	S04 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção			

10. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

11. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: POLÍTICAS PÚBLICAS

12. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam a relação com as Políticas públicas estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

13. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	S05 Posições quanto a políticas públicas			
ADI	S06 Valor total de contribuições financeira e em espécie para partidos políticos ou instituições relacionadas			

14. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

15. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: CONCORRÊNCIA DESLEAL

16. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam aspectos frente à concorrência desleal estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

17. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ADI	S07 Número total de ações judiciais por concorrência desleal			

18. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

19. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: CONFORMIDADE

20. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam aspectos frente à conformidade legal estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

21. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	S08 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos			

22. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

23. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

DIMENSÃO SOCIAL - Responsabilidade pelo produto

DADOS GERAIS DA ENTREVISTA

Data: ____/____/____ Início da entrevista: ____h ____min Término da entrevista: ____h ____min

Entrevistador: _____ Local da entrevista: _____

DADOS GERAIS DO ENTREVISTADO

Entrevistado: _____

Cargo: _____

Formação acadêmica: _____

Experiência profissional: _____

DADOS EM QUESTÃO

1. O que se entende por sustentabilidade?

2. Na gestão de uma universidade, qual a importância da sustentabilidade, envolvendo suas três dimensões (econômica, ambiental e social)?

3. Você julga importante* a adoção de uma estratégia relacionada à gestão da dimensão social** da universidade? Se positivo, explique.

* Por importante entende-se o tema que a organização utilizaria no seu planejamento e gestão.

** A dimensão social envolve Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente, Direitos Humanos, Sociedade e Responsabilidade pelo Produto.

Aspecto: SAÚDE E SEGURANÇA DO CLIENTE

4. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam aspectos referentes à Saúde e Segurança do cliente estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

5. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando à melhoria			
ADI	PR2 Número total de casos de não-conformidade			

6. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

7. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: ROTULAGEM DE PRODUTOS E SERVIÇOS

8. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam aspectos referentes à rotulagem de produtos e serviços estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

9. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços			
ADI	PR4 Número total de casos de não-conformidade			
ADI	PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente			

10. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

11. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: COMUNICAÇÕES DE MARKETING

12. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam aspectos referentes às comunicações de marketing estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

13. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	PR6 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de <i>marketing</i> .			
ADI	PR7 Número total de casos de não-conformidade			

14. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

15. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: PRIVACIDADE DO CLIENTE

16. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam aspectos referentes à privacidade do cliente estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

17. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ADI	PR8 Número total de reclamações relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes			

18. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

19. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

Aspecto: CONFORMIDADE

20. De acordo com a sua experiência, a categoria de indicadores que relatam aspectos referentes à conformidade legal estaria adequada se constasse num Relatório de Sustentabilidade para a IES?

21. De acordo com a sua experiência, se os indicadores abaixo compusessem uma estrutura de indicadores para avaliação da dimensão social na universidade, qual seria a sua posição diante destes? Após análise, marque X na alternativa que julga correta.

Classe	Indicador	Manter	Alterar	Excluir
ESS	PR9 Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços			

22. Se a sua opção frente a um dos indicadores foi de alterá-lo, qual a alteração proposta?

23. De acordo com a sua experiência, dentre os indicadores apontados, há algum ausente e que julgue essencial para que haja um relato mais completo e apropriado? Se positivo, aponte e explique.

ANEXO A - INDICADORES GRI VERSÃO G 3.1

O relato do desempenho econômico, ambiental e social é realizado usam-se Conjuntos de Protocolos de Indicadores (CPI) (GRI, 2011), conforme segue:

Legenda:

ESS – **Indicadores Essenciais** (São aqueles identificados nas Diretrizes da GRI como de interesse da maioria dos *stakeholders* e considerados relevantes, salvo consideração em contrário, com base nos princípios de relatórios da GRI).

ADI – **Indicadores Adicionais** (São aqueles, identificados nas Diretrizes da GRI, que representam práticas emergentes ou tratam de temas que podem ser relevantes para algumas organizações, mas em geral não o são para a maioria).

Indicadores de Desempenho Econômico:

Aspecto: Desempenho econômico	
ESS	EC1 Valor econômico direto gerado e distribuído, incluindo receitas, custos operacionais, remuneração de empregados, doações e outros investimentos na comunidade, lucros acumulados e pagamentos para provedores de capital e governos.
ESS	EC2 Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para as atividades da organização devido a mudanças climáticas.
ESS	EC3 Cobertura das obrigações do plano de pensão de benefício definido que a organização oferece.
ESS	EC4 Ajuda financeira significativa recebida do governo.
Aspecto: Presença no mercado	
ADI	EC5 Variação da proporção do salário mais baixo comparado ao salário mínimo local em unidades operacionais importantes.
ESS	EC6 Políticas, práticas e proporção de gastos com fornecedores locais em unidades operacionais importantes.
ESS	EC7 Procedimentos para contratação local e proporção de membros de alta gerência recrutados na

	comunidade local em unidades operacionais importantes.
Aspecto: Impactos econômicos indiretos	
ESS	EC8 Desenvolvimento e impacto de investimentos em infraestrutura e serviços oferecidos, principalmente para benefício público, por meio de engajamento comercial, em espécie ou atividades <i>pro Bono</i> (para o bem do povo).
ADI	EC9 Identificação e descrição de impactos econômicos indiretos significativos, incluindo a extensão dos impactos.

Indicadores de Desempenho Ambiental:

Aspecto: Materiais	
ESS	EN1 Materiais usados por peso ou volume.
ESS	EN2 Percentual dos materiais usados provenientes de reciclagem.
Aspecto: Energia	
ESS	EN3 Consumo de energia direta, discriminado por fonte de energia primária.
ESS	EN4 Consumo de energia indireta, discriminado por fonte de energia primária.
ADI	EN5 Energia economizada devido a melhorias em conservação e eficiência.
ADI	EN6 Iniciativas para fornecer produtos e serviços com baixo consumo de energia, ou que usem energia gerada por recursos renováveis, e a redução na necessidade de energia resultante dessas iniciativas.
ADI	EN7 Iniciativas para reduzir o consumo de energia indireta e as reduções obtidas.
Aspecto: Água	
ESS	EN8 Total de retirada de água por fonte.
ADI	EN9 Fontes hídricas significativamente afetadas por retirada de água.
ADI	EN10 Percentual e volume total de água reciclada e reutilizada.
Aspecto: Biodiversidade	
ESS	EN11 Localização e tamanho da área possuída, arrendada ou administrada dentro de áreas protegidas, ou adjacente a elas, e áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
ESS	EN12 Descrição de impactos significativos na biodiversidade de atividades, produtos e serviços em áreas protegidas e em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas.
ADI	EN13 Habitats protegidos ou restaurados
ADI	EN14 Estratégias, medidas em vigor e planos futuros para a gestão de impactos na biodiversidade.
ADI	EN15 Número de espécies na Lista Vermelha da IUCN e em listas nacionais de conservação com habitats em áreas afetadas por operações, discriminadas pelo nível de risco de extinção.
Aspecto: Emissões, efluentes e resíduos.	
ESS	EN16 Total de emissões diretas e indiretas de gases de efeito estufa, por peso.
ESS	EN17 Outras emissões indiretas relevantes de gases de efeito estufa, por peso.

ADI	EN18 Iniciativas para reduzir as emissões de gases de efeito estufa e as reduções obtidas.
ESS	EN19 Emissões de substâncias destruidoras da camada de ozônio, por peso.
ESS	EN20 NO _x , SO _x e outras emissões atmosféricas significativas, por tipo e peso.
ESS	EN21 Descarte total de água, por qualidade e destinação.
ESS	EN22 Peso total de resíduos, por tipo e método de disposição.
ESS	EN23 Número e volume total de derramamentos significativos.
ADI	EN24 Peso de resíduos transportados, importados, exportados ou tratados considerados perigosos nos termos da Convenção da Basileia ⁹ – Anexos I, II, III e VIII, e percentual de carregamentos de resíduos transportados internacionalmente.
ADI	EN25 Identificação, tamanho, <i>status</i> de proteção e índice de biodiversidade de corpos d'água e habitats relacionados significativamente afetados por descartes de água e drenagem realizados pela organização relatora.
Aspecto: Produtos e serviços	
ESS	EN26 Iniciativas para mitigar os impactos ambientais de produtos e serviços e a extensão da redução desses impactos.
ESS	EN27 Percentual de produtos e suas embalagens recuperados em relação ao total de produtos vendidos, por categoria de produto.
Aspecto: Conformidade	
ESS	EN28 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos ambientais.
Aspecto: Transporte	
ADI	EN29 Impactos ambientais significativos do transporte de produtos e outros bens e materiais utilizados nas operações da organização, bem como do transporte de trabalhadores.
Aspecto: Geral	
ADI	EN30 Total de investimentos e gastos em proteção ambiental, por tipo.

Indicadores de Desempenho Social:

O relato de desempenho social tem o Conjunto de Protocolo de Indicadores subdividido em quatro módulos por assunto:

- Práticas Trabalhistas & Trabalho Decente
- Direitos Humanos
- Sociedade

⁹ A Convenção da Basileia para o Controle dos Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e sua disposição foi promovida em março de 1988 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma), na Basileia, Suíça, e entrou em vigor em maio de 1992.

- Responsabilidade pelo Produto

Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente	
Aspecto: Emprego	
ESS	LA1 Total de trabalhadores, por tipo de emprego, contrato de trabalho e região.
ESS	LA2 Número total e taxa de rotatividade de empregados, por faixa etária, gênero e região.
ADI	LA3 Benefícios oferecidos a empregados de tempo integral que não são oferecidos a empregados temporários ou em regime de meio período, discriminados pelas principais operações.
ESS	LA15 Retorno ao trabalho e as taxas de retenção após a licença parental, por sexo.
Aspecto: Relações entre trabalhadores e a governança	
ESS	LA4 Percentual de empregados abrangidos por acordos de negociação coletiva.
ESS	LA5 Prazo mínimo para notificação com antecedência referente a mudanças operacionais, incluindo se esse procedimento está especificado em acordos de negociação coletiva.
Aspecto: Saúde e segurança	
ADI	LA6 Percentual dos empregados representados em comitês formais de segurança e saúde, compostos por gestores e por trabalhadores, que ajudam no monitoramento e aconselhamento sobre programas de segurança e saúde ocupacional.
ESS	LA7 Taxas de lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos relacionados ao trabalho, por região.
ESS	LA8 Programas de educação, treinamento, aconselhamento, prevenção e controle de risco em andamento para dar assistência a empregados, seus familiares ou membros da comunidade com relação a doenças graves.
ADI	LA9 Temas relativos à segurança e saúde cobertos por acordos formais com sindicatos.
Aspecto: Treinamento e educação	
ESS	LA10 Média de horas de treinamento por ano, por funcionário, discriminadas por categoria funcional.
ADI	LA11 Programas para gestão de competências e aprendizagem contínua que apoiam a continuidade da empregabilidade dos funcionários e para gerenciar o fim da carreira.
ADI	LA12 Percentual de empregados que recebem regularmente análises de desempenho e de desenvolvimento de carreira.
Aspecto: Diversidade e igualdade de oportunidades	
ESS	LA13 Composição dos grupos responsáveis pela governança corporativa e discriminação de empregados por categoria, de acordo com gênero, faixa etária, minorias e outros indicadores de diversidade.
Aspecto: Igual remuneração para mulheres e homens	
ESS	LA14 Proporção de salário base entre homens e mulheres, por categoria funcional.
Direitos Humanos	
Aspecto: Práticas de investimentos e de processos de compra	
ESS	HR1 Percentual e número total de contratos de investimentos significativos que incluam cláusulas referentes a direitos humanos ou que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos.

ESS	HR2 Percentual de empresas contratadas e fornecedores críticos que foram submetidos a avaliações referentes a direitos humanos e as medidas tomadas.
ESS	HR3 Total de horas de treinamento para empregados em políticas e procedimentos relativos a aspectos de direitos humanos relevantes para as operações, incluindo o percentual de empregados que recebeu treinamento.
Aspecto: Não-discriminação	
ESS	HR4 Número total de casos de discriminação e as medidas tomadas.
Aspecto: Liberdade de associação e negociação coletiva	
ESS	HR5 Operações identificadas em que o direito de exercer a liberdade de associação e a negociação coletiva pode estar correndo risco significativo e as medidas tomadas para apoiar esse direito.
Aspecto: Trabalho infantil	
ESS	HR6 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho infantil e as medidas tomadas para contribuir para a abolição do trabalho infantil.
Aspecto: Trabalho forçado ou análogo ao escravo	
ESS	HR7 Operações identificadas como de risco significativo de ocorrência de trabalho forçado ou análogo ao escravo e as medidas tomadas para contribuir para a erradicação do trabalho forçado ou análogo ao escravo.
Aspecto: Práticas de segurança	
ADI	HR8 Percentual do pessoal de segurança submetido a treinamento nas políticas ou procedimentos da organização relativos a aspectos de direitos humanos que sejam relevantes às operações.
Aspecto: Direitos indígenas	
ADI	HR9 Número total de casos de violação de direitos dos povos indígenas e medidas tomadas.
Aspecto: Avaliação	
ESS	HR10 Percentual e número total de operações que tenham sido objeto de críticas de direitos humanos e/ou avaliações de impacto.
Aspecto: Remediação	
ESS	HR11 Número de queixas relacionadas com os direitos humanos arquivado, abordados e resolvidos através de mecanismos de queixa formal.

Sociedade	
Aspecto: Comunidades Locais	
ESS	S01 Natureza, escopo e eficácia de quaisquer programas e práticas para avaliar e gerir os impactos das operações nas comunidades, incluindo a entrada, operação e saída.
ESS	SO9 Operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais.
ESS	SO10 Medidas de prevenção e mitigação aplicadas em operações com significativos potenciais ou reais impactos negativos sobre as comunidades locais.
Aspecto: Corrupção	
ESS	S02 Percentual e número total de unidades de negócios submetidas a avaliações de riscos relacionados à corrupção.
ESS	S03 Percentual de empregados treinados nas políticas e procedimentos anticorrupção da organização.

ESS	S04 Medidas tomadas em resposta a casos de corrupção.
Aspecto: Políticas públicas	
ESS	S05 Posições quanto a políticas públicas e participação na elaboração de políticas públicas e <i>lobbies</i> .
ADI	S06 Valor total de contribuições financeira e em espécie para partidos políticos, políticos ou instituições relacionadas, discriminadas por país.
Aspecto: Concorrência desleal	
ADI	S07 Número total de ações judiciais por concorrência desleal, práticas de truste e monopólio e seus resultados.
Aspecto: Conformidade	
ESS	S08 Valor monetário de multas significativas e número total de sanções não-monetárias resultantes da não-conformidade com leis e regulamentos.

Responsabilidade pelo Produto	
Aspecto: Saúde e Segurança do cliente	
ESS	PR1 Fases do ciclo de vida de produtos e serviços em que os impactos na saúde e segurança são avaliados visando melhoria, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a esses procedimentos.
ADI	PR2 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados aos impactos causados por produtos e serviços na saúde e segurança durante o ciclo de vida, discriminados por tipo de resultado.
Aspecto: Rotulagem de produtos e serviços	
ESS	PR3 Tipo de informação sobre produtos e serviços exigida por procedimentos de rotulagem, e o percentual de produtos e serviços sujeitos a tais exigências.
ADI	PR4 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relacionados a informações e rotulagem de produtos e serviços, discriminados por tipo de resultado.
ADI	PR5 Práticas relacionadas à satisfação do cliente, incluindo resultados de pesquisas que medem essa satisfação.
Aspecto: Comunicações de marketing	
ESS	PR6 Programas de adesão às leis, normas e códigos voluntários relacionados a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio.
ADI	PR7 Número total de casos de não-conformidade com regulamentos e códigos voluntários relativos a comunicações de marketing, incluindo publicidade, promoção e patrocínio, discriminados por tipo de resultado.
Aspecto: Privacidade do cliente	
ADI	PR8 Número total de reclamações comprovadas relativas à violação de privacidade e perda de dados de clientes.
Aspecto: Conformidade	
ESS	PR9 Valor monetário de multas (significativas) por não-conformidade com leis e regulamentos relativos ao fornecimento e uso de produtos e serviços.

Fonte: GRI, 2011.